

A Nação

JORNAL INDEPENDENTE

Director: Alexandre Semedo

Nº 347 | Ano VII | De 24 a 30 de Abril de 2014

Preço: 100 Escudos



PIRES 80 ANOS

Artigos, depoimentos e curiosidades preenchem o Especial do A NAÇÃO sobre os 80 anos de Pedro Pires, a completar no próximo dia 29. O homem, o combatente e o estadista, nas suas mais diversas faces, visto por familiares, políticos, jornalistas e gente anónima. Mas nem tudo são loas. Pois, controverso, não falta quem se recuse a bater palmas ao comandante. E mesmo José Maria Neves assume, pela primeira vez, em público, que em 2001 foi contra a candidatura presidencial de PP e que só a apoiou por razões éticas. Um especial com muita história, por isso a não perder.

JUSTIÇA

Director da Cadeia de São Martinho suspenso por irregularidades

Pág. A2

ENSINO

Estudantes estrangeiros procuram universidades cabo-verdianas

Págs. A14 e A15

DESPORTO

Tigana e Bijou, o sonho americano por um fio

Pág. A18

PUB

CiSA

UNIDADE ORGULHA | CIDADANIA DE BOMBA HABITA | Cooperação | Capacitação | CISA
[719.400] | [www.cisa.cv] | [info@ciisa.cv]

CONVENÇÃO INTERNACIONAL DO DESPORTO EM ÁFRICA

SAL, CABO VERDE, NOVA CAPITAL DO DESPORTO E DO TURISMO

" DESPORTO E TURISMO "

1, 2 e 3 de Maio 2014



Director de São Martinho suspenso e Jacob Vicente de saída

» O director da Cadeia Central de São Martinho, na Praia, encontra-se suspenso das suas funções, por suspeitas de irregularidades cometidas no desempenho do cargo. A informação foi confirmada pelo Director-geral dos Serviços Penitenciários e Reinserção Social (DGS-PRS), Jacob Vicente, que se encontra, ele próprio, de saída do posto que ocupa.



■ Silvino Monteiro

Domingos Costa, director da Cadeia Central da Praia, encontra-se suspenso das suas funções há mais de duas semanas, alegadamente por motivos disciplinares. Na origem dessa medida estarão, alegadamente, o incumprimento de medidas penitenciárias e outras mais irregularidades cometidas naquele maior centro prisional do país.

Segundo a nossa fonte, as denúncias partiram dos visitantes, assim como dos próprios guardas e outros funcionários. A situação ditou a abertura de um inquérito ordenado por Jacob Vicente e conduzido pela procuradora Kelly Fernandes,

Jacob Vicente já espera pelo render da guarda



procedimento este que ditou a suspensão de Costa das suas funções, estando a ser substituído actualmente por Maria Paula Fortes até o fecho do processo.

Questionado se a suspensão daquele director está relacionada com suspeitas de esquemas para facilitação da fuga de alguns reclusos, Jacob Vicente escusou-se a comentar o assunto, dizendo que o inquérito está em curso e que a pessoa visada se encontra suspensa por motivos disciplinares.

Jacob Vicente de saída

A NAÇÃO sabe também que Jacob Vicente está ele próprio de saída da chefia da Direcção-

-Geral dos Serviços Penitenciários e Reinserção Social, alegadamente por motivos pessoais. De referir que Vicente encontra-se à frente da DGS-PRS há quase dois anos, tendo, desde então, implementado algumas melhorias nas cadeias, nomeadamente, nos sectores da alimentação, tratamento e reinserção social, bem como no sistema de visitas. Porém, Jacob Vicente tem sido também muito criticado sobretudo pelos guardas prisionais pelo incumprimento do pagamento dos suicídios das férias acumuladas, pelas horas extraordinárias, horário e condições de trabalho. A sua saída poderá acontecer a qualquer momento.

PUB

asa
AIRPORTS
AND AIR SAFETY

Quando você viaja, nós cuidamos de si.

Aeroporto Internacional Amílcar Cabral - Ilha do Sal - Cabo Verde | Tel.: +238 241 14 68 | +238 241 25 37 | www.asa.cv - info@asa



Tesouro das Ilhas

GANHE
1.000.000\$00
Todos os meses

fi

Diáspora quer parlamento e governo regionais para São Vicente

» Um grupo de reflexão, constituído na diáspora, defende a regionalização tanto política como administrativa de Cabo Verde para combater o centralismo e as assimetrias no país. A curto prazo, o grupo propõe um parlamento e um governo em S. Vicente, com amplos poderes políticos e executivos, para alavancar a economia da ilha por se tratar de uma das mais penalizadas desde a independência do país.

■ João Almeida

Só na esteira de uma reorganização política e administrativa, argumentam os signatários de um memorando enviado ao Governo e aos partidos políticos, Cabo Verde será capaz de combater o seu “pecado original”. Pecado esse que resulta não só de “um excessivo centralismo político”, como também da concentração na ilha de Santiago de todo o aparelho do Estado e da maior parte dos recursos humanos e financeiros.

“Esta situação causou perigosas assimetrias no território nacional, com enormes prejuízos para as populações residentes nas periferias. No rol das suas consequências, sublinhe-se a descapitalização humana das ilhas afectadas, mediante o esvaziamento das suas elites locais, e a estagnação ou retrocesso das suas economias, com os níveis de desemprego a assumir proporções desastrosas e a trancarem-se as portas da esperança”, lê-se no texto.

O documento, sabe o A NAÇÃO, é subscrito, entre outros, por Luiz Silva, José Fortes Lopes, Arsénio de Pina, Adriano Miranda, Vlademiro Romano, Valdemar Pereira, residentes no exterior. A eles se juntam outros residentes no Mindelo, designadamente, Camilo Aburaya, John Cristina e Júlio César Alves.

E porque S. Vicente foi das “ilhas mais penalizadas” pelo centralismo da Praia, o grupo exige que sejam implementados, com urgência, um parlamento e um governo provisórios, em regime experimental na ilha. Tudo para que esses órgãos tenham amplos poderes políticos e executivos, até à oficialização da regionalização



plena do país, de modo a poder trabalhar para a recuperação económica e política da mesma ilha.

“A regionalização é uma parte da solução dos problemas da ilha, pelo que se multiplicam as vozes no sentido da implementação urgente de um modelo que rompa com o ambiente de depressão instalado e abra outras perspectivas para o seu desenvolvimento”, sustenta o grupo, antes de referir que “tendo em conta as diferentes posturas tacticistas em relação ao problema, deve-se redobrar a pressão de modo a não se aceitar qualquer solução do estilo pseudo-regionalização que manteria o essencial da estrutura centralista do país que é a fonte e a causa principal da crise que atravessa a ilha de S. Vicente e outras”.

Proposta do MpD insuficiente

De resto, este posicionamento constitui um recado ou uma resposta clara ao MpD, cuja proposta de regionalização foi recentemente divulgada, mas que, na perspectiva dos quadros na diáspora, não traz especiais novidades de fundo. Ou seja, “o mesmo partido defende que as regiões assim criadas devem contemplar unicamente uma vertente ‘administrativa’, através da criação de autarquias supramunicipais ou regiões administrativas que estariam sob a tutela do poder central, situação que, aparentemente, não parece diferenciar-se muito das teses do partido do poder”.

Por outro lado, o grupo sublinha que o MpD propõe criar duas regiões para Santiago e

um estatuto especial para a Cidade da Praia, cujo somatório resultaria em mais um excesso de concentração. “O seu aspecto mais saliente, e sem dúvida preocupante, será o Estatuto Especial para a Capital, que denuncia, sem sofisma, uma clara intenção de perpetuar a macrocefalia do Estado assente na cidade, e que é, em si mesma, a origem e a causa dos problemas nacionais”.

Governo e AN mais magro

Para contrapor essa visão, os quadros na diáspora defendem um modelo de regionalização que concilie uma componente política e outra administrativa para viabilizar a transferência de competências do poder central para as regiões. Isso

forçaria, no seu entender, uma reforma profunda do Estado, a começar pela “redução do número de ministérios, secretarias de estado, deputados nacionais e municipais, e a acarretar a extinção ou adequação de órgãos e serviços afectos ao seu funcionamento”.

A proposta contempla um sistema bicameral, sendo uma das câmaras um Senado com um representante para cada ilha para o “re-equilíbrio político do país”. Nesta linha, o país passaria a ter governos e parlamentos regionais eleitos, com competências políticas e recursos humanos, económicos e financeiros para determinar os destinos das respectivas regiões.

Para o grupo, não adianta utilizar o argumento de que isso acarretaria custos para um país porque este não é válido. Pelo contrário, entendem os signatários do memorando que uma reforma bem pensada evitaria desperdícios na utilização de recursos humanos e financeiros.

“A criação do poder regional (parlamentos regionais e governos regionais) com custo praticamente zero, será, assim, conseguida a partir do emagrecimento de um Estado, que, em muitos sectores, é desmesurado face à dimensão geográfica e demográfica do país”, sublinha.

Esse Grupo de Reflexão na Diáspora foi constituído em 2010, ao qual se juntaram elementos residentes em S. Vicente, para debater as problemáticas de desenvolvimento dessa ilha em particular e de Cabo Verde no geral, pondo foco no debate sobre a regionalização. O mesmo grupo integrou, em 2012, a associação denominada Grupo de Reflexão para a Regionalização de Cabo Verde (GRRCV) que diz trabalhar para “cimentar” a democracia no país.



Apresentamos-lhe o novo cartão BI Woman.

Ver saldos, imprimir extratos, requisitar cheques nas ATM, pagar as suas compras, tudo isto e mais. Com um design próprio e exclusivo para Si, o novo Cartão BI Woman, apresenta-se de forma diferenciada e distinta, para a ajudar a gerir o dia-a-dia da forma que só uma mulher o sabe fazer.

Para mais informações dirija-se a uma Agência BI ou visite-nos em www.bi.cv



Distinga-se!

Contabilistas e O

» Um grupo significativo de técnicos de contas está em desacordo com a direcção da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados (OPACC), por considerar que se pretende aprovar um novo estatuto para beneficiar apenas o grupo de auditores em detrimento dos contabilistas. O bastonário João Mendes discorda literalmente desse ponto de vista, por considerar que todos pertencem à mesma classe.

■ Daniel Almeida

Na semana passada a OPACC pretendia, em assembleia-geral, aprovar os novos estatutos dessa ordem profissional, mas esse propósito não foi levado avante. Isto, porque, segundo uma fonte, os contabilistas propuseram o adiamento da votação para que pudessem ser introduzidas alterações tendentes a proporcionar “maior equilíbrio” aos estatutos. Foi estabelecido um prazo de 60 dias para a formulação de novas propostas antes de se submeter o documento à votação.

No rol de denúncias, os contabilistas, que estão em maioria na OPACC (500 contra 40 auditores), afirmam que a proposta do novo estatuto visa “restringir” a função a quase que exclusivamente a assinatura de contas. Dizem também que a direcção da Ordem pretende imiscuir-se na gestão das empresas de contabilidade ao estabelecer que os sócios de sociedades de contabilistas certificados que exercem a função em regime de não exclusividade não podem contratar outros contabilistas certificados para trabalharem com eles.

Os técnicos de contas protestam contra a obrigatoriedade, que se pretende impor nos no-

vos estatutos, designadamente, de os contabilistas depositarem cópia dos contratos de trabalho ou prestação de serviço na OPACC, “sabendo que muitos dos membros dos Órgãos Sociais da OPACC são os nossos concorrentes directos”.

O bastonário João Mendes rebate liminarmente tais acusações, afirmando que a OPACC “é de todos os Contabilistas Certificados e Auditores Certificados cabo-verdianos”.

“O projecto de revisão do Estatuto da OPACC visa sim-

plesmente adaptar o Estatuto da Ordem, em vigor, à actual Lei das Associações Públicas Profissionais, aproveitando-se para nele introduzir as regras estabelecidas nas Normas Internacionais de Formação da IFAC-Federação Internacional dos Contabilistas, que referem aos requisitos de exame e estágio profissional, que precedem a entrada na profissão, e de desenvolvimento profissional contínuo, subsequente, dos Contabilistas e Auditores Certificados”, afirma.

O bastonário esclarece ainda que o projecto de revisão do Estatuto da OPACC aponta também para a adesão aos princípios do Código de Ética Profissional da IFAC e para a instituição do Controlo de Qualidade do trabalho dos Contabilistas e Auditores Certificados. Estes serão de resto desenvolvidos posteriormente num novo Código de Ética e Deontologia Profissional da OPACC, adaptado ao da IFAC, e em Regulamentos e Guias de Controlo de Qualidade dos tra-

balhos dos Contabilistas e dos Auditores Certificados.

João Mendes nega que com os novos estatutos a função do contabilista fique restringida apenas à assinatura das contas. Pelo contrário, no seu entender, o projecto de revisão dos estatutos oferece um leque grande de funções, “incluindo a consultoria de gestão e a docência nas áreas de especialidade do Contabilista Certificado. Aliás, o conteúdo dos citados artigos do projecto de revisão do Estatuto da OPACC é similar ao dos





OPACC em pé de guerra



artigos 54º, 55º e 56º do Estatuto da OPACC em vigor”.

Sobre a alegada intromissão da OPACC na gestão das empresas de contabilidade, o bastonário diz que essa acusação é também “falsa”. Conforme refere, o artigo que “porventura está a ser referido, pensamos ser o artigo 116º, sobre a não dedicação exclusiva, e esse artigo refere-se aos Contabilistas Certificados, enquanto tal e não organizados de forma societária. Aliás, existe idêntico artigo para os Auditores Cer-

tificados, que é o artigo 133º. Mais uma vez, não estamos a inventar nada em Cabo Verde”

João Mendes advoga a necessidade de haver “transparência” no exercício da profissão, por considerar que os contabilistas e os auditores são profissionais certificados por uma Ordem Profissional, que não é uma associação privada qualquer, mas uma Pessoa Colectiva de Direito Público, a quem o Estado delegou poderes públicos para serem auto-geridos pelos próprios profissionais”.

“Obviamente que esses deverão fazê-lo em defesa do interesse público, na medida em que o produto do seu trabalho tem interesse público relevante. Temos de salvaguardar isso. A Ordem ao exercer poderes que são delegados pelo Governo, deverá fazê-lo, portanto, em defesa do interesse público, não dos interesses individuais de membros específicos da classe profissional de Contabilistas ou de Auditores”, afirma.

João Mendes deixa entender que as alterações a serem introduzidas nos estatutos da OPACC decorrem de aspectos diagnosticados no Relatório sobre a Observância das Normas e Códigos de Contabilidade e Auditoria em Cabo Verde (ROSC A&A Cape Verde), “relatório esse elaborado por um grupo de consultores sob os auspícios do Banco Mundial,

já consensualizado em Cabo Verde, e cuja versão final estará para ser remetida às autoridades cabo-verdianas, para os efeitos que estas acharem por mais conveniente”.

Na sequência da adopção das recomendações desse relatório, o Banco Mundial estará disponível para conceder um donativo, de aproximadamente 750.000 dólares, para implementação de um plano estratégico que a OPACC deverá desenvolver e apresentar, o qual deverá incluir, entre outras, uma componente de reforço institucional da Ordem; apoio na revisão dos currícula escolares dos cursos superiores de contabilidade e auditoria; formação de formadores nas normas internacionais de contabilidade e nas normas internacionais de auditoria, etc.

Divulgação



Banco de Cabo Verde

As taxas aqui referidas são praticadas nas operações entre o BCV e as instituições de crédito. As taxas praticadas por estas últimas nas operações com os seus clientes estão liberalizadas, com excepção do câmbio com o Euro que é fixo.

Taxas de Juro

Data	Tipo	Taxa(%)
01-09-2013	Absorção de liquidez	1,0000
01-03-2014	Cedência de liquidez	7,2500
16-01-2012	Redesconto	8,2500
27-02-2014	Taxa Base Anual	3,3204
01-03-2014	Taxa Directora	4,2500

Títulos do BCV - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa(%)
18-03-2014	Títulos de Regularização Monetária (14 dias)	0,7604
02-04-2014	Títulos de Regularização Monetária (14 dias)	0,7431
16-04-2014	Títulos de Regularização Monetária (14 dias)	0,6875

Títulos da Dívida Pública - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa(%)
07-03-2014	Obrigações de Tesouro - 8 anos	6,0000
14-03-2014	Obrigações de Tesouro - 6 anos	5,9375
26-03-2014	Obrigações de Tesouro - 7 anos	6,0000
04-04-2014	Obrigações de Tesouro - 8 anos	6,1250

Taxa de Câmbio de 22-04-2014

País	Moeda	Unid.	Compra	Venda
ESTADOS UNIDOS AMERICA	USD	1	79,484	79,686
INGLATERRA	GBP	1	133,617	133,920
CANADA	CAD	1	72,220	72,361
SUIÇA	CHF	100	9050,286	9063,062
JAPÃO	JPY	100	77,824	77,951
DINAMARCA	DKK	100	1475,472	1478,161
NORUEGA	NOK	100	1329,972	1332,662
SUECIA	SEK	100	1209,064	1211,921
AFRICA DO SUL	ZAR	1	7,457	7,659
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810

Obs: Para mais informações consulte: IFMIF.BCV.CV

GREVE GERAL

CCSL mantém pré-aviso

■ Daniel Almeida

A CCSL exige a reposição do poder de compra dos cabo-verdianos, pagamento das promoções, progressões, reclassificação e subsídio por não redução da carga horária, e horas extras pendentes em relação aos professores, médicos, oficiais de justiça, Polícia Nacional, alfândegas e agentes prisionais, a restituição do Imposto Único sobre o Rendimento de 2008 a 2012 e a aprovação dos Estatutos dos Quadros Privativos da Administração Pública.

O presidente da CCSL, José Manuel Vaz, lembra que a decisão de se avançar com a greve geral foi tomada pelo Secretariado Permanente e pela Comissão Executiva dessa Central Sindical que, em Dezembro do ano passado, apresentou o pré-aviso ao Governo, com conhecimento ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia Nacional e à Direcção Geral do Trabalho (DGT).

“A lei prevê que, quando houver um pré-aviso de greve, a DGT deve promover uma negociação entre as partes para tentar dirimir o conflito. Mas até hoje não houve nenhuma iniciativa da DGT nesse sentido”, realça.

José Manuel Vaz reconhece que houve uma reunião do Conselho de Concertação Social que abordou essa questão, “só que esse órgão não tem competências para dirimir conflitos laborais”.

Entretanto, diz o líder da CCSL que apenas três pontos mereceram o consenso nessa reunião: “A questão relacionada com o Código Laboral, a introdução do subsídio de desemprego e a aprovação do Estatuto do pessoal dos quadros privativos, que deveria acontecer até o final do passado mês de Março, último. Quer dizer que há apenas dois pontos em

» A Confederação Cabo-verdiana dos Sindicatos Livres (CCSL) mantém o pré-aviso de greve geral para terça e quarta-feira da próxima semana, 29 e 30 de Abril, e suporta a manifestação nacional no dia 1 de Maio, quinta-feira. A UNTC-CS não participa e tão-pouco o Governo vê razão para tais acções por parte da central de José Manuel Vaz.



discussão em sede da comissão técnica: revisão do Código Laboral e a introdução do Subsídio de Desemprego”.

Vaz diz que perante o silêncio do Governo em relação aos outros pontos constantes do pré-aviso de greve, “não resta outra alternativa senão avançar para a paralisação geral marcada para finais deste mês”.

Recuo da UNTC-CS

Perguntado se o “recuo” da

UNTC-CS, que não se mostra disponível para participar nas jornadas de luta que estão a ser organizadas pela sua Central Sindical, Vaz diz que neste momento contam com os trabalhadores cabo-verdianos.

“Os trabalhadores se sentem afectados e prejudicados pela política do Governo, em termos de reposição do poder de compra, já perderam cerca de 12 por cento (%) de 2011 a esta parte do seu poder de compra e o Governo não mos-

trou abertura suficiente para fazer um aumento de 5 % conforme a nossa exigência. O Governo não satisfaz a questão do pagamento das progressões, reclassificações e subsídio de redução da carga horária e horas extraordinárias pendentes dos professores, dos enfermeiros, dos médicos, do pessoal das Alfândegas, do pessoal do Registo e Notariado, dos agentes da Polícia Nacional e guardas prisionais”, esclarece.

O presidente da CCSL lem-

bra ainda que o Governo “não satisfaz” a questão relacionada com a aprovação do Estatuto dos quadros privativos, assim como a integração no quadro dos funcionários com mais de cinco anos de serviço na Administração Pública. “Por tudo isso não temos razões, neste momento, para suspender a greve”.

Entretanto, a UNTC-CS já fez saber que não vai participar na greve. O secretário-geral da maior Central Sindical do país justifica a decisão argumentando que estão em curso negociações, que se prolongam até 06 de Maio, no quadro de uma comissão tripartida - Governo, patronato e sindicatos -, para tentar ultrapassar as divergências.

Júlio Ascensão Silva lembra o acordo alcançado a 06 de Março, último, na reunião do Conselho de Concertação Social, que criou a comissão para negociar, em dois meses, propostas para a revisão do Código Laboral e a criação do subsídio de desemprego, prazo que termina a 06 de Maio, uma semana após a greve.

O primeiro-ministro, José Maria Neves, insiste, por seu lado, que não há razões para manifestações ou greves em Cabo Verde. “Nós estamos num processo negocial e deve haver cedências mútuas. Deve haver bom senso, diálogo para chegarmos aos consensos necessários em relação às relações laborais em Cabo Verde”, alega.

Para JMN, uma greve ou uma manifestação só iria perturbar o processo de negociação que está a decorrer. “Não vale a pena radicalizar posições e perturbar esse processo negocial em curso. Devemos todos fazer esforço para que haja acordo e não há necessidade para manifestações ou greve”.



Surpreende-te com as super promoções da TACV

de Cabo Verde para

Paris a partir de 44.350\$	Amesterdão a partir de 34.650\$	Lisboa a partir de 41.350\$
---	--	--

Call Center: 260 82 60
callcenter@tacv.aero
www.facebook.com/tacv.airlines
www.flytacv.com

Taxas incluídas
Tarifa só ida
Lugares limitados
Tarifas sujeitas às condições especiais
Promoção válida até 31 Dez 2014

O prazer de viajar bem

NOVO ESTATUTO DO PESSOAL DIRIGENTE

Cargos superiores vão a concurso para “despartidarizar” Administração Pública

» Todo o cargo público na administração pública, inclusive nos projectos, passará a ser feito através de concurso público. A garantia é dada pelo secretário de Estado Romeu Modesto, que assegura que a nova proposta de estatutos do pessoal dirigente, em fase de socialização, introduz novas regras de recrutamento mediante concurso, com vista a “despartidarização” da máquina pública.

■ Daniel Almeida

De acordo com o secretário de Estado da Administração Pública, os dirigentes de nível superior, também, passarão a ser recrutados mediante concurso, num esforço de se generalizar o princípio de que o provimento em todos os cargos públicos deverá passar ser feito mediante concurso.

“O princípio geral é de concurso, mas já na proposta estamos a introduzir o debate para ver se fará sentido termos alguns cargos de direcção que podem não ser por concurso”, explica Romeu Modesto. “O Estado tem os seus fins ao nível da soberania, de defesa, de segurança e ao nível política externa, nesses cargos que têm alguma especificidade, por exemplo: o director nacional da Polícia, que é uma estrutura hierarquizada, mesmo o director nacional da Defesa. Nesses cargos estamos a propor a excepção. Aqui não se aplicaria as regras para efeito de concurso, considerando a especificidade da própria área”.

O secretário de Estado defende que tal proposta poderia ser alargada para alguns cargos do Ministério das Relações Exteriores, tendo em conta a especificidade da carreira diplomática.

Segundo Modesto, a socialização do projecto de estatuto do pessoal dirigente da administração pública vem apontando para a necessidade de se reflectir sobre algumas áreas,

como, por exemplo, o secretário-geral do Governo. Neste caso, alega, “por causa da sua especificidade e proximidade com o Governo se não seria de se excepcionar”.

“A proposta não excepciona, mas estamos a discutir essa possibilidade e a mesma coisa deve acontecer para o cargo de secretário municipal”, adianta.

O secretário de Estado diz ainda que há quem entenda que se deve excepcionar os cargos públicos de representação dos ministros, ou seja, os delegados dos serviços desconcentrados dos diferentes ministérios. “Isto não está na lei, mas levantou-se a questão de se introduzir o regime de excepcionalidade nos cargos de representação do membro do Governo e do presidente da Câmara. A proposta está na linha de só excepcionar cargos de defesa, de segurança e de negócios estrangeiros, mas estamos também a discutir es-

sas possibilidades, pelo menos a nível do secretário-geral do Governo, do secretário municipal e de cargos de representação”.

O governante esclarece, no entanto, que o princípio de todos os demais cargos, directores nacionais, directores-gerais e de serviço, é para o recrutamento, através de concurso, no sentido de se trabalhar para a “despartidarização” da administração pública e “começarmos a trilhar para alguma profissionalização desses cargos”.

No sistema vigente em que a nomeação dos cargos de director-geral é feita por escolha, o modelo de comissão de serviço ou de contrato de gestão era por três anos, agora a proposta de concurso levanta-se a questão do prazo. “Esse prazo deverá continuar em comissão de serviço por três anos? Ou deveremos alargar o prazo de Comissão de serviço”, interroga o

governante defendendo, no entanto, que a lógica deverá manter-se numa comissão de serviço por três anos.

Em termos de perfis para os cargos superiores, Romeu Modesto diz que neste aspecto estão a ser introduzidas novidades. “A exigência, para já, de um curso superior e para quem vem de fora da administração pública, para além do curso superior, teria que ter uma pós-graduação de nível de especialização. Para os técnicos que estão na administração a proposta não exige pós-graduação, porque parte-se do princípio que os técnicos já têm conhecimento da administração, exigindo-se, nesse caso, o curso superior com o nível de licenciatura”.

“Para além da formação, também estamos a introduzir o princípio de experiência. Para o cargo de secretário-geral, o titular teria que ter uma experiência no mínimo de 10 anos,

para o director nacional uma experiência de sete anos, para o director-geral cinco anos e para director de serviço três anos”, esclarece.

O provimento nos cargos poderá ser feito em comissão de serviço ou mediante contrato de gestão, passando em concurso, o Conselho de Ministros é que definirá o modelo, sempre com base numa carta de missão, que deve fixar os indicadores de desempenho e os objectivos que o dirigente deverá cumprir durante o seu mandato.

“Estamos a introduzir a avaliação de desempenho para o pessoal dirigente. A carta de missão para se ter os indicadores de desempenho e os objectivos fixados para se avaliar o desempenho do dirigente. E a comissão de serviço ou contrato de gestão só será renovada se a avaliação de desempenho for positiva”, realça.

Segundo Romeu Modesto, o novo estatuto reforça o princípio da exclusividade e o princípio da incompatibilidade. “Neste momento já existe incompatibilidade com alguns cargos políticos, um deputado nacional não pode ser director-geral, mas esse mesmo princípio não existe a nível municipal”, explica o secretário de Estado afirmando que existem casos de directores-gerais que acumulam funções de vereadores e de deputados municipais. “A proposta reforça o princípio de incompatibilidade do cargo público com o exercício de cargo político”.

Ainda em relação à exclusividade, Romeu Modesto diz que a será aberta uma única excepção relativa à docência, mas que esta só será permitida fora do horário normal de expediente, ou seja no horário pós-laboral.



Nos negócios, como na vida,
a **iniciativa**
é fundamental.



a revista de negócios e economia de Cabo Verde

iniciativa
Disponível em banca.

Vida empresarial

Análise económica e financeira

Cultura e lifestyle

ALFA COMUNICAÇÕES

TEL.: (+238) 262 86 77 • E-MAIL: iniciativa@alfa.cv • www.alfa.cv



**Pedro
Moreira**

Um santo dos santos do III milénio (Parte I)

“Jovens de todos os continentes, não tenhais medo de ser os santos do novo milénio”

João Paulo II, in JMJ, Roma 2000

Engraçado!

I. Realmente, acaba por ser a mais grata das ironias, João Paulo II (JP II), Karol Józef Wojtyła, o 246.º Papa da Igreja Católica, estar a ser um dos primeiros santos deste novo milénio, de facto e de jure, quando, no próximo dia 27 de Abril, o auspicioso 2.º Domingo da Páscoa, Domingo da Divina Misericórdia que ele mesmo instituiu, em Maio de 2000, dia de festa da Santa Irmã Maria Faustina Kowalska, também ela polaca, beatificada em 1993 e canonizada, por ele, em 30 de Abril do ano 2000, a Sua Santidade o Papa Francisco, pessoalmente, proclamar as palavras finais do sagrado rito de canonização dos santos. Não será demais aqui evocar que, afinal, foi igualmente, na véspera da festa da Divina Misericórdia, desta feita, 2 de Abril de 2005, que o sempre saudoso JP II regressou à casa do pai e para junto da Maria Santíssima a quem se entregou totalmente¹ e confiou o seu ministério petrino. Neste sentido, não é despiciente lembrar que a beatificação de João Paulo II, acontecimento que o Vaticano considerou “sem precedentes”, com paralelo apenas na Idade Média, aconteceu em 1 de Maio de 2011, também Domingo da Oitava da Páscoa, festa da Divina Misericórdia.

Neste marcante dia, o beato João Paulo II, juntamente com João XXIII, passará a engrandecer a longa lista de homens e mulhe-

res elevados às honras dos altares, na qualidade e condição de santo, ele que, durante o seu magistério petrino, elevou às honras dos altares 1.735 pessoas,² seja por beatificação ou por canonização, mais do que todos os seus antecessores juntos; ele que, mais do que ninguém, exortou e apelou à santidade como vocação fundamental do cristão³; sobretudo, ele que “democratizou” o processo de santificação.

Como, um dia, disse o professor e psicólogo Ivan Rojas, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, “João Paulo II, tinha e tem uma visão generosa do ser humano” tendo sempre acreditado e dito que qualquer pessoa pode ser santa, sem a necessidade de realizar nenhum feito extraordinário. Com JP II, a santidade deixou de estar demasiada confinada aos mosteiros, às sacristias e aos mártires de sangue. Sempre defendeu ele, de todas as formas, que a santidade é uma “vocação natural dos cristãos” e vários foram os casos mais inesperados e algo invulgares de beatificação e canonização que JP II mandou instaurar e processar, desde jovens modernos, a desportistas, famílias, etc.

Não é, por isso, difícil de concluir, que, de alguma forma, JP II com o seu “programa de santificação” concretizou, deu rosto e assumiu, um dos ensinamentos fundamentais do Concílio Vaticano II acerca da santidade, que decretou na Constituição Dogmática Lumen Gentium: “*Esta é a vontade de Deus, a vossa santificação*” (1Ts 4,3; cf. Ef 1,4). (...) *Todos os fiéis santificar-se-ão dia a dia, sempre mais, nas diversas condições da sua vida, nas suas ocupações e circunstâncias, e precisamente através de todas estas coisas, desde que as recebam com fé, das mãos do Pai celeste, e cooperem com a vontade divina, manifestando a todos, no próprio serviço temporal, a caridade com que Deus amou o mundo*⁴.

O cardeal português, José Saraiva Martins, que liderou a Congregação para as Causas dos Santos durante largos anos durante o pontificado de João Paulo II, disse uma vez, ainda JP II era vivo: “Acho que esse papa passará, mercedemente, à história como o papa da santificação. O papa sempre lembra que a santificação faz parte da natureza da Igreja e que está no seu DNA.”

Que fique, contudo, claro, que, efectivamente, canonizar não é fazer alguém “virar” ou tornar-se santo, porque, na verdade, esse alguém teria que ser já santo quando morreu, o que deve ser observado, investigado e provado com a razão do rigor científico e a fé, em termos históricos, sociais, pastorais, teológicos e sobrenaturais/divinos até, durante um longo, difícil e rigoroso processo de beatificação e canonização. Ao fim e ao cabo, a canonização, de facto, é uma “sentença” definitiva, com a qual o Sumo Pontífice decreta que um servo de Deus, já incluído entre os beatos, será incluído no catálogo dos santos e será venerado na Igreja universal com o culto devido a todos os canonizados.

Do e sobre o Santo João Paulo II existe uma imensidão de escritos, testemunhos de todas as espécies e, certamente, muito mais ainda será feito, agora santo “de jure”. No entanto, mesmo no meio de contradições e polémicas, a par de uma fé inquebrantável em Deus e uma confiança sem limites em Maria, todos lhe reconhecem, talvez, o maior dom e característica da santidade: uma evidente intimidade com Deus, através da oração o que perpassa por todos os testemunhos de pessoas mais próximas dele, desde jornalistas, a secretários, de cardeais a bispos e padres, de familiares a amigos ou até conhecidos de circunstâncias.

II. Afinal, este “santo súbito”,

também,⁵ é um papa das periferias

O Papa Francisco parece ter inaugurado e cunhado o conceito, de periferia, hoje tão em voga, no domínio das pastorais e da evangelização, tanto em termos geográficos, no que concerne à localização física das Igrejas locais e das pessoas como também as existenciais, em termos das situações concretas da vida das pessoas e comunidades.

Todavia, poucos terão em mente que JP II é também um papa que veio de longe, em pleno continente europeu; da periferia ou periferias, em todos os termos; de várias periferias. JP II rompeu com um “domínio” de papas de origem italiana durante longos 450 anos (desde 1522); veio de para lá do histórico muro de Berlim, qual divisória entre o mundo dos bons e dos maus; acabou por ser o primeiro polaco a sentar-se na cadeira de Pedro; era efectivamente oriundo de um país comunista, por isso, com o selo de desconfiança sobre a sua cabeça; foi uma pessoa marcada por sofrimentos e sacrifícios, tantos pessoais como da comunidade em que nasceu e se formou, tendo perdido a família ainda muito cedo e tendo sido perseguido por regimes nazista e comunista contras as quais teve que lutar; e por, na altura do conclave, não fazer parte de qualquer selecta e singela lista dos papáveis, nem de perto nem de longe.

Neste sentido, falar de JP é falar de periferias nas suas origens, no seu povo e na sua história; falar do Papa JP II e da sua história, é também saber e enquadrá-lo, na justa medida, na situação do mundo e da Igreja na segunda metade do séc. XX, na Europa do pós-II grande guerra e do pré durante e pós-Concílio Vaticano II. É nesse caldo todo que se formou o grande JP II, um grande papa da Igreja Católica e um santo do século XXI.

Poucos se lembrarão da situação da Igreja no pós-concílio, tanto internamente como à sua volta, sobretudo a Itália onde os assuntos ideológicos e politiqueros teimavam em entrar para dentro da Igreja, inclusive nos processos de eleição dos Papas pós-Paulo VI. Sabe-se que, em consequência directa do Concílio Vaticano II, na década de 1980 a Igreja vivia um famigerado embate interno entre os progressistas e liberais. Como bem lembra Andrea Ricardi, “o sentimento de crise não se limitava aos ambientes restritos dos intelectuais e pensadores eclesásticos mas estava difundido na opinião pública e entre os fiéis.”⁶

É nesse chão sociológico e eclesial bastante perturbado e perturbador que, em 16 de Agosto de 1978, Karol Józef Wojtyła, arcebispo de Cracóvia, é eleito o primeiro papa não italiano e mais de 450 anos, assume o pontificado, após breves 34 dias do papado de Albino Luciani, João Paulo I.

(Continua)

¹Fazendo de “totus tuus, Maria” (sou todo seu, Maria) o mote do seu brasão episcopal enquanto bispo e, de igual forma, lema do seu serviço episcopal e pontifical enquanto Papa.

²Cfr. Os Santos de João Paulo II, Orlando de Carvalho, 2005.

³Em várias ocasiões, João Paulo II apelou e exortou à santidade, especialmente durante o Jubileu do Ano 2000 em Roma, quando em Tor Vergatta na Jornada Mundial da Juventude 2000, instou veementemente a milhões de jovens desta forma: “Jovens de todos os continentes, não tenhais medo de ser os santos do novo milénio! ... tende a santa ambição de ser santos, como Ele é santo!”

⁴Lumen Gentium, 39.41.

⁵Como o actual Papa Francisco.

⁶Andrea Ricardi, in João Paulo II, A Biografia.



MINDELO

Padre abandona Diocese menos de um ano após ordenação

■ João Almeida

Natural da zona de Figueiral do Concelho da Ribeira Grande, Santo Antão, Manuel de Fátima Dias foi ordenado diácono em Março do ano passado, no Paul, Santo Antão, juntamente com Adriano da Luz Baptista e Eliseu Teixeira Lopes. Logo foi colocado na Paróquia da Boa Vista para conhecer a realidade da ilha, antes de se tornar padre. No dia 14 de Julho do ano, o jovem diácono recebia a ordenação presbiterial na cidade do Mindelo e passou a celebrar missas em São Vicente até retornar à Boa Vista.

Apesar de no dia da ordenação ter agradecido a Deus “o dom de seguir com amor e fé a caminhada que escolheu com a chamada do espírito santo”, Manuel de Fátima Dias não cumpriu um ano como “servo de Cristo”. Afastado da família, em Santo Antão, o jovem terá deixado levar-se pelas saudades de uma namorada da adolescência e, segundo uma fonte próxima da Diocese do Mindelo, começou a questionar a própria vocação sacerdotal.

Após isso, deixou a Paróquia da Boa Vista e neste momento encontra-se em Portugal. Contactada por este jornal, a Diocese do Mindelo confirmou que Manuel de Fátima Dias está fora de Cabo Verde, em “período de reflexão para decidir se retoma a vida religiosa” ou se a abandona. O caso está a ser acompanhado pelo pároco Lino Paulino, que nesta altura está em Israel e depois vai a Roma assistir à canonização de João XXIII e de João Paulo II.

O certo é que numa Diocese onde faltam padres para as diversas paróquias de São Vicente, Santo Antão, São Nicolau, Sal e Boa Vista, a desistência de Dias é recebida com apreensão. Isso porque, diz um a fonte da Igreja Católica em São Vicente, não só vai sobrecarregar os cinco diocesanos existentes na região, como pode constituir um mau sinal para outros jovens que se prepararam para dedicar-se à vida presbiterial.



» Ordenado padre há menos de um ano em Santo Antão, Manuel de Fátima Dias Carlos, de 30 anos, não aguentou a vida sacerdotal e pediu o seu afastamento da paróquia na ilha da Boa Vista, onde estava colocado. Motivo: queria retomar um namoro dos tempos em que ainda não havia decidido dedicar-se à vida religiosa.

Ministro que foi padre

Aliás, há quem realce que o próprio bispo da Diocese do Mindelo, Dom Ildo Fortes, deposita muita esperança nessa nova geração, pois que a ordenação de jovens, como o próprio já referiu, constitui “um sinal de vitalidade da Igreja”. Por isso mesmo, a saída repentina de Manuel de Fátima Dias foi tão sentida, embora as desistências da vocação religiosa não sejam propriamente uma novidade nesse país.

Alguns daqueles que hoje dirigem o país chegaram a frequentar o seminário e desistiram, outros abandonaram a vida sacerdotal para se dedicar a profissões diversas. Um exemplo disso é o ministro da Justiça, José Carlos Correia, que durante dois ou três anos foi padre mas saiu para a magistratura.

Entretanto, na história recente do país o primeiro a deixar o presbiterado foi o padre Viriato, natural da ilha da Boa Vista. Também da Ilha das Dunas, Eutrópio Lima da Cruz foi padre, saiu e depois viria a ser presidente da Câmara Municipal daquele concelho. Músico, desempenhou ainda outros cargos públicos, nomeadamente o de secretário-geral da Assembleia Nacional.

Mais recentemente, o padre José Maria Furtado, natural de Santiago e que estava colocado em São Vicente, deixou a vida sacerdotal para se dedicar à docência. Terá alegado problemas de saúde para justificar a saída.

Novo diácono

Se uns partem, outros há que chegam e entram para a vida religiosa com objectivo de servir os outros. É o caso do jovem Bernardino Monteiro, natural de Santo Antão, que se tornará diácono no próximo dia 27 de Abril. Será ordenado pelo bispo do Mindelo, Dom Ildo Fortes, numa cerimónia que acontecerá na ilha do Sal, onde o jovem fez estágio.

» Ainda em desenvolvimento, mas muito criticado pelos nacionais, a realidade do ensino superior em São Vicente parece ser outra quando vista por estudantes estrangeiros. Sejam da Alemanha, Antilhas, São Tomé e Príncipe ou de Cuba, todos reconhecem qualidade na formação universitária que se ministra por estas bandas. Mas também não faltam críticas para melhorar o que já se tem.

■ Leticia Neves

Há já algum tempo que a alemã Júlia Friedmann está acostumada aos intercâmbios internacionais. Tanto assim é que durante a licenciatura, cumprindo a obrigatoriedade de um semestre no exterior, estudou durante algum tempo no Brasil. Agora, completando o mestrado em Línguas Modernas e Economia, optou por um país de África, Cabo Verde, que conheceu através da Internet e acabou por se apaixonar a ponto de apresentar um trabalho sobre a morna numa universidade na Alemanha. Agora, está na Universidade do Mindelo, onde desde 6 de Março último frequenta cadeiras do curso de Relações Internacionais e Ciências Políticas, mas também o português, por iniciativa própria.

E mesmo oriunda de um país onde a qualidade do ensino superior é sobejamente comprovada, Júlia Friedmann encontra factores que enaltecem o sistema de ensino de Cabo Verde, aliás que acredita ser mais eficiente para aprendizagem. “É um bom sistema, porque na Alemanha não é muito comum ter turma onde os alunos fazem todas as cadeiras do curso sempre juntos. Lá nas grandes universidades escolhe-se as disciplinas e em cada sala encontram-se centenas de alunos. Acho que a proximidade facilita mais a aprendizagem”, salienta.

Por enquanto, a jovem, de 25 anos, ainda enfrenta algumas dificuldades por causa da língua, contudo, este é um constrangimento minimizado com

a ajuda dos colegas e dos professores. “Todos querem ajudar-me e fazem de tudo para que eu acompanhe as matérias. Por isso, está a ser mais fácil a adaptação”, afirma Júlia que não pensa voltar tão cedo para casa.

Terra dos pais

Fascinados por conhecer a terra dos pais e dos avós, Níbal e Edmilsa, jovens de São Tomé e Príncipe, coroaram essa ideia quando foram contemplados com bolsa de estudos para os PALOP's para estudar no Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (IS-CEE) no Mindelo. Findos os quatro anos de licenciatura em Turismo, ambos afirmam-se preparados para integrarem-se no mercado de trabalho no seu país natal, com a bagagem que levam de Cabo Verde, neste caso de São Vicente, uma ilha que aprenderam a amar.

“Aqui o nível de ensino é elevado e exigente, porque tudo o que se quer é que os alunos aprendam e saiam como profissionais qualificados e prontos a enfrentar o mercado. Gostei muito porque fizeram com que eu zelasse mais para poder corresponder às expectativas”, confirma Níbal Moreira que visualiza um futuro “promissor” no país que acredita precisar dele para se desenvolver. Para já, o jovem, de 25 anos, tem planos para montar, juntamente com um tio, uma pousada em São Tomé.

Por sua vez, Edmilsa Landin qualifica o ensino de Cabo Verde “bastante evoluído”, a ponto de se pensar em cursos de medicina. Assegura que o método obriga o aluno a dedicar-

SÃO VICENTE

Ensino superior elo



A antilhana Lidiana Mendes é descendente de pais cabo-verdianos

-se muito, ainda mais para estudantes, assim como eles, que não passaram pelo 12º ano, ano preparatório para ingressar no universitário.

“Tivemos algumas dificuldades porque não sentíamos em pé de igualdade com os alunos daqui, estes já no 12º ano escolhem as áreas e começam a familiarizar-se com algumas noções estudadas na universidade, mas nós não. Assim tivemos que fazer um grande esforço para acompanhar”, confessa.

Também com genes cabo-verdianos, mas vinda do outro lado do oceano, Lidiana Mendes é uma jovem do Curaçao, igualmente com conhecimento universitário de Cabo Verde, visto ter estado, no semestre passado, na Uni-CV em São Vicente para a pesquisa de final

de curso. Conversando com A NAÇÃO, via Skype, já que regressou à sua terra natal, esta jovem classifica como uma “grande experiência” o tempo passado em São Vicente. Ainda mais porque permitiu-lhe ter contacto com um sistema totalmente diferente do que estava acostumada na University of Dutch, em Antilhas, com bases do ensino holandês que é “curto, prático e concreto”.

“Na Uni-CV encontrei um ensino muito aportuguesado que é longo, cheio de teorias. Uma outra forma de comunicação que tive alguma dificuldade em adaptar-me por ser diferente da minha, contudo, que me ajudou a estar preparada para qualquer dos sistemas que vier a enfrentar na minha vida profissional. Também aprendi a expressar-me

melhor em português”, afirma Lidiana.

Pontos negativos

Entretanto, nem tudo são rosas nos pontos apontados pelos estudantes estrangeiros. Que o diga Belsys Mendonça, de 19 anos, a mais nova dos nossos entrevistados. Cubana, ela estuda o 1º ano do Curso de Ortóptica e Ciências da Visão na Universidade do Mindelo e veio a Cabo Verde para ficar com o pai que é médico cooperante na ilha de São Nicolau. Essa estudante considera que o sistema de ensino se afigura “exigente e rico devido a variedade de cursos para escolha”. Mas, por outro lado, estranha o método utilizado pelos docentes para ensinar os conteúdos.

“Os professores precisam ex-

ogiado por alunos estrangeiros



A alemã Júlia Friedmann não sabe quando vai voltar para casa.



Estudantes de São Tomé Níbal Moreira e Edmilsa Landin

plicar mais as matérias e não servir apenas slides durante as aulas e depois enviar os conteúdos por e-mail”, observa Belsys apontando ainda a falta de bibliografia como outro constrangimento. A mesma crítica

é compartilhada por Edmilsa Landin.

Já Níbal Moreira queixa-se da necessidade de haver um lado mais prático. “É preciso sair da teoria e colocar o aluno no terreno para ter mais interação

com o mercado de trabalho. Por exemplo, no turismo, ter mais contacto com essa indústria que está em grande desenvolvimento em Cabo Verde”.

Um lado mais prático a que Lidiana Mendes junta a crítica

de um sistema ainda “fraco” para intercâmbio internacional. “Não é só receber os estudantes internacionais, é preciso ter um programa específico que satisfaça as suas necessidades”, salienta.

Mas todos são unânimes em elogiar os mindelenses que classificam de “simpáticos e hospitaleiros”. Factor “importante” para a uma rápida integração, como a que tiveram.



Cabo Verde recebe universitários estrangeiros

Ainda que poucos, Cabo Verde tem vindo a receber estudantes para algumas das suas universidades e outros estabelecimentos de ensino superior. A Uni-Mindelo é uma delas. Dados dessa instituição, fundada em 2002, diz que ela já recebeu até hoje 72 alunos estrangeiros. Muitos deles descendentes de cabo-verdianos, vindos de

França, Holanda, Itália, Portugal, Estados Unidos e México. Há também estudantes de origem estrangeira, entre os quais brasileiros, chineses, nigerianos e senegaleses.

No presente ano lectivo, 2013-2014, a Uni-Mindelo tem inscrito 26 alunos nascidos fora de Cabo Verde. Destes, oito têm nacionalidade estrangeira e não são

descendentes de cabo-verdianos (Portugal: 1, Brasil: 4, Cuba: 1, Guiné-Bissau-1, Alemanha: caso da Júlia Friedmann). Um número que a Uni-Mindelo pretende aumentar já que um dos seus objectivos futuros é participar no Erasmus Mundus, um programa de cooperação e mobilidade no âmbito do ensino superior que apoia projectos

de cooperação e mobilidade entre a Europa e países terceiros.

Quanto à Universidade de Cabo Verde, o Departamento de Ciências Sociais e Humanas (DCSH) recebeu até agora uma única aluna do exterior, Lidiana Mendes. Mas o Departamento de Engenharias e Ciências do Mar (DECM), em São Vicente, já tem

uma história de receber inúmeros estudantes estrangeiros, maioritariamente dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP's). Algo que acontece também no Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE) que também tem, neste momento, formandos de origem africana.

Sal no centro do desporto africano

■ Gisela Coelho

A expectativa é grande. Afinal, não é todos os dias que a ilha do Sal e Cabo Verde têm a oportunidade de receber os maiores nomes e especialistas do desporto africano, num só evento, neste caso, sob o lema “Desporto e Turismo”. O encontro acontece entre os dias 1 e 3 de Maio, sendo esta a primeira vez que este arquipélago acolhe um acontecimento do género.

Segundo o vereador do Desporto, Pedro Neves, o encontro é fruto do trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal do Sal (CMS), durante a VII Convenção, que aconteceu em 2013, em Dakar, Senegal, a convite do Comité Para-Olímpico de Cabo Verde.

Na altura, o município salense fez-se representar pelo edil Jorge Figueiredo e pelo vereador para a área desportiva. “Fizemos uma apresentação do tema Desporto e Turismo na ilha do Sal e, no fim da Convenção, como é habitual, há sempre um concurso para escolher o próximo país que vai realizar a Convenção. Concorremos ao lado do Egipto, Mali, Guiné-Conakry, entre outros, e acabamos por sair vencedores”, conta Pedro Neves.

Vereador do Desporto da CMS, Pedro Neves



Requisitos

A qualidade do parque hoteleiro do Sal, a par do clima e a estabilidade e paz social, foram determinantes para que Cabo Verde fosse seleccionado, mas também as condições de infra-estruturação apresentadas ao nível do Desporto e não só no município.

“Temos condições e infra-estruturas desportivas de qualidade, não só o Estádio Municipal, que está dotado de uma pista de tartan, mas também temos condições excelentes para a prática de desportos náuticos, como windsurf, kite-surf, surf e modalidades de velas”, destaca.

A par das potencialidades que o Sal tem para oferecer nos desportos náuticos, juntam-se as condições ao nível dos

transportes, sobretudo aéreos, devido à posição geo-estratégica de Cabo Verde e, em especial do aeroporto internacional Amílcar Cabral, que permite uma ligação “facilitada” com o mundo.

Sal, capital do desporto africano

Ao assumir-se como a capital do desporto em África, durante os três dias do evento, as atenções do continente e do mundo estarão voltadas para Cabo Verde, o que natural-

mente ajudar a projectar ainda mais o país a nível internacional, neste caso, no campo desportivo.

“Estamos a falar de uma convenção com cerca de 300 participantes entre os convidados e os delegados do continente africano, das Américas, da Europa, da Ásia e da Oceânia. Ademais, vamos ter um seminário que antecede a Convenção com jornalistas que vão promover e divulgar o país e a ilha”, garante Pedro Neves.

À visibilidade nacional e internacional que a ilha do Sal

vai usufruir, juntam-se ainda os factores económicos que um evento desta dimensão pode originar. A convenção vai permitir associar também uma dinâmica movida em torno de hotéis, restaurantes, bares e transportes, que vão ter uma demanda acrescida com a movimentação dos participantes e familiares, que vão aproveitar a oportunidade para conhecer um dos destinos mais conhecidos do momento, em África, a ilha do Sal. Uma forma também de potenciar o turismo através do desporto.

Organização participada

A organização será participada, entre a CMS e a empresa senegalesa JAPPO, especializada em organização de eventos e gestão do desporto em África e que desde a primeira edição, em 2007, em Dakar, tem assumido a liderança da Convenção.

Aquele vereador assegura que a autarquia assumiu responsabilidades “ao nível de alojamento e do transporte interno, assim como da alimentação completa e do jantar de Gala, que inclui uma parte cultural”, com artistas cabo-verdianos.

De acordo com declarações de Djamil Faye, presidente da JAPPO, ao site da Associação dos Comitês Olímpicos de Língua Oficial Portuguesa, a organização “espera poder contar com uma grande participação da comunidade cabo-verdiana e está a trabalhar no sentido de serem criadas todas as condições para a promoção da imagem do arquipélago para que o turismo possa vir a ganhar com este evento”.

Programa

A gala JAPPO Awards, onde serão premiados atletas que se têm destacado no continente africano, será o culminar de um vasto programa, centrado sobretudo em palestras e debates, mas também em actividades ao ar livre, como torneios de futebol, incluindo futebol feminino e o CISA Kids, direccionado para as escolas. Paralelamente, irá decorrer uma exposição de empresas desportivas estrangeiras e nacionais que vão dar a conhecer os seus produtos e projectar novas oportunidades de negócio, junto dos países e continentes representados.



■ João Almeida

Os “encarnados” do Mindelo fizeram três vitórias nas três primeiras jornadas, por isso vão à ilha do Fogo com a tranquilidade de liderar o grupo B com uma folga considerável. Passaram no teste frente à Académica da Calheta, no Maio, com 2-0 e agora podem até perder frente à Micá do Fogo que continuarão a mandar na chave.

Já para a Académica do Fogo, com cinco pontos, a partida contra o Mindelense é de quase vida ou morte. Precisa vencer ou no mínimo empatar, pois na última jornada da primeira fase vai à ilha do Maio e lá deve encontrar uma equipa difícil de se curvar.

À espreita nesse grupo B está o Atlético de São Nicolau, que contabiliza quatro pontos. Após empatar, em casa, a uma bola com a Académica do Fogo, só resta à equipa da ilha do Chiquinho vencer Verdun e Académica Operária da Boa Vista e torcer que os fogueenses tropecem.

Com apenas três pontos cada, a Académica Operária e a Académica do Maio defrontam-se numa partida em que o empate constitui um mau resultado para ambas.

Quentes

No grupo A, duas partidas podem clarear as equipas com estampa para as semifinais. Na Cidade da Praia, o Sporting



Mindelenses e Sporting a uma vitória das semifinais

» Líderes dos respectivos grupos, o Mindelense e o Sporting da Praia estão a um passo das semifinais do campeonato nacional de futebol, quando faltam duas jornadas para o fim da primeira fase. Um empate frente à Académica do Fogo pode ser suficiente para o Mindelense pois soma nove pontos e tem quatro de vantagem sobre a mais directa perseguidora, justamente a Micá da ilha do vulcão.

da Praia, líder do grupo com sete pontos, recebe o Grémio Desportivo Nhagar, que bateu a Académica do Porto Novo por 1-0 na passada jornada e soma cinco pontos. Uma vitória em “casa” garante a passagem dos “leões”, mas os rapa-

zes de Nhagar já provaram que não estão para facilitar a vida a ninguém. Tanto assim é que ainda não perderam na prova e podem ser a surpresa deste campeonato.

Em Santo Antão, há também um decisivo Paulense x Acadé-

mica do Porto Novo. Ambas as equipas têm quatro pontos e quem vencer fica numa posição mais próxima da segunda fase.

Derby em maus lençóis

Praticamente sem chance

está o Derby, campeão regional de São Vicente. Amarga duas derrotas – frente à Académica do Porto Novo e Paulense, ambas por 0-1 – e um empate com o Grémio Nhagar. Tem apenas um ponto e só um milagre o colocaria nas semifinais. Mais a mais, enfrenta uma longa viagem à ilha Brava neste fim-de-semana para defrontar o Sporting da Brava, que contabiliza dois pontos, e depois recebe os “leões” da capital.

TAAG
LINHAS AEREAS DE ANGOLA
ANGOLA AIRLINES

VENIDA E VOLTA
2 VEZES POR SEMANA
91 2000

PRAGA-LUANDA-PRAGA		LUALABA-PRAGA-LUALABA		LUALABA-LUANDA		PRAGA-STOMÉ-PRAGA		STOMÉ-PRAGA-STOMÉ	
Executiva	112.750000 CVE	Executiva	94.950000 CVE	Executiva	78.810000 CVE	Executiva	78.810000 CVE	Executiva	78.810000 CVE
Comercial	118.750000 CVE	Comercial	98.200000 CVE	Comercial	86.200000 CVE	Comercial	86.200000 CVE	Comercial	86.200000 CVE
4ª Classe	84.400000 CVE	4ª Classe	42.200000 CVE	4ª Classe	42.200000 CVE	4ª Classe	42.200000 CVE	4ª Classe	42.200000 CVE
1ª Classe	65.400000 CVE	1ª Classe	34.100000 CVE	1ª Classe	34.100000 CVE	1ª Classe	34.100000 CVE	1ª Classe	34.100000 CVE

Bijou e Tigana perdem contrato com Phoenix FC

■ Sozy Brito

A intenção da assinatura do contrato com o Phoenix FC, equipa de futebol nos Estados Unidos da América (EUA), foi anunciada no final de 2013 e no dia 22 de Janeiro deste ano passou-se da promessa à prática. Com os contratos assinados, os atletas deveriam rumar aos EUA no início de Fevereiro, mas tal não aconteceu.

O contratempo surgiu, entretanto, porque os contratos assinados com aquele clube foram anulados porque a USL PRO revogou os direitos do Phoenix FC, expulsando o clube das competições. Esta explicação foi avançada ao A NAÇÃO pelo agente Tony Araújo que representava os dois atletas nos EUA.

“O clube violou uma série de políticas financeiras da liga. Sendo assim, a USL PRO decidiu substituir o Phoenix FC no mesmo campeonato por uma nova equipa denominada Arizona United SC, que não tem nada a ver com o Phoenix”, explica Araújo.

Sem fonte de renda

Neste caso, João Tigana, que joga como amador, não teve de romper o contrato com o Sporting Clube da Praia e continua a jogar no clube. Contudo, o caso do Bijou é diferente. Este, militando num campeonato profissional, “obrigatoriamente”, tinha de romper o contrato com o Atlético de Portugal para se inscrever na liga do USL PRO nos EUA.

A NAÇÃO sabe de fontes próximas de Bijou que o mesmo está desempregado, sem clube, e a treinar com os meios que tem, sem respostas claras por parte do seu agente.

Contactado, Bijou confirma que está realmente numa situ-



Tigana

» Bijou (ex-Atlético Clube de Portugal) e Tigana (Sporting da Praia) já não vão para o Phoenix FC, equipa da segunda Liga USL PRO norte-americana. A NAÇÃO sabe que esse contratempo mexeu com a vida de Bijou que teve de romper o contrato com o antigo clube, na esperança de alavancar a carreira futebolística. Em melhor situação está Tigana, ainda assim contrariado também.

ação desconfortável, mas diz acreditar nos esforços de Tony Araújo, na esperança de que o problema ora surgido seja solucionado o mais rápido possível.

“As regras são diferentes aqui na liga USL PRO, em relação ao estatuto de um jogador profissional e um jogador amador”, diz Tony Araújo. “Esta é uma situação lamentável para eles e para mim também, porque trabalhei arduamente para que assinassem o contrato com o Phoenix FC”.

Alternativa

Aquele agente avançou que está, neste momento, à procura

de alternativa para os seus dois atletas, inclusive com os dirigentes do Arizona United SC, mas estes, segundo ele, não querem nenhuma ligação com o Phoenix FC. “Alguns outros clubes da mesma liga USL PRO já demonstraram interesse em ambos os jogadores. Agora estou a trabalhar para conseguir novos contratos, já que a maioria dos clubes já está com o plantel fechado para jogadores estrangeiros”, diz.

No caso do Bijou, Tony Araújo garante que está a negociar com um clube a sua ida aos EUA, “de imediato, mesmo que seja só em sistema de observação”. “E em relação ao Tigana,




Bijou

já estou a tratar com outros clubes da mesma liga, mas ele só poderá vir aos EUA a partir do término do campeonato nacional em Cabo Verde”.

Portas abertas

Aquele agente cabo-verdiano, credenciado pela FIFA, afirma que goza de relações privilegiadas com todos os 19 clubes da Major League Soccer (MLS), 14 clubes da USL PRO e 10 clubes da North American Soccer League (NASL). Já para o próxi-

mo ano, segundo o mesmo, está prevista a entrada de mais oito clubes na liga USL PRO, três na NASL e dois na MLS. Daqui há dois anos a MLS terá um total de 24 clubes.

“O mercado de futebol nos EUA está a crescer e pretendo trazer vários talentos cabo-verdianos para estas paragens. Neste momento, estou a trabalhar com cinco outros jogadores masculinos e uma atleta feminina e pretendo colocar todos eles no estrangeiro até Agosto”, finaliza Tony Araújo. 



40 ANOS DO 25 DE ABRIL

Os cravos murcharam

» Quarenta anos depois do 25 de Abril, dia em que os jovens capitães tomaram de assalto o poder em Portugal, pondo fim a uma ditadura de quase 50 anos, os portugueses assinalam, amanhã, a data mergulhados numa profunda crise. Crise política, social, económica e, por que não também, crise existencial.

■ Gisela Coelho

Há 40 anos reinava a euforia nas ruas de Portugal, do Minho ao Algarve, uma euforia sem precedentes. Os cravos passaram a simbolizar a liberdade, a esperança de um novo rumo de Portugal e para os portugueses, bem como para os povos das colónias, acelerando as independências de Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola.

“Culpados”

Hoje, a euforia deu lugar ao desânimo, à insatisfação generalizada, que se reflecte na forma como os portugueses vêem os seus políticos, que acusam de serem os responsáveis pela crise reinante. O desemprego é desmedido, as pensões sofrem contínuos cortes a cada dia que passa, e poucos acreditam numa mudança de rumo nos próximos tempos.

Uma sondagem sobre a avaliação das quatro décadas pós 25 de Abril, realizada pelo CESOP - Universidade Católica para a Antena 1, RTP, Diário de Notícias e Jornal de Notícias -, o presidente Cavaco Silva e antigo primeiro-ministro José Sócrates são apontados como as personalidades que contribuíram de forma “mais negativa para o país”, nesse período. Mas Pedro Passos Coelho e Mário Soares também aparecem nessa listagem, ambos com 10%.

O mesmo inquérito dá conta que 83% dos portugueses estão insatisfeitos com o funcionamento da democracia, enquanto 55% respondeu estar pouco satisfeito e 28% nada satisfeito.

Conforme a mesma fonte,



questionados sobre qual a personalidade dos últimos 40 anos que mais contribuiu positivamente para o país, a maior parte elegeu Mário Soares (16%), seguido de António Ramalho Eanes (7%) e Sá Carneiro (6%). Segundo o mesmo estudo, Cavaco Silva surge em quarto lugar com 5%, seguido de Álvaro Cunhal, líder do Partido Comunista, já falecido.

Mais pobre

O inquérito versou ainda sobre questões de segurança e re-

vela que 53% dos portugueses é da opinião de que Portugal está menos seguro do que na altura da ditadura, mas, porém, 80% acredita que está mais livre e 65% mais democrático (65%). A pobreza não foge ao escrutínio e 62% dos inquiridos diz que o país está mais pobre.

Ainda segundo o mesmo inquérito, comparativamente às condições de trabalho antes e pós 25 de Abril, 49% dos portugueses responderam que estão piores do que antes e 56% afirmam que a qualidade de vida é melhor.

Questionados sobre as mudanças mais significativas no país, pós 25 de Abril, o direito ao voto lidera com 71%, seguido do Serviço Nacional de Saúde, 69% e da maior equidade entre o homem e a mulher, com 66%. Apenas com quatro dígitos de diferença aparece o salário mínimo ou pensão mínima e ainda o aumento da escolaridade, com 61%.

Relativamente às instituições que merecem maior confiança dos portugueses, a sondagem dá nota máxima à imprensa, 73%, seguida das For-

ças Armadas com 71%. Já os tribunais, 62%, os bancos, 61% e os grandes grupos económicos, com 49%, são apontadas com as instituições que merecem mais descrédito entre os portugueses.

Em Portugal há quem fale de crise do regime político, crise de valores, crise económica... Crise de um país que vê, cada vez mais, fugir seus quadros, seus filhos, para o estrangeiro, uma drenagem humana há muito que não se via. Uma austeridade sem fim à vista e onde não há capitães de Abril que lhe valham! E nisso não falta quem apele, hoje mais do que nunca, a uma nova revolução dos cravos.

25 de Abril em Cabo Verde

Em Cabo Verde, as comemorações da Revolução dos Cravos não vão passar em branco. A Embaixada de Portugal organiza amanhã, 25, uma conferência sobre o significado da data, perante a actual conjuntura e uma perspectiva sobre os desafios que Portugal ainda enfrenta.

O painel reúne “perspectivas” cabo-verdianas e portuguesas, para lembrar também a forma como a data foi vivida nos dois países. Ondina Ferreira, ex-ministra da Educação e depois Cultura e Comunicação Social, Arminda Brito, docente da Uni-CV e Henrique Monteiro, jornalista e director do jornal Expresso, são os convidados para o debate que se realiza pelas 17 horas no CCP-Praia.

Em São Vicente a data também está a ser assinalada com uma mostra documental de cinema, “Abril, sonhos mil”, promovida pelo Centro Cultural Português do Mindelo. Dedicada inteiramente à Revolução dos Cravos, a mostra arrancou no passado dia 21 e prolonga-se até dia 25. Os filmes acontecem sempre as 18h30 na Biblioteca do CCP-Mindelo.



Acontece

▶ 1º Festival do Café do Fogo, na Cidade de Igreja - 24 (quinta-feira) e 25 (sexta-feira)

▶ Jay apresenta “Mi Ku Bó”, no Pirata (ilha do Sal), sexta-feira (25) a partir das 23 horas.



▶ Ciclo Documental “Abril, Sonhos Mil”, no Centro Cultural Português até 25 de Abril no Centro Cultural do Mindelo.

▶ Jorge Neto, no B.Leza, quinta-feira (24).

▶ Kebra Cabana Urban Battle, no Kebra Cabana (Praia), sábado (26) a partir das 16 horas.

▶ Vasco Martins Trio Concert, no Auditório do Centro Cultural do Mindelo, quarta-feira (30) às 22 horas.

▶ Festival de Senhor do Mundo (ilha de Santiago), a 1 de Maio (quinta-feira) e 2 de Maio (sexta-feira) com Lejemea, Zé Spanhol, Gil Semedo, Don Kikas, Batchart, Willie Semedo, Jennifer Dias, Belo Freire, entre outros.

▶ Lançamento do novo disco de Anselmo Ralph “A dor do cupido II”, quinta-feira (1 de Maio) no Estádio do Sucupira, Achada Santo António, cidade da Praia.

FESTIVAL DE SÃO FILIPE:

Neuza e são cabe



Anselmo Ralph

Aconteceu

▶ Homenagem a Baltazar Lopes da Silva: Poesia para Declamador-Actor, no Centro Cultural do Mindelo, 23.



▶ “Kissangua Night” Angola no Palco com Edson & Banda, no Bar Lobby, 19.

Anselmo Ralph Cabeça de cartaz

Como cabeça de cartaz, São Filipe recebe o angolano Anselmo Ralph, que vai aproveitar a estadia para fazer a apresentação do seu segundo disco, "A dor do cupido II". Ralph é presentemente um dos nomes mais sonantes da música angolana e arrasta multidões em todos os espectáculos, principalmente mulheres, que deliraram com os seus sucessos.

A artista revelação 2013 dos CVMA, Neuza de Pina, vai fazer uma passagem pela sua ilha natal, depois de algum tempo no estrangeiro em tournée, para logo depois continuar viagem pela Europa e Ásia.

Michel Montrond, outro artista revelação 2012 e também da ilha do Fogo, é outra presença nesta "festa maior" da ilha do Vulcão.

Ao todo serão cerca de 40 ar-

» A ilha do Fogo está em festa rija. Neste mês recebe duas festas - bandeira e município - que fazem movimentar milhares de pessoas, entre residentes, emigrantes e estrangeiros. O cartaz cultural para os dias de festival no Presídio traz grandes nomes do panorama musical nacional e internacional.

tistas que irão passar pela cidade de São Filipe nesta época de festa de município e bandeira, culminando a 1 de Maio com festa rija.

O cartaz cultural ainda apresenta nomes nacionais, da diáspora e internacionais, como Ferro Gaita, Beto Dias, Zé Delgado, Tó Alves, Jorge Sena, Jennifer Dias, Zé Spanhol, Jorge Neto, Solange Cesarovna, Zeca Nha Reinalda, Grace Évora, Gabriela, Bachart, Jay, Djodje e Lô, artistas do Fogo como Tony di Marineta, o trio Júlio Correia, Bráz de Andrade, Amadeu Fon-

tes e ainda Don Kikas (Angola), Kaysha (Congo).

A ilha do Fogo, por esta época, recebe um leque de actividades para as duas comemorações (com programação de actividades ainda em separado) a tradicional corrida de cavalos, brigas de galo, torneio de futebol, basquetebol, voleibol e futsal, regata (corrida de botes), ciclismo, atletismo (100 e 8.000 metros), torneio de velhas glórias, bailes populares, fogos-de-artifício, missa e procissão e almoço na Casa das Bandeiras.

CG

Quatro grupos disputam final de Prémio Sete Sois...

Os vencedores cabo-verdianos do prémio revelação do Festival Sete Sóis Sete Luas (SSSL), apurados em Novembro de 2013, das respectivas cidades que acolhem esse evento anualmente, vão agora entrar na fase final da disputa que acontece este sábado, 26, na Praça do Presídio, São Filipe, ilha do Fogo.

Irmãos Unidos (Nova Sintra), L'Vantá XPancá (Ribeira Grande de Santo Antão), Augusto Cego e Banda (São Filipe - Fogo) e Tarrafal Tradicional (Tarrafal de Santiago) foram os vencedores das cidades que acolhem o Festival Sete Sóis Sete Luas e vão

estar presentes em palco em mais uma prova.

O vencedor dessa última fase, em São Filipe, terá a oportunidade de actuar, ainda no verão 2014, nas cidades de Ponte de Sôr (Portugal) e Montefrio (Espanha), participando assim na programação Internacional do Festival Sete Sóis Sete Luas.

Esta final irá contar ainda com a presença da jovem banda Kubi & Jones, da cidade da Praia.

Segundo a organização do SSSL, essa foi uma das formas encontradas para se incentivar a criatividade e a internacionalização da música cabo-verdiana. "Conside-

rando que a música constitui para os jovens uma forma de expressarem a sua liberdade, espírito crítico e identidade, o concurso pretende estimular a formação e o trabalho desenvolvido pelas bandas musicais cabo-verdianas", diz a organização.

Recorde-se que a organização do Festival Sete Sóis Sete Luas em Cabo Verde conta com a colaboração das Câmaras Municipais da Brava, Ribeira Grande de Santiago, Ribeira Grande de Santo Antão, São Filipe (Fogo) e Tarrafal de Santiago e ainda conta com o apoio da Delegação da União Europeia em Cabo Verde.

CG

PUB

dp
don paco
HOTEL

Uma Nova Maneira de Viver Mindelo



Cristiano De Sena Barcelos 461
Mindelo - São Vicente
Répubblica de Cabo Verde
Tel. +238 231 93 81 - Fax +238 231 93 84
info@donpacohotel.com
www.donpacohotel.com



n

Agora também em Cabo Verde
Vila da Palmeira em Cabo Verde

"Calçados Navarro, sempre com a moda"
Sete Lojas repartidas nas ilhas de:
Sal, Boavista, Santiago, São Vicente

NÃO ESQUEÇA DE VISITAR-NOS.


**Filinto
Elísio**

Mosaicos de Abril

De esperanças mil

1. Data redonda, qual lua cheia, eis como me ape-tece assinalar e saudar o 25 de Abril, quarenta anos depois de termos descoberto uma manhã que cantava. Por esse Abril de 1974, muitas pessoas, em Portugal, nas antigas colónias portuguesas e um pouco por todo o mundo, muitas pessoas sonharam. Quando ele aconteceu, primeiro a medo das tropas pelas ruas, depois ao sorriso de haver também cravos nas mãos dos insurrectos,

estava claro, mais que claro, ser o princípio do fim do Estado Novo, a versão portuguesa do fascismo, e da descolonização e, subsequente, independência dos nossos países. Cabo Verde tornou-se, não apenas, mas em parte por causa desse pródigo Abril, Independente a 5 de Julho de 1975, Dia Grande, senão maior, desde a tal Hora Inicial metaforizada pelo Poeta Jorge Barbosa. Lembro-me como se hoje fosse da cerimónia da Independência, no Palácio da Várzea - do "ergueu nos céus a Bandeira da Luta", do emblemático discurso do saudoso Abílio Duarte e do avião da Força Aérea Portuguesa, virada do MFA 25 de Abril, a jogar flores e papelinhos coloridos sobre o Estádio apinhado de gente. Mais tarde, em Lisboa, soube quem pilotara tal avião - o Comandante João Marques de Almeida, depois tornado Coronel. Hoje, descontando as distâncias de idade, somos dois bons amigos. E por tudo de bom (e foi muita coisa) que o 25 de Abril trouxe aos nossos mundos

distantes e diversos, mas tão complementares afinal, queria, nesta data redonda, lunar como já referido, celebrar com ele os augúrios deste novo tempo. De esperanças mil...este Abril.

Saraiva em apuros

2. Quando as trombetas derrubaram as muralhas do "ancien regime", pôs-se o pessoal na operação "caça aos Pides" e lembro-me de um tenebroso carro preto da Polícia, que em horas minguadas circulava pela nossa Rua do Hospital, ter sido vandalizado e queimado, e que muitos agentes e informadores tinham se refugiado da ira popular. Os abusos, dizia-se, eram tantos que mereciam os algozes comer o pão que o diabo amassou, como aliás vaticinava a Revolução, explicou-nos um jovem activista que, conforme anunciara a BBC na altura, tinha barbas à Fidel e cabelos à Che. Na aflicção revolucionária, chegamos a te-

mer pela vida do Professor Saraiva, vizinho malquisto, porque colonialista de papel passado e com o portfolio comprometido por me ter dado um pontapé no traseiro, logo no segundo dia da minha entrada do Ciclo Preparatório, cena que envolveu toda a família e os amigos, bem os nossos cães e gatos, além do Carmo e a Trindade. Mas dizia, o Professor Saraiva estava em apuros, tal como o "nosso Pide", aquele que nos policiava no quotidiano, mas que "à hora do vamos ver" era frágil e indefeso, demasiado humano para ter sido como aquilo, assim o Professor, qual cachorro perdido, precisava de uma voz que fizesse amainar a multidão furiosa e risco de algum linchamento ali na esquina da Rua da Horta. Mais tarde, longe das trombetas que ecoaram nas ruelas da Praia, soubemos que o Professor Saraiva se tornara um "convertido à democracia" pelas bandas de Lisboa, como nas ilhas muitos dos "agentes e informadores" locais se tornaram (dizem que

os mais assanhados e fervorosos) revolucionários.

Do aniversário

3. Por estes dias (quão primaveril tempo), quem faz oitenta anos é Pedro Verona Pires, combatente da liberdade da Pátria, Primeiro-Ministro por quinze anos e por dez Presidente da República, hoje Presidente da Fundação Amílcar Cabral. A trajectória de Pires fala por si e o tempo histórico contemporâneo foi transformando este homem bom, como no-lo disse Mário Soares, de libertador a democrata, passado por reconstrutor desta Nação chamada Cabo Verde, de que tanto nos orgulhamos de pertencer. Neste aniversário, em que não faltarão discursos e depoimentos mil, só queria com uma singeleza que até dispensa a política, pois destilada apenas na pura amizade, entoar: "Parabéns a você, Nho Pedro". O resto é a História, em sua inexorável dialéctica...

Olhares Cruzados


**Paulo
Mendes**

As coisas que vivemos

Gabriel Garcia Márquez tem uma frase que eu gosto particularmente: "O que você viveu ninguém tira". Quando soube da morte de Gabriel Garcia Márquez umas das primeiras coisas que me vieram à cabeça foi justamente esta frase e reuei no tempo em que estava a fazer a minha licenciatura. Nas férias de verão era habitual fazer uns "biscates" na Costa Leste dos Estados Unidos. Fabricar pentes era um dos meus "passatempos" de verão e costume brincar, dizendo que uma das consequências desta experiência foi o aceleramento da minha calvície. Na primeira vez que fui fazer estes biscastes nos Estados

Unidos fui obrigado a fazer uma escolha: já no final da minha estada só tinha pouco mais de 300 USD. O meu primo queria muito ir até Nova York e tentou convencer-me a ir com ele.

Até então, eu nunca tinha colocado os pés em Nova York. Porém, queria muito comprar um casaco de pele, já que quando chegasse a Portugal íamos entrar no outono e não tinha nenhum casaco de jeito. Como o dinheiro não dava para fazer as duas coisas, entrei num confronto interno durante um ou dois dias.

Acabei por ceder à parte material e fui comprar o bendito casaco. Ainda na loja, a dúvida

perseguia-me. Não fui a Nova York com o meu primo. Regressei a Portugal, poucas semanas depois, vestido alegremente com o meu casaco. Em Lisboa, naquela noite, fui assaltado e a primeira coisa que me mandaram despir foi o meu casaco. Pensei nas horas que eu tive de trabalhar para comprar o meu casaco (pagavam-me cinco dólares à hora) e, claro, na cidade que nunca dorme. Conversando comigo durante e depois do assalto, torturei-me a mim próprio com a opção de ter comprado o casaco em vez de ter ido conhecer Nova York.

Fiquei sem o casaco e sem a experiência de Nova York.

Com este episódio aprendi uma grande lição, que Gabriel Garcia Márquez traduziu, de forma simples, na frase que comecei este artigo "o que você viveu ninguém tira".

As coisas materiais são efémeras e a qualquer momento podemos perde-las. O que nós vivemos ninguém nos rouba. Sempre que confrontado com esta dúvida, vou buscar esta frase de um dos mais vibrantes escritores do século XX, cuja vida lhe foi roubada na passada semana.

Não li todos, mas todos os livros que eu li dele são um estímulo para que possamos viver na plenitude a vida.



**José
Rebelo**

HOMEM QUE É HOMEN....

“The day after March”, a igualdade do género e a emergência do combate à violência

“A transversalização da abordagem de género é um aspeto chave para o crescimento económico, a erradicação da pobreza e condição sine-qua-non para se atingir os ODMs”. Conferência de Beijing (1995)

Música, marchas e espetáculo assinalaram o gáudio da celebração de Março, mês da mulher. Sendo oportuno, vozes se ergueram indignadas contra a violência sexual e violência contra mulheres. Passado o Março impõe-se continuar a refletir uma abordagem eficaz para enfrentar essa problemática e os aspetos que incidem sobre a sua perpetração.

O slogan **“Homem Que é Homem...”** deu voz à causa, mas também a reflexões discordantes sobre um hipotético sentido negativo que tal expressão carrega para a dignidade dos valores da igualdade. Convém ressaltar, slogan e não a campanha. [https://www.facebook.com/notes/jose-maria-gomes-rebelo/homem-que-%C3%A9-homem/653738277996122?comment_id=6319024&offset=0&total_comments=10¬if_t=note_comment,online,27.03.2014].

Em jeito de balanço, se o objetivo da campanha foi apenas forçar a sociedade a falar sobre a temática, acredita-se que a mesma foi de longe superada. Poucos foram os que se ousaram criticar publicamente a parte menos feliz. Porém, vozes levantaram reservas do impacto que a médio e longo prazo o referido slogan pode vir a ter.

O tema sugere uma atenção cuidada que responda, não só a demanda da dignificação da mulher enquanto indivíduo, mas também, a afirmação da verdadeira transversalidade da igualdade do género, educação para a cultura da paz e combate abrangente as outras formas de violências verificadas na nossa sociedade cujas causas principais não deixam de estar interligadas.

A alta pressão que a sociedade exerce sobre a masculinidade ou a maneira como ela é assumida, poderá estar na origem de frustrações com influências nefastas sobre a violência no lar, a taxa de suicídio mais elevada entre os homens do que entre as mulheres, o alto índice de toxicod dependência e inclusive de condenação judicial.

Nem a igualdade do género, nem a emergência do combate a

violência podem ser compreendidas fora do contexto da transição das características duma sociedade marcada por um modelo de “macheza” que aos poucos vai tomando uma outra conformação. Sendo hoje cada vez mais recomendável combater as causas e não as doenças, não seria razoável, no contexto deixar espaço para não se entender também que a mulher não deve bater no homem, que nenhum homem é permitido bater na mulher, que criança não deve bater no cão e o cão no macaco.

As questões que se colocam são: como gerir essa transição? Da perturbação resultante da dinâmica do reequilíbrio do poder entre os géneros, como evitar a violência ou quem está mais preparada em face à nova realidade?

Quer a ciência quer a sabedoria popular tem demonstrado que a agressão gratuita sempre tem partido de quem entende que a sua autoridade ou supremacia (cristalizada ou pretendida) está sendo desafiada e ou em última instância pela reação contra perturbações que afligem uma instabilidade provocada.

Na verdade, em nome da “macheza”, culturalmente a mulher foi sempre encerrada como “género frágil”. Sentindo-se protegida em algumas situações no seu espaço, durante muito tempo, poucas mulheres questionaram a necessidade de contestar uma realidade que ela própria ia contribuindo para moldar enquanto educadora e gestora. O modelo da divisão do trabalho e o próprio pensamento da “macheza”, dominante, em torno da relação do género consubstanciou a delimitação do poder que nunca foi matéria de disputa até bem pouco tempo. “Lá em casa manda ela e eu nela”.

Se se analisar corretamente o exercício informal do poder chega-se a conclusão que a mulher em Cabo Verde, com mais ou menos expressão numa ou noutra ilha, é quem realmente manda e conserva o poder informal e inclusive está melhor preparada para tal dada a sua condição dominante

de chefe de família e dos aprendizados a que sempre esteve sujeito desde a antiguidade. Dados sistematizados mostram que em Cabo Verde “as mulheres estão muito presentes no sector informal (52,5% em relação a 47,5% de homens) e estão fortemente representadas (76%) nas actividades informais de comércio”. INE (2012)

Uma mulher desde tenra idade é ensinada a ser gestora do tempo, das tarefas e das relações. Criteriosamente é orientada a saber calar, responder, olhar, falar, sorrir, vestir, fazer, dar, receber, decidir, agir, etc.,. Na maioria dos casos, ao homem sempre foi reservado a educação da rua que hoje nem se quer é novidade para o género feminino. Confrontado com a complexidade dessa realidade, muitos homens buscam a argumentação na violência suportada pelo modelo fundamentalista da sociedade machista que o envolve.

Mesmo sendo minoria nos círculos do poder formal, a mulher vem, com particular incidência, desde a independência sendo incentivada a ocupar por mérito próprio o seu lugar fora de casa. Apesar do homem ainda dominar o poder formal em Cabo Verde, a vontade autêntica e efetiva da abertura à participação feminina é marcante. É espetável, brevemente ter mulheres na chefia do governo ou na presidência da república.

Entretanto, dentro de casa essa nova forma de se relacionar não tem sido pacífica. Curiosamente é a onde os dados apontam acontecerem a quase totalidade das incidências de violências contra mulher. Apesar das mulheres se constituírem a face visível nos registos de vitimização, os homens também têm sido afetados. Nesse particular, torna imprescindível questionar os próprios dados, pois, motivos vários fazem com que um homem não apresente queixa de ter sido agredido por uma mulher embora na prática isso aconteça. Sem falar noutras formas de agressão em que a mulher é tão especialista, tão sofisticada como subtil, muitas vezes usadas até na

sua auto-defesa, seja preventivamente ou reactivamente.


Dados carentes de atualização apontam que uns anos atrás, as mulheres constituíam cerca de 8% da população prisional e aproximadamente 90% das causas estavam relacionadas com homicídios ou violência perpetrados contra os seus parceiros. A impreparação de muitos homens em conviver com a gestão doméstica e muitas vezes das duas partes em gerir o poder exterior ao lar no lar, hipoteticamente, poderá ser um ponto carente de reequilíbrio.

Segundo os dados do INE (2012) a taxa de abandono escolar já é mais elevada entre os homens na faixa etária entre os 15 e 19 anos e a situação líquida dos alunos que completam o ensino superior já representam seja, no meio rural seja, no meio urbano uma vantagem marcadamente feminina. Não existindo evidências prováveis da relação do género com o facto de se ser superdotado, conjectura-se a probabilidade de que a educação desde tenra idade no seio do lar e à posteriori fora, têm representado pontos importantes de vantagem competitivas para as mulheres nos dias de hoje.

Nesse contestos, sem desvalorizar a realidade da violência contra a mulher, quando se refere a igualdade do género o homem pode estar a ser inadvertidamente, algoz e vítima. Na falta de um olhar mais atento, pode se estar a dar azo para construção de um ciclo vicioso. É nesse ambiente que vai fazer eco a mensagem de “homem que é homem...”.

Enfim, a igualdade do género e a emergência do combate a violência se constrói com equilíbrio educacional e desenvolvimento ostensivo da autoestima e da dignidade humana, uma tarefa a continuar on no “The day after March”.

Devolvendo a questão, como é que se vai reagir o homem, limitadamente impreparado, quando lhe faltar a argumentação e o único recurso que lhe resta é a força do ego do “homem que é homem...?”



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Anúncio
1ª publicação


O DR. RAUL QUERIDO VARELA, JUIZ CONSELHEIRO RELATOR DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

FAZ SABER que nos Autos Cíveis de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira número cento e setenta e sete barra dois mil e doze, que correm termos pela Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, em que é requerente **CAROLINA GOMES DUARTE**, natural da freguesia e Concelho de Santa Catarina, filha de Manuel Gomes Duarte e de Tomásia Gomes Semedo, residente em França e requerido **MARCELINO SEMEDO TAVARES**, natural da mesma freguesia e Concelho, residente em parte incerta da França, com a última residência conhecida em Palha Carga dos Engenheiros — Santa Catarina de Santiago, é esta citada para no prazo de **DEZ DIAS**, acrescida da dilação de **TRINTA DIAS**, contados a partir da 2ª e última publicação deste anúncio, deduzir, querendo, oposição, ao pedido de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira, formulada pela requerente, pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se a seu dispor na Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, Cidade da Praia.

Mais ainda se faz saber a requerida de que é obrigatória a constituição de advogado no caso deduzir oposição e que deverá no prazo de CINCO DIAS, efectuar o preparo inicial, sob pena da cobrança deste acrescido da taxa de justiça igual ao dobro nos termos do artº66º do CCJ, e que poderá requerer o benefício de assistência judiciária. contados a partir da fixação deste edital, deduzir, querendo, oposição, ao. Mas ainda se faz saber o requerido de que é obrigatória a constituição de advogado no caso deduzir oposição e que deverá no prazo de CINCO DIAS, efectuar o preparo inicial, sob pena da cobrança deste acrescido de taxa de sanção de igual montante nos termos do artº110º nº1 do CCJ, e que poderá requerer o benefício de assistência judiciária.

Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, na Praia, seis dias do mês de Novembro do ano dois mil e doze.

O Juiz Conselheiro Relator, O de Escrivão de Direito
Dr. Raul Querido Varela José Delgado Vaz



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA
3º JUIZO CIVEL

- A N Ú N C I O -
**

Pelo Cartório do 3º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, correm seus termos uns autos de Processo Comum Ordinário registados sob o número trinta e dois barra dois mil e treze, movidos pela autora, **NOMELCO CABO VERDE, Sociedade Comercial**, com sede em Achada Santo António, contra o réu um tal “**Inácio**”, maior, de nacionalidade estrangeira, dado nos autos por ausente do país em parte desconhecida, com a última residência conhecida em Palmarejo - Praia, ao lado do Jornal “A Semana”, e este citado, para no prazo de **20 (vinte) dias**, que se contará depois de finda dilação de **30 (trinta) dias**, contados da segunda e última (afirma publicação do anúncio, contestar, querendo o processo acima referido, com advertência de que a falta da contestação não importa a confissão dos factos articulados pela autora cujos pedidos desta consistem em:


1. Ser considerada a presente acção procedente por provada e, consequentemente, seja declarada a referida A. dona e legítima proprietária do veículo camião de marca GROVE ST-97-LQ;
2. Condenar o R. a reconhecer o direito de propriedade da A. sobre o referido veículo;
3. Condenar o R. a restituir a A. o referido veículo;
4. Condenar o R. a pagar a A. uma quantia em indemnização a ser fixada em execução de sentença.

Faz-se ainda saber ao R de que é obrigatória a constituição de advogado nestes autos, que caso contestarem, deverão no prazo de **05 dias**, efectuem o pagamento do preparo inicial, sob pena da cobrança do mesmo igual ao dobro nos termos do nº1 do art. 66º do C.C.J., e que poderão requerer o benefício de assistência sendo em requerimento autónomo dirigido ao juiz deste Juízo.

O duplicado da petição inicial encontra-se na Secretaria do referido Juízo à disposição do R. para quando quiserem fazer o levantamento.

Cartório do 3º Juízo Cível na Praia, aos vinte e três dias do mês de Outubro do ano de dois mil e treze.

O Juiz de Direito, O Escrivão de Direito
Dr. Júlio Soares Almeida Severino Lopes Cabral



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANÚNCIO


O DR. **ANILDO MARTINS**, JUIZ CONSELHEIRO RELATOR DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

FAZ SABER que nos Autos Cíveis de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira número 135/2009, que correm termos pela Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, em que é requerente, **Manuel Estevão Clemente da Graça**, natural da Freguesia de São João Baptista, residente em São Vicente e requerida **Maria da Luz Barros**, residente em parte incerta da Holanda, é esta citada para no prazo de 10 (**DEZ**) **DIAS**, acrescida da dilação de (**TRINTA**) **DIAS** contados a partir da segunda e última publicação desde anúncio, deduzir, querendo, oposição ao pedido de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira, formulado pelo requerente, pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia se encontra disponível na Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, Cidade da Praia, República de Cabo Verde.

Mais ainda se faz de que é obrigatória a constituição de advogado (art.º 35º/1 al. c) CPC) caso deduza oposição e que com a apresentação da mesma, deverá, no prazo de 5 (**CINCO**) **DIAS** a contar da entrega da sua oposição na Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, solicitar guias para efetuar o depósito do preparo inicial, nos termos do art.º 61º/1 al. b) do Código das Custas Judiciais (CCJ), sob pena da sua cobrança, acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, e que a falta deste pagamento implica a imediata instauração de execução especial para a sua cobrança coerciva, em conformidade com o disposto no artº 66º do CCJ. Poderá no prazo máxima de 2 (**DOIS**) **DIAS** úteis a contar da citação, requerer a Ordem dos Advogados de Cabo Verde, sita na Cidade da Praia, benefício de assistência judiciária, contactando-a através dos telefones (+238) 261 97 55/56 e Fax: (+238) 261 97 54, apresentando desde logo os elementos comprovativos da insuficiência económica, conforme rezam as artigos 5º e 6º/1 do Decreto-Regulamentar nr.10/2004, de 2 de Novembro.

Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, na Praia, aos dois dias do mês de Abril do ano dois mil e catorze.

O Juiz Conselheiro Relator, O Funcionário Judicial
Dr. Anildo Martins Sr. Artur Rodrigues Moreira



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANÚNCIO
2ª Publicação

O DR. MANUEL ALFREDO MONTEIRO SEMEDO, JUIZ CONSELHEIRO RELATOR DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

FAZ SABER que nos Autos Cíveis de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira número cento e noventa e três barra dois mil e treze, que correm termos pela Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, em que é requerente, Domingos da Veiga, divorciado, maior de idade, trabalhador, filho de Raul António da Veiga e de Joana Mendes Varela, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago, Cabo Verde, residente nos Estados Unidos da América, em 9 Hendricks, ST, Providence, RI 02908 e requerida, Maria Celeste Gomes Fernandes, divorciada, maior de idade, doméstica, filha de João das Neves Silva Tavares e de Feliciano Fernandes, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago, Cabo Verde, com a última residência em Cabo Verde, em Cruz Grande, Concelho de Santa Catarina, ora em parte incerta dos Estados Unidos da América, é esta citada, para no prazo de DEZ DIAS, acrescida da dilação de QUARENTA DIAS, contados a partir da publicação deste anúncio, deduzir, querendo, oposição, ao pedido de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira, formulado pelo requerente, pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se a seu dispor na Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, na Cidade da Praia. Mas ainda se faz saber a requerida de que é obrigatória a constituição de advogado e que caso deduzir oposição deverá no prazo de CINCO DIAS, efectuar o preparo inicial, sob pena da cobrança deste acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância nos termos do art.º 66º do CCJ e a falta deste pagamento implica a imediata instauração de execução para sua cobrança coerciva, e que poderá requerer o benefício de assistência judiciária. Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, na Praia, aos vinte e oito dias do mês de Janeiro do ano dois mil e catorze.

O Juiz Conselheiro Relator, O funcionário judicial
Dr. Manuel Alfredo Monteiro Semedo Sr. Artur Rodrigues Moreira



POSTOS DE VENDA DO A NAÇÃO

SANTO ANTÃO

PORTO NOVO

Paulo Guilherme - Alto Peixinho
Papellaria Nats - Abufadouro

RIBEIRA GRANDE

Ponto Laranja - Povoação

PAUL

Veleiro

SAL

ESPARGOS

Esplanada Bom Dia
Quiosque Palona
Restaurante Americo's / Bar ASA (Aeroporto)
Shell

SANTA MARIA

Enacol
Sport Club Santa Maria

BOA VISTA

RABIL

Bar ASA
Boas Compras
Service Point e Shell

SANTIAGO

PRAIA

Festarola
Sabor Kriola
Shell Terra Branca
Cyber Sofia
Cores e Doces Novo!
Pastelaria Vilú Novo!
Nice Burguer
Shell Chã d'Areia
Shell Avenida
Enacol Nuno Duarte
Shell Fazenda
O Canal Novo!
Pastelaria Bom Gosto
Mini-Mercado A Delícia
Multi Choice
Casa dos sabores Novo!

ASSOMADA

Enacol Bolanha
Enacol Nhagar
Fernando Tavares (Sr. Toko)
Quiosque da Praça
Shell Bolanha
Shell Nhagar
TARRAFAL
Shell Tarrafal
CALHETA DE SÃO MIGUEL
Shell

FOGO

SÃO FILIPE

Bar Fixe
Bar Restaurante "Fogo Lanche"
Bar Stop
Shell

SÃO VICENTE

CAMPIN

Posto de Shell Campin
CHÃ DE CEMITÉRIO
Enacol - HD Comércio Greal - Estrada de Rª de Julião
Ponto Laranja-John Miller-Av. da Manuel de Matos

MONTE SOSSEGO

Bento S.A - Rua 1
Cyber Navitel -Av. da de Holanda

RIBEIRA BOTE

Posto Shell Rotunda

MINDELO

Posto Shell Rua D' Praia
Fragata, Praça Don Luis
Fragata, Av. da 5 de Julho

MADEIRALZINHO

Posto Enacol Fonte Meio

CAIS ACOSTÁVEL

Bar Gare Marítima Porto Grande
Bar Barco Mar d' Canal

Achada Sto. António
Achada Sto. António
Terra Branca
Plateau
Plateau
Plateau
Aeroporto
Chã d'Areia
Av. Lisboa
Fazenda
Fazenda
Fazenda
Fazenda
Palmarejo
Palmarejo
Palmarejo
Palmarejo

MAIO

Sr. Nelson De Melo **Novo!**

ILHA DO SÃO NICOLAU

Casa Morais - Ribeira Brava **Novo!**

ILHA DA BRAVA

Shell Brava **Novo!**

VENDE-SE

Movéis de mogno a bom preço .
Os interessados podem contactar os números:
261 87 92/991 68 04/992 73 94/993 10 48



ESTE ESPAÇO PODE SER SEU!

ARRENDAR-SE

Apartamento T1 em Palmarejo, sala comum, grande cozinha embutida, casa de banho privativa. 1 Quarto de dormir, totalmente mobilado.
Contactar: 992 63 41

MESTRE SONKO

Grande cientista espiritualista, com os mais fortes poderes, trata e ajuda a resolver qualquer que seja o seu caso de difícil solução, com a mais rapidez. Exp: amor, sorte, negócio, união, prender e desviar, afastar aproximadamente pessoas amadas, doenças espirituais, justiça, estudos, maus-olhados, inveja, etc.
Lê sorte, dá previsão de vida e futuro pelo bom espírito e forte talismã.
Contacto: 9992819

CONTACTE-NOS

TEL.: 262 86 77

comercial@anacao.cv

FARMÁCIAS DE PLANTÃO	
PRAIA	MINDELO
QUINTA - 24 de Abril	
AFRICANA Plateau - T: 261 27 79	MINDELO Mindelo - T: 232 74 65
SEXTA - 25 de Abril	
AVENIDA Fazenda - T: 261 36 90	AVENIDA Monte Sossego T: 232 45 88 / 231 17 17
SÁBADO - 26 de Abril	
STA. ISABEL ASA - T: 262 37 47	LEÃO Mindelo - T: 232 66 04
DOMINGO - 27 de Abril	
UNIVERSAL Palmarejo - 262 93 98	NENA Mindelo - T: 232 22 92
SEGUNDA - 28 de Abril	
F.2000 Achadinha Baixo - 261 56 55	HIGIENE Mindelo - T: 231 52 62 / 231 52 79
TERÇA - 29 de Abril	
MODERNA Plateau - T: 261 27 19	JOVEM Mindelo - T: 232 45 30
QUARTA - 30 de Abril	
CENTRAL Plateau - T: 261 11 67	MINDELO Mindelo - T: 232 74 65

DEP. Comercial	PRAIA	MINDELO
	262 86 77 918 46 07/ 918 46 13 Cidadela CP 690 Praia - Ilha de Santiago - Cabo Verde	232 30 06 // 310 30 06 Rua Baltazar Lopes da Silva (antiga Rua Machado) - Prédio Electra cobranças 2º andar CP 2110 Mindelo - Ilha de S. Vicente
Email: comercial@anacao.cv		

“PRATO CHEIO”

Djagacida

Ingredientes

- 2 chávenas (chá) de favona seca (bonjona) - cozida por uma hora em água (Pode ser substituída por feijão congo, chamado de feijão figueira, na ilha do Fogo, e feijão ervilha nas ilhas de Barlavento ou por qualquer outro feijão da sua preferência)
- 3 chávenas (chá) de farinha de milho (ou de “rolon” miúdo)
- 150 gramas (gr) de toucinho (com pouca gordura)
- 250gr de carne salgada
- 1 colher (sopa) de banha
- Folha de louro (a gosto)
- Alhos picados (quanto baste – qb)
- Couve (qb)
- Abóbora - ou “roca”, também conhecida por moranga (a gosto)
- 1 cebola grande picada
- 5 chávenas (chá) de água
- 100gr de bâncon frito
- Sal a gosto
- Tomate (qb)
- Colorau ou “páprika” (qb)



Modo de preparação

- 1- Faz-se um refogado com a cebola, as fatias de toucinho, a carne (des)algada e a banha;
- 2- Acrescenta-se o louro, o alho, as fatias de abóbora;
- 3- Cobre-se com uma camada de couves cortadas;
- 4- Por cima primeira camada de couve, coloca-se a favona (ou o congo), e junta-se a farinha de milho e a água para cozer a farinha (ou rolon);
- 5- Tempera-se com sal, e cobre-se com outra camada de couve picada, deixando levantar a fervura;
- 6- Deve ser cozinhada em lume baixo; e
- 7- Depois de cozida, coloca-se tudo numa travessa, enfeitada, por cima, com o bâncon (caso tiver).

Suco de beterraba com maçã e gengibre

Ingredientes

O suco de beterraba com maçã e gengibre é rico em vitaminas A, B6 e C. Essa composição favorece o aumento da imunidade, tem ação anti-inflamatória e auxilia no funcionamento do sistema digestivo. Além disso, o suco possui antioxidantes que combatem radicais livres, prevenindo contra o envelhecimento precoce e o desenvolvimento de doenças, como o câncer.

Modo de Preparação

Bata no liquidificador 1 beterraba média, 1 maçã pequena sem casca e 3 raspas de gengibre. Coe e sirva.



Encontre as 7 diferenças



Descubra as sete diferenças no cartoon

VAMOS RIR

Livrar da Mulher

A minha mulher fugiu com o meu melhor amigo. Diz o outro: - Com quem? - Sei lá. Só sei que agora é o meu melhor amigo.

Peripécias de carnaval

Onde está o João? - Internado no hospital. - Não pode ser. Ainda hoje o vi num baile de Carnaval com uma super loira. - Pois é! A mulher dele também viu!

TALENTO

Adelino Livramento, mais conhecido por **Tio Lino**, nasceu em João Galego, na ilha da Boa Vista, onde aprendeu, desde muito cedo, a dar os primeiros acordes no violão. Filho do grande tocador, Victor Hugo, Tio Lino não esconde o orgulho de ser portador dos genes do estilo musical por “excelência” crioulo, a morna. “A

casa dos meus pais foi sempre um local de encontro de grandes músicos, um deles o Pedro Magala”.

Aos 10 anos de idade, já queria aprender a tocar as músicas da época, de Cabo Verde Show, Tam tam 2000, Tulipa Negra, entre outros. Mas, com a adolescência, Tio Lino confessa que “vieram as

músicas brasileiras cantadas às primeiras conquistas”.

O seu percurso musical viria a desenrolar-se na ilha do Sal, na década de 90. “Como já tinha algumas composições, começamos por juntar um grupo de amigos da Boa Vista e a animar as noites salenses”, conta Tio Lino, que tem em Rua Direita o

seu primeiro álbum a solo (2007) que lhe valeu o Prémio Artista Revelação na Gala Noz Musika, nesse mesmo ano.

Desde então este professor de profissão tem sido presença assídua em bailes e festivais de música. Hoje em dia tem composições gravadas por Lura, Juary Livramento e Isa Pereira.





NIF para tudo

Agora já não é possível fazer qualquer operação sem que não seja preciso apresentar o Número de Identificação Fiscal (NIF). Este documento tornou-se quase um bilhete de identidade exigido para fazer compras, tirar mercadorias das Alfândegas, abrir contas no banco, numa palavra, “tud casta de cosa”, como se diz no Norte. Chegou-se ao ponto de se exigir declaração de NIF até como documento para pedido de emprego, mas aí o ZIG pergunta se será que esses empregadores fazem isso porque só aceitam funcionários que estejam em dias com as finanças? Daqui a pouco teremos que ter o nosso NIF logo à nascença, podem crer!

Gostar de pagar impostos

Cristina Duarte foi a São Vicente e lá debitou que o cabo-verdiano não gosta de pagar imposto. Sendo a nossa ministra das Finanças, ela própria cabo-verdiana, ZIG pergunta se ela gosta de pagar imposto? E mais: o pessoal assume que realmente não gosta de pagar impostos, sobretudo se for para financiar a dolce vita dos políticos. “Eu não tenho como pagar e vou continuar a não pagar. Se quiserem que me venham tomar este táxi a cair de velho como eu”, escutou o ZIG de um taxista idoso para lá de furioso com a “boca” da sua ministra das Finanças.



Órgãos externos

Os dois maiores partidos parlamentares – PAICV, situação e MpD, oposição - ainda não se entenderam sobre a composição de vários órgãos externos ao Parlamento. O facto de exigirem a maioria de mais de dois terços a escolha e a aprovação dos nomes não tem facilitado o totoloto. Quem, por ansiedade, procura dar uma ajuda tem sido o PR, chamando uns e outros para auscultação e aconselhamento. Mas, para certos deputados, a intenção e o gesto têm nome: interferência. Ou então show off, puro e simples. Se calhar, também, por isso, o Tribunal Constitucional demora tanto.

Coabitação

Anda por aí uma iniciativa a recolher subsídios sobre os males, os atrasos de vida e as chatices da estranha coabitação entre a PR e o Governo. Se o Zona esperava um Governo «mais submisso», certo é que o Zema contava com um Presidente mais aos velhos tempos. Enquanto isso, nós, o Povo, pagamos por isso. E venha daí esse tal relatório final a ver se a coabitação é coisa que valha continuar. Que chatice!

Manual de Comunicação

Na ANAC, a comunicação entre os administradores agora é manual... literalmente. Aconteceu há uma semana, no passado dia 16, durante a reunião do Conselho. O peso pluma Carlos Silva e o peso pesado Vlademiro Segredo quase foram às vias de facto e foi necessária a intervenção dos demais presentes para separar as partes bélicas. Ah!, ao que parece, num organismo onde nenhum dos administradores falam entre si, não é a primeira vez que o calor das discussões descamba para a falta de urbanidade. Resta saber por que razão brigaram, desta vez, os senhores administradores, se por algum motivo que tenha a ver com a melhoria das comunicações dos cabo-verdianos ou não? Tomara que seja.

Crimes sexuais

Em quase todas as ilhas recrudescem notícias de crimes sexuais, muitos envolvendo abusos de menores. Para o ZIG, há duas conclusões a tirar: ou a justiça cabo-verdiana anda a dormir ou a moral deixou de vez estas “ilhas afortunadas”. A continuar a tendência, Cabo Verde ficará tristemente célebre como o País da Pedofilia, do Incesto e da Violência Doméstica. Aqui, sim, uma Mensagem do Mais Alto Magistrado faria sentido. Nem parece um Estado que assinou, ainda há pouco tempo, a Concordata!

Ficha Técnica



A Nação

Ano VI – nº 347 – Semanário – De 24 a 30 de Abril 2014 - Registo Legal: Nº 03/2007 - Propriedade: Sociedade A NAÇÃO Cabo Verde, Ldª

Cidadela – Caixa Postal: 690 – Praia - Cabo Verde - Telefone (PBX): (+238) 262.86.77 - Fax: (+238) 262.85.05 - Novos endereços: geral@anacao.cv e jornalanaoacv@gmail.com

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet

Director: Alexandre Semedo - Director de Produção: José Augusto Sanches - Editor-Executivo: José Vicente Lopes - Editores: João Almeida (Coordenador em São Vicente e Zona Norte), Daniel Almeida e Gisela Coelho - Redacção: Carla Gonçalves, Leticia Neves, Samira Silva, Silvino Monteiro e Sozy Brito - Colaboradores e Colunistas: Albino Moreira, António Carlos Gomes, António Correia e Silva, Antonino Veiga, Clóvis Silva, Daniel Medina, Donald Macedo, Edson Medina, Euclides de Pina, Herminio Silves, Geraldo Almeida, Felisberto Vieira, Helena Fontes, Luis Carvalho, Luis Leite, João Branco, João Vieira, José Carlos Teixeira, Lourenço Lopes, Júlio Correia, Marciano Moreira, Paulo Mendes e Pedro Moreira - Designers: Jaime Silva e Amilton Borges (Estagiário)-Ilustrador: Alberto Fortes - Departamento Comercial, Distribuição & Marketing: Edmira Correia - EUA: César Silva e Leonel Brito - Impressão: EGF - Empresa Gráfica Funchalense - Tiragem: 5.000 Exemplares Telefones (+238) 262.91.48 - (+238) 310.46.03 / 05 / 08 - Fax: (+238) 262.72.30 - E-mail: jornalanaoacv@gmail.com / geral@anacao.cv

www.anacao.cv

Sai

Espelho da Ilha

Lançamento da revista



28 de Abril de 2014
ESPARGOS

Biblioteca Municipal Jorge Barbosa
17H00

29 de Abril de 2014
SANTA MARIA

Hotel Odjo d'Água
17H00



α@ Alfa-Comunicações, Lda.

Parte integrante de A NAÇÃO 347 - 24 a 30 de Abril de 2014 - Não pode ser vendido separadamente



A Nação

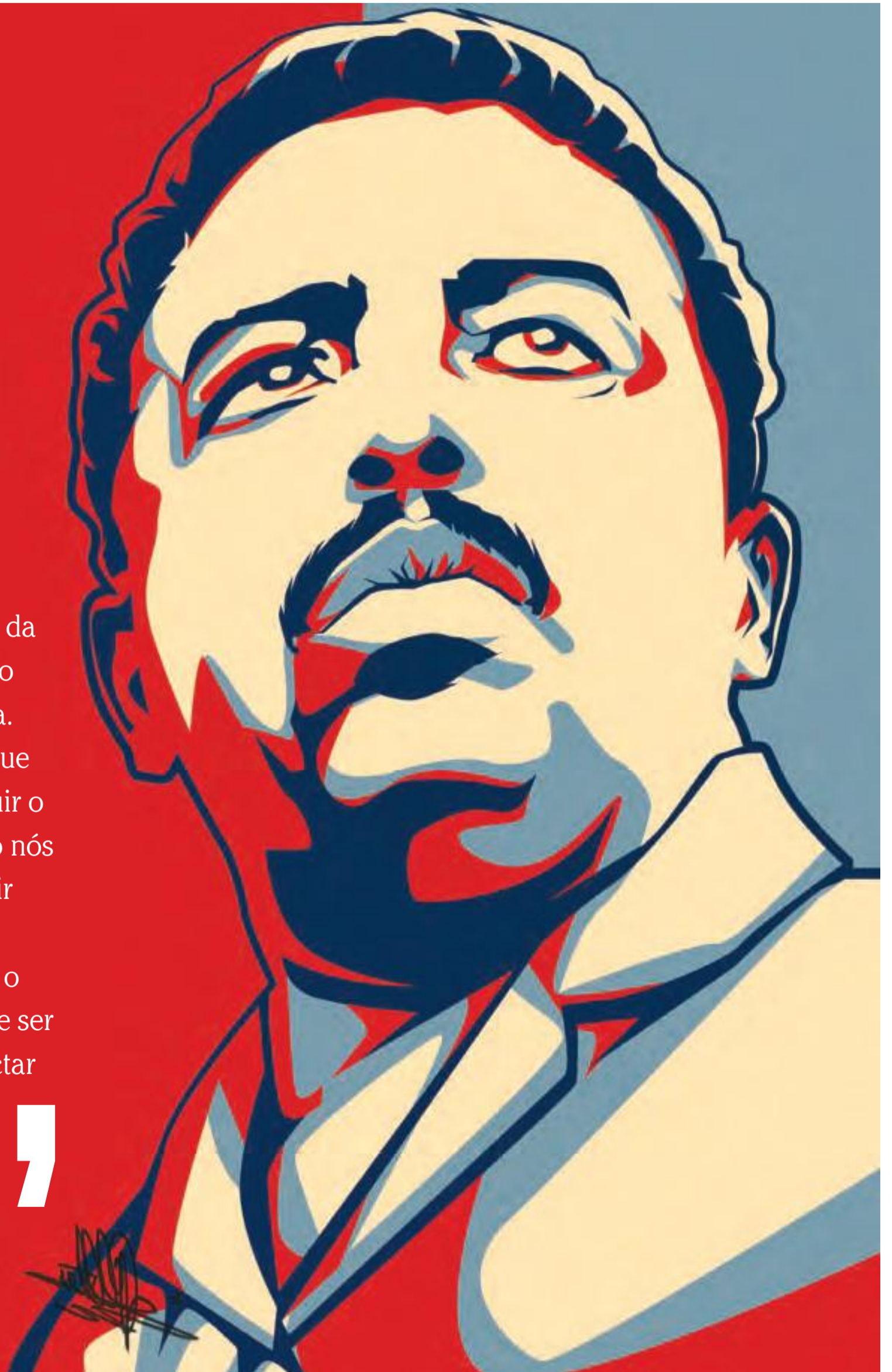


“

(...) cada homem deve ter o sentido da vida e cada povo o sentido da história. Ter o sentido de que estamos a construir o futuro e de que só nós podemos construir esse futuro. Não podemos viver só o presente, temos de ser capazes de projectar o amanhã.

Voz di Povo, 1990

”



PEDRO PIRES

Um homem com história

» Pedro Pires completa na próxima terça-feira, 29 de Abril, 80 anos, um percurso que faz dele uma das figuras incontornáveis da história recente deste arquipélago. A propósito dessa efeméride, o Instituto Pedro Pires para a Liderança, IPP, promove vários eventos, um deles um fórum internacional, com o lançamento de dois volumes de discursos no tempo em que o seu patrono esteve na Presidência da República, 2001 e 2011.

Por coincidência, foi há 40 anos, isto é, a 20 de Maio de 1974, que Pedro Pires entrou de rompante para a galeria das figuras mediáticas destas ilhas ao aparecer, em Londres, como o chefe dos negociadores do PAIGC nas conversações com Portugal, que se seguiram ao golpe de Estado de 25 de Abril daquele ano, acontecimento esse que marca o fim da ditadura salazarista naquele país e, por arrastamento, nas suas então colónias.

Tinha havido dias antes, em Dakar, um outro encontro, este entre o secretário-geral do PAIGC, Aristides Pereira, e o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Mário Soares, que logo estabeleceram as primeiras tréguas entre as forças daquele partido e a tropa portuguesa em guerra há mais de 10 anos. E quando a imprensa julgava que voltaria a ter o mesmo Aristides Pereira em Londres para prosseguir com o processo negocial, eis que, para a sua inteira surpresa, se deparou com aqueloutro negociador, cabo-verdiano, que segundo os jornalistas falava da Guiné como se do seu país se tratasse, referido também como um homem de poucas falas. Mesmo assim, com insistência,

lá descobriram que se tratava de um antigo alferes da Força Aérea Portuguesa, FAP, e, pelas contas feitas, caso continuasse nessa via, seria por aquela altura major. É assim que Pires surge “promovido” a major, para quem quiser consultar os jornais da época.

Concluídas as negociações, primeiro do reconhecimento da independência da Guiné-Bissau (proclamada em Setembro de 1973 pelo PAIGC nas colinas de Madina do Boé) e depois as de Cabo Verde, e proclamada também a independência deste arquipélago, a 5 de Julho de 1975, Pedro Pires é designado primeiro-ministro, mantendo-se no cargo até Fevereiro de 1991, quando perde as primeiras eleições multipartidárias, no que é rendido por Carlos Veiga. E, quando todos o tinham por arrumado num canto qualquer da História, Pires regressa como presidente da República em 2001, completando dois mandatos, em 2011. Hoje goza da reforma a que todo velho guerreiro tem direito,

mantendo-se à frente do IPP, cujos propósitos passam por legar Cabo Verde novos líderes e também cuidar de certos aspectos da nossa história e de África.

Enfim, como se poderá ver da leitura deste caderno, o próprio PP conta que despertou para a política em Portugal, estudante ainda e alferes da FAP, onde teve como colega o angolano Iko Carreira, que viria a ser ministro da Defesa nos primeiros anos da independência de Angola. Com Iko e outros estudantes de Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Pires foge em Julho de 1961, para Paris, França, juntando-se cada um aos respectivos movimentos de libertação no exílio, em Acra e várias outras capitais, de África e Europa. Estava-se na plena vaga independentista de África. Em Angola, tinha havido os célebres levantamentos contra a dominação portuguesa, na linha do que tinha acontecido no Congo de Patrice Lumumba pouco antes. Tudo isso

confirmava a célebre previsão do então primeiro-ministro inglês, Harold McMillan, de que os ventos da mudança iriam soprar em África e era bom que todas as potências coloniais tratassem de pôr as barbas de molho. Portugal, mais relutante, recusou a evidência, pagando por isso um elevado custo por uma guerra inglória, como se verá por altura de 1974/75.

Dos combatentes cabo-verdianos, Pedro Pires é, segundo Iva Cabral e Júlio de Carvalho, aquele que mais se aproximou de Amílcar Cabral. Isto pelo pensamento e pelos actos. Nos 15 anos em que chefiou o Governo de Cabo Verde Pires contribuiu para este arquipélago ser um Estado respeitado e útil. Mais do que isso, conseguiu contrariar as previsões daqueles que não davam mais que seis meses de vida a estas ilhas como país independente. É certo que para sobreviver Cabo Verde contou largamente com apoios da comunidade internacional.

Ainda assim, outros países na mesma situação, alguns com muitos mais meios, não conseguiram o mesmo sucesso. O reconhecimento por esse desempenho e contributo viria, em 2011, quando a Fundação Mo Ibrahim, lhe atribuiu o seu prémio anual.

Homem de extremos, a imagem que os cabo-verdianos têm de Pedro Pires, varia, muitas vezes, em função da cor política de cada um. Para os militantes do PAICV, não há dúvida, ele é aquele que melhor encarna o projecto de Cabo Verde como país livre e soberano. Outros há que o associam ao período mais negro da nossa história recente, o do partido único, não lhe perdoando por isso, como de resto haveria de acontecer a 13 de Janeiro de 1991 quando o mandaram para a oposição, chumbando tudo o que ele representa.

Afastado que se encontra da vida política activa, e sendo um homem marcado pela história, os 80 anos de Pedro Pires surgem agora como mote para este suplemento que é também uma forma de reconhecer o seu lugar na história destas ilhas. Isto é, concorde-se ou não com tudo que ele representa nessa história.



A trajectória pessoal e



Ângela Sofia
Benoliel Coutinho¹

1) Uma infância marcada pela memória das grandes fomes

Nascido na ilha do Fogo em 1934, Pedro de Verona Rodrigues Pires é oriundo de uma família numerosa, descendente de um grande comerciante e proprietário da ilha e também da *cantadeira* mais célebre da sua história, Ana Procópio. Efetuou os estudos primários na sua ilha natal, onde iniciou os secundários, que depois prosseguiu na cidade da Praia, ilha de Santiago, e sobretudo no liceu Gil Eanes do Mindelo, na ilha de S. Vicente. Em diversas entrevistas concedidas, Pedro Pires aponta como o facto mais marcante da sua infância e juventude a vivência das terríveis secas e fomes que assolaram o arquipélago durante e após a Segunda Guerra Mundial, na década de '40, calculando-se que só em 1947 tenham falecido pelo menos 21 000 pessoas numa população de cerca de 181 000 indivíduos².

*(...) a fome de 42-43, que me permitiu ver cenas horríveis, que uma pessoa guarda para sempre na memória.(...)*³

Quanto às fomes, recordo-me de duas grandes fomes, a mais violenta foi a que começou em 39 e terminou em 42. A ilha do Fogo foi uma das ilhas mais atingidas. (...) Claro que as fomes provocavam uma certa, não sei se é bem, revolta. Mas provocava mais um sentimento de impotência e de angústia face a um fenómeno para o qual não se tinha resposta, não se descobria as suas causas. Revolta, angústia, lamento, impotência! Por isso, à primeira oportunidade, vai-se questionar, vai-se buscar uma solução. A partir de certa altura, o problema da fome passou a ser uma das questões centrais do meu pensamento, uma obsessão que nos perseguia. (...) A fome teria sido a coisa que mais me impressionou, aquilo que eu gostaria de ver eliminado para sempre do meu país.⁴

2) Da juventude negada pela guerra colonial às fileiras do movimento de libertação

No ano de 1956 Pedro Pires foi admitido na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em Portugal, na capital da então metrópole. No entanto, no ano seguinte foi chamado a cumprir o serviço militar obrigatório. Durante a sua estadia em Portugal, frequentou a "Casa dos Estudantes do Império", onde muitos dos futuros dirigentes dos movimentos independentistas dos actuais Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (P.A.L.O.P.) se conheceram: Amílcar Cabral (Guiné-Bissau e Cabo Verde), Mário Pinto de Andrade (Angola), Alda do Espírito Santo (São Tomé e Príncipe), Marcelino dos Santos (Moçambique), para citar só alguns nomes.

¹ Doutora em História de África Contemporânea na Universidade de Paris I - Panthéon-Sorbonne, com uma tese sobre: «Os dirigentes do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde) da fundação à ruptura - estudo de trajectórias individuais, de estratégias familiares e de ideologias». Investigadora integrada no CESNOVA - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, Portugal

² CARREIRA, António, Cabo Verde, aspectos sociais: secas e fomes no século XX, Lisboa, Ulmeiro, 1984, p. 10 e CARREIRA, António, «A evolução demográfica de Cabo Verde», in Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, vol. XXV, nº 94, Abril de 1969, p. 482

³ LOPEZ, José Vicente, A explicação do mundo, Praia, Spleen, 2004, p. 121

⁴ PEREIRA, Aristides, O meu testemunho - uma luta, um partido, dois países - versão documentada, Lisboa, Notícias, 2003, p. 567

política de Pedro Pires



Família Pires,
ilha do Fogo

“ Não foi fácil convencer-me de que era necessário fazer guerra e matar. Eu achava que não era preciso uma luta armada. Um dos livros que muito me havia impressionado nessa altura era uma biografia de Ghandi e de toda a luta dele. Fiquei impressionado com as teorias dele de resistência passiva. ”

Apesar de o seu pai ter sido classificado pela polícia política da ditadura salazarista, a P.I.D.E., como um indivíduo contrário à presença portuguesa no arquipélago de Cabo Verde, Pedro Pires considera que a sua socialização política deu-se fundamentalmente durante a sua estadia em Portugal e no âmbito da “Casa dos Estudantes do Império”:

O meu pai era, por excelência, um contestatário, andava em conflito geralmente com a administração e aparecia como o defensor dos mais pobres.⁵ Os meus primeiros amigos nacionalistas, anticolonialistas, foram angolanos que conheci na tropa, quando fui fazer o serviço militar obrigatório e na Casa dos Estudantes do Império.

O ambiente anticolonialista na Casa dos Estudantes do Império, a independência do Congo-Léopoldville, o assassinio de Lumumba, são factores que nos conduzem a uma tomada de consciência da situação em que se encontrava a África e as colónias portuguesas de África e de entender melhor o movimento nacionalista africano. (...)⁶

Em 1961, o ano em que teve início o conflito armado em Angola, Pedro Pires foi dos poucos cabo-verdianos a integrar um grupo de mais de 40 jovens africanos oriundos das então colónias portuguesas, que encetaram uma célebre fuga percorrendo a Espanha, França e Alemanha até Acra, no Gana já independente de Kwame Nkrumah. Aí juntaram-se aos movimentos de libertação dos respectivos futuros países.

Foi a partir desse ano que se tornou militante do P.A.I.G.C. (Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde). Sobre a experiência de participação na luta armada, afirmou o seguinte ao jornalista José Vicente Lopes:

(...) não foi fácil convencer-me de que era necessário fazer guerra e matar. Achava que não era preciso uma luta armada. Um dos livros que muito me havia impressionado nessa altura era uma biografia de Ghandi e de toda a luta dele. Fiquei impressionado com as teorias dele de resistência passiva. Mas, pouco a pouco, fui tomando consciência e mudando de opção do caminho que devíamos seguir. Com os acontecimentos de Angola em 1961, acelerou-se a minha tomada de consciência e mudança de visão da luta de libertação dos povos africanos.⁷ (...)

A luta armada não é um processo em que estamos sempre a ganhar, em ascendência constante. Há momentos de crise e momentos de dificuldades e de dúvidas. Cada um vai buscar a motivação, creio, mais nas suas convicções e na utilidade que julga ter o sacrifício e o esforço que se está a fazer. Acabei por encontrar uma saída, mesmo que tivesse que morrer, que era mais ou menos o seguinte: nós estamos nesta luta, porque para os povos africanos é importante que alguém tenha uma vitória militar sobre as forças de dominação colonial. Eu pensava que este seria um caminho de reabilitação dos povos africanos face à História. Não era uma forma de vingança mas de superar as derrotas sofridas ao longo dos séculos, Era como se pudéssemos dizer: “Neste processo histórico houve um momento em que nós também ganhámos.”⁸

3) De guerrilheiro a membro dos órgãos supremos de direcção do P.A.I.G.C.

19 de Setembro de 1956 é a data oficial da fundação do P.A.I.G.C., em Bissau, na actual República da Guiné-Bissau, pelo prestigiado jovem engenheiro guineense de origem cabo-verdiana, Amílcar Cabral e pelos seus companheiros Aristides Pereira, Luís Cabral, Fernando Fortes, Júlio Almeida e Elysée Turpin. O P.A.I.G.C. propunha-se então lutar pela independência política destas duas colónias portuguesas, objectivo que foi plenamente alcançado em 1973 para a Guiné-Bissau e em 1975 para Cabo Verde.

De forma esquemática e resumida, é possível expor a longa e complexa actividade levada a cabo pelos militantes deste partido dividindo-a em quatro principais frentes de acção.

⁵ LOPES, José Vicente, op. cit., p. 120

⁶ Pereira, Aristides, op. cit., p. 564

⁷ LOPES, José Vicente, op. cit., p. 125

⁸ LOPES, José Vicente, op. cit., p. 127

Em 1970, Pedro Pires era já membro do Bureau Político e em 1973, Presidente da Comissão Nacional de Cabo Verde do P.A.I.G.C..

Assim, a partir de 1960, o P.A.I.G.C. desenvolveu uma intensa actividade diplomática, conseguindo, primeiramente, obter o apoio de alguns países africanos já independentes, dos quais se destacam a Guiné-Conakry e o Senegal. Assim, instalou a sua sede na capital deste primeiro país. Em seguida, conseguiu o apoio da China, de vários estados do então bloco socialista, de Cuba, da Argélia e da ex-URSS; por fim, de notar o apoio de estados escandinavos, sobretudo da Suécia.

A luta armada teve início a 23 de Janeiro de 1963, na Guiné-Bissau. As forças de guerrilha e a população enquadrada pelo P.A.I.G.C., sobretudo no sul do território, terão conseguido dominar cerca de dois terços deste por volta de 1968. Entretanto, tinha sido elaborado um plano de invasão do arquipélago de Cabo Verde com o apoio do governo cubano, plano esse que foi anulado aquando do assassinato do comandante Che Guevara na Bolívia.

Uma terceira frente de acção foi a criação de novas estruturas sociais nas chamadas regiões libertadas da Guiné-Bissau, a partir de 1964, após a realização do I Congresso do partido. O P.A.I.G.C. procedeu a uma verdadeira revolução sociopolítica através da criação de uma nova organização política e administrativa das regiões sob seu domínio, assim como da criação de um novo sistema judicial, sanitário, educativo e económico, que lhe granjeou um considerável prestígio a nível internacional. A frente de acção mais

duradoura é até aos dias de hoje a menos conhecida: trata-se da acção na clandestinidade. Os próprios fundadores oficiais do partido desenvolveram acções deste tipo nos anos '50. Vários outros militantes e nacionalistas o fizeram, tendo de enfrentar a temida e terrível P.I.D.E.. Algumas pessoas foram presas e torturadas por esta polícia, e até enviadas para campos de concentração. Muitas mais terão participado de uma forma ou de outra neste tipo de acção, tanto em Cabo Verde como na Guiné-Bissau, mas também em Portugal e em Angola. É sabido que houve igualmente acções em vários outros países da diáspora cabo-verdiana, nomeadamente no Senegal, na Costa do Marfim, em França, na Holanda, na Bélgica e nos Estados Unidos da América, para nomear os mais conhecidos.

Pedro Pires assumiu funções em todas as frentes de combate do P.A.I.G.C.. Assim, em 1961 esteve no secretariado da CONCP (Confederação das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas), em Rabat, Marrocos e depois na representação do P.A.I.G.C. em Dakar, com o objectivo de recrutar emigrantes cabo-verdianos para a luta armada. Tendo seguido formação militar na Argélia, em 1964 seguiu também uma formação militar na ex-U.R.S.S. e no ano seguinte foi mobilizar cabo-verdianos emigrados em França. Nesse ano era já membro do Comité Central do P.A.I.G.C.. Entre 1965 e 1967 dirigiu o grupo de guerrilheiros cabo-verdianos que, em Cuba, se prepararam para a invasão do arquipélago.



Após o cancelamento deste plano, seguiu uma segunda formação militar na ex-U.R.S.S. e em 1968 passou a comandar a Frente Leste na Guiné-Bissau, tendo igualmente sido responsável pela educação e saúde na Frente Sul, que também foi comandada por ele. Em 1970, Pedro Pires era já membro do Bureau Político e em 1973, Presidente da Comissão Nacional de Cabo Verde do P.A.I.G.C.. De entre os dirigentes políticos deste partido, foi dos que teve uma experiência mas eclética, e foi dos poucos cabo-verdianos, após os membros fundadores, a integrar formalmente os órgãos supremos de direcção partidária, juntamente com Abílio Duarte, José Araújo e Honório Chantre. Depois da independência dos dois países, também Silvino da Luz, Osvaldo Lopes da Silva e Olívio Pires foram eleitos

para estes órgãos do P.A.I.G.C., nomeadamente, para o Conselho Executivo da Luta. A 20 de Janeiro de 1973 o líder histórico do P.A.I.G.C., Amílcar Cabral, foi assassinado em Conakry. A 24 de Setembro do mesmo ano foi proclamada a independência da Guiné-Bissau, imediatamente reconhecida pela maioria dos países da O.N.U.. Pedro Pires integrou o primeiro governo deste país, na qualidade de comissário (ministro)-adjunto das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). A 25 de Abril de 1974 deu-se um golpe de Estado militar em Portugal que permitiu cessar a guerra em três frentes (Guiné, Angola e Moçambique) e avançar com as negociações para a descolonização das então colónias portuguesas em África. Nesse mesmo ano, Pedro Pires foi quem assinou o Acordo de Alger através do qual o

governo português reconheceu a República da Guiné-Bissau.

4) Primeiro-Ministro da República de Cabo Verde: sucessos e ressentimentos num "país impossível" (1975 - 1990)

Com a independência de Cabo Verde, proclamada a 5 de Julho de 1975, Pedro Pires tornou-se o primeiro chefe de governo do arquipélago, que passou então a viver um sistema de partido único original: o mesmo partido dirigia a vida política de dois estados independentes. Esta situação perdurou até 1980, quando em Bissau, o primeiro-ministro e comandante João Bernardo (Nino) Vieira deu um golpe de Estado que depôs o presidente Luís Cabral, também vice-presidente do P.A.I.G.C.. A ala cabo-verdiana e o



presidente da República, também presidente do P.A.I.G.C., Aristides Pereira, opuseram-se a esta situação. Assim, na data do sétimo aniversário do assassinato do herói da luta pela independência, Amílcar Cabral, e mais precisamente a 20 de Janeiro de 1981, foi fundado o P.A.I.C.V. (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde), proclamado herdeiro político do P.A.I.G.C.. Pedro Pires foi um dos seus fundadores, e continuou a assumir o cargo de primeiro-ministro até ao fim do regime de partido único, em 1991. Muitas acusações foram feitas a este regime, nomeadamente a prisão e tortura de alguns opositores e a criação de um ambiente de perseguição que terá levado ao exílio de outros. A situação mais visível foi a crise no seio do partido que em 1979 levou à saída de dirigentes

e militantes considerados “trotskistas” ou “maoístas”. Esta cisão afectou o próprio elenco governamental, tendo provocado a demissão de Manuel Faustino (ministro da Saúde) e de José Tomás Veiga (secretário de Estado das Finanças), dois antigos dirigentes do P.A.I.G.C. na clandestinidade, durante o período da luta de libertação. No entanto, os analistas consideram que se tratou de um regime autoritário moderado, comparativamente com outros na segunda metade do século XX. Apesar de não haver ainda estudos aprofundados sobre esse período, é curioso notar que sob a chefia de Pedro Pires no governo foram nomeados directores-gerais de ministérios e até membros de governo que nem sequer eram militantes do partido. Alguns dirigentes políticos consideram que o poder judicial

teve um exercício relativamente autónomo do poder político, referindo casos ganhos em tribunal contra o governo e decisões governamentais anuladas pelos tribunais. O mesmo é referido em relação à Assembleia Nacional Popular, presidida por Abílio Duarte. Um dos principais traços da prática governativa de então foi o uso do pragmatismo na defesa dos interesses de Cabo Verde. Assim, a nível da política externa, sob a direcção dos ministros Abílio Duarte (1975 – 80) e Silvino da Luz (1980 – 91) o país proclamou-se neutro, não se tendo permitido, em plena Guerra Fria, que se instalasse nenhuma base aérea militar no seu território. Tendo beneficiado inicialmente da ajuda de Portugal e de países africanos, o Estado de Cabo Verde manteve relações privilegiadas com Cuba e com os países da Europa de Leste, assim como com os países do Benelux e nórdicos, com os quais o P.A.I.G.C. liderado por Amílcar Cabral tinha iniciado excelentes relações. Soube conquistar o apoio dos Estados Unidos da América, através da administração Ford, e privilegiar as relações com a ex-metrópole, Portugal, sobretudo nos domínios da educação e saúde.

Este pragmatismo criou também situações difíceis e delicadas para Cabo Verde, ao decidir-se autorizar a utilização do aeroporto internacional da ilha do Sal para escala de aeronaves sul-africanas, quando neste país vigorava o regime de *apartheid*. A decisão foi justificada pelo facto de se tratar de uma fonte importante de receitas para o arquipélago. No entanto, também se permitiu que os aviões cubanos que enviaram tropas para Angola fizessem escala no mesmo aeroporto. No seu livro, o jornalista cabo-verdiano José Vicente Lopes apresenta um breve panorama da economia por altura da independência nacional: considera que Cabo Verde tinha então uma economia completamente arruinada, dependente sobretudo do sector terciário – comércio e serviços – sendo o Estado o principal empregador. Da agricultura dependia 90% da população

activa, e devido a uma seca que se prolongava desde há oito anos, tornava-se indispensável a intervenção de brigadas sociais. O autor considera ainda que a nível do sector secundário, podiam enumerar-se apenas duas unidades fabris falidas ligadas à captura e conserva de peixe e algumas padarias.⁹ Com efeito, foi referido por alguns políticos o facto de especialistas do Banco Mundial terem então afirmado que o Estado de Cabo Verde não era economicamente viável. A este propósito, Pedro Pires afirmou o seguinte:

Eu convivia com o fantasma da fome. Era preciso evitar a todo o custo que alguém morresse de fome. Por outro lado, era necessário convencer as pessoas que Cabo Verde independente era viável.¹⁰

Eu não conhecia bem Cabo Verde, confesso. Mesmo assim, a minha ideia de independência deveu-se, no fundo, ao amor por Cabo Verde e ao desejo de mudar a situação no meu país, embora sem ter a ideia concreta dos meios materiais para conseguir isso. O meu primeiro choque foi quando passei no Sal a caminho de Bissau, depois de ter estado em Lisboa a formalizar a independência da Guiné-Bissau, em Setembro de 1974.

Do Sal só conhecia Santa Maria, não conhecia o aeroporto. Para quem vem da mata da Guiné, ou mesmo da Europa, desembarcar no Sal choca. E fiquei chocado. Dei comigo a pensar: afinal é este o meu país? O que é que vamos fazer, como é que vamos fazer? (...)

Por fim, durante as negociações, conseguimos alguns meios para o funcionamento do Estado e da economia para os primeiros meses da independência, e a partir daí desenvolvemos um enorme trabalho no plano internacional. O PAIGC já tinha na altura uma boa rede de relações internacionais com as organizações das Nações Unidas e alguns países, entre os quais a Suécia e a Holanda. São as relações internacionais do PAIGC que permitem a afirmação de Cabo Verde como país independente. Lembro-me da primeira missão do Banco Mundial a Cabo Verde, em 1975-76, que dizia que Cabo Verde era um país impossível.¹¹

Ora, foi, no entanto, durante o regime de partido único que se lançaram as bases para importantes concretizações no futuro e para a viabilização do Estado de Cabo Verde.

⁹ LOPES, José Vicente, Cabo Verde - Os bastidores da Independência, Praia-Mindelo, Centro Cultural Português/ Instituto Camões, 1996, p. 468

¹⁰ LOPES, José Vicente, idem, ibidem

¹¹ LOPES, José Vicente, A explicação do mundo, Praia, Spleen, 2004, p. 128 - 129

Muitas acusações foram feitas a este regime (monopartidário), nomeadamente a prisão e tortura de alguns opositores e a criação de um ambiente de perseguição que terá levado ao exílio de outros.

Assim, deu-se início a uma política de florestação e investiu-se nas primeiras *dessalinizadoras* de água, tendo como ministros da pasta do Desenvolvimento Rural, depois também Pescas, Sérgio Centeio (1975- 76) e João Pereira Silva (1977 – 91).

Tendo Cabo Verde uma elevada taxa de proprietários agrícolas absentistas, procurou-se também levar a cabo uma reforma agrária, que falhou, sendo que este processo, ainda não estudado, gerou ressentimentos contra o regime. Durante o período em apreço, criaram-se várias empresas públicas, incluindo algumas unidades industriais. Foi através da EMPROFAC que se fizeram as primeiras experiências de produção de medicamentos, sendo que actualmente Cabo Verde é um país produtor e exportador de produtos farmacêuticos. Foram também criadas as primeiras unidades hoteleiras na ilha do Sal, na altura conhecida como um destino de turismo desportivo, em especial para os praticantes de *wind-surf*.

No sector dos transportes, com o ministro Herculano Vieira (1975 -), foi criada a companhia de aviação nacional, TACV (Transportes Aéreos de Cabo Verde), com ligações entre as ilhas e aos continentes africano, europeu e americano. A nível comercial, pese embora o facto de a empresa pública de abastecimento (EMPA) dominar largamente a actividade de importação e exportação, procurou-se evitar o desaparecimento da iniciativa privada, outrora muito dinâmica.

Assim, sob a direcção dos ministros da Economia, Osvaldo Lopes da Silva (1975 – 91) e do Plano, José Brito (1977 – 91), o crescimento económico médio do arquipélago entre 1975 e 1980 foi superior a 11%. Tendo um PIB *per capita* de 180 dólares em 1975, esse valor passou para 360 dólares em 1980 e em 1990, o valor inicial foi quase quadruplicado, atingindo os 759 dólares.¹²

¹² LOPES, José Vicente, Cabo Verde - os Bastiões da Independência, Praia-Mindelo, Centro Cultural Português/ Instituto Camões, 1996, p. 676

Investidura presidencial, 2001



A taxa de desemprego manteve-se elevada no país, tendo sido calculada em 29% em 1980 e correspondendo em 1990 a 26% da população activa.¹³

A nível de política cultural, deu-se início ao debate ainda actual da oficialização do crioulo, língua falada pelos cabo-verdianos no quotidiano, mas sem escrita oficial, com a realização do Colóquio do Mindelo em 1979. Sob a direcção dos primeiros artistas plásticos cabo-verdianos, Manuel Figueira, Luísa Queirós e Bela Duarte, criou-se em 1978 o Centro Nacional de Artesanato, onde até 1989 se procedeu a um levantamento e estudo intensivos das práticas artesanais ainda existentes em todo o arquipélago. Criaram-se os institutos do Livro e do Disco (ICL), o Instituto do Cinema (ICC), o Arquivo Histórico Nacional (AHN), mais tarde, e o Instituto de Investigação Cultural, cujos investigadores integraram a equipa cabo-verdiana e portuguesa que lançou a *História Geral de Cabo Verde*, o primeiro estudo exaustivo de vários aspectos relativos à História do Arquipélago, do século XV ao XVIII.

¹³ LOPES, José Vicente, *idem*, *ibidem*

Criaram-se auditórios nas duas cidades então existentes, Praia e Mindelo, sendo que o desta segunda, a partir de 1993 serviu de base e de palco para a organização do Festival Internacional de Teatro Mindelact, considerado actualmente por alguns críticos como sendo o maior evento teatral em África.

Foi nos anos '80, mais precisamente em 1984, que foi criado o que é nos dias de hoje o grupo teatral mais antigo de Cabo Verde, e também dos mais bem sucedidos, o "Juventude em Marcha".

A nível musical, os anos '70 e '80 conheceram o grande sucesso da estilização do funaná, pelo compositor Catchás. Tratando-se de um género musical oriundo do meio rural da maior ilha do arquipélago, Santiago, passou a ser considerado um género nacional.

Foi também nos anos '80 que surgiu a grande moda dos Festivais Internacionais de Música no Verão, com a primeira edição do "Festival da Baía das Gatas", em São Vicente, no ano de 1984. Germano Almeida, o primeiro escritor cabo-verdiano a conhecer um notável sucesso editorial no país e no estrangeiro, lançou os seus

primeiros romances na década de '80: *O Testamento do Senhor Napumoceno da Silva Araújo* (1989), *O Meu Poeta* (1989), *O dia das calças roladas* (1992), entre vários outros.

Por fim, foi através do incentivo da OMCV (Organização das Mulheres de Cabo Verde) em São Vicente, organismo ligado ao P.A.I.C.V., que a célebre cantora Cesária Évora decidiu tentar retomar a sua carreira, apoiada depois por elementos na diáspora em Portugal e sobretudo em França. O seu primeiro sucesso discográfico, *Miss Perfumado*, com mornas e coladeras, foi lançado em 1992. A pasta da Cultura, associada à Educação, foi assumida pelos ministros Carlos Reis (1975 -81), José Araújo (1981 – 84) e André Corsino Tolentino (1984 – 88) e depois, associada ao Desporto, por David Hopffer Almada (1988 – 91).

Mas os maiores sucessos reconhecidos do período do regime de partido único, com Pedro Pires a chefiar os governos, foi nas áreas da Saúde e da Educação, onde foram criadas as bases para que se desse uma reviravolta espectacular.

A área da Saúde foi dirigida pelos ministros Manuel Faustino (1975 – 1979) e Ireneu

Gomes (1981 – 91). Tendo em 1975 apenas 3 hospitais e 15 médicos, três anos depois Cabo Verde contava já com 47 médicos, dos quais 25 eram cooperantes. Sendo a taxa de mortalidade infantil de 96 por mil em 1975, em 2003 tinha baixado para 21,7 por mil. A esperança de vida à nascença chegou aos 72 anos em 2004.¹⁴ Como foi indicado acima, a pasta da Educação foi assumida por Carlos Reis (1975 – 81), José Araújo (1981 – 84) e André Corsino Tolentino (1984- 91). Neste sector, é de referir a importante iniciativa de criação de cantinas escolares, que ao servirem uma refeição quente por dia, combatiam de forma activa a desnutrição infantil. Os resultados neste sector são também surpreendentes: a taxa de analfabetismo, de 70% em 1975, tinha baixado para 25% em 2000. No mesmo ano, a taxa de escolarização a nível do ensino básico era de 95% sendo a taxa bruta de escolarização no ensino secundário de 67,4% em 2002.¹⁵

¹⁴ DANTAS DOS REIS, Dario, «A saúde em Cabo Verde trinta anos depois», *separata Cabo Verde - Três Décadas Depois, Direito e Cidadania*, Ano VIII, nº especial, Praia, 2007, p. 462

¹⁵ DANTAS DOS REIS, Dario, *op. cit.*, p. 464



“Os maiores sucessos reconhecidos do período do regime de partido único, com Pedro Pires a chefiar os governos, foi nas áreas da Saúde e da Educação, onde foram criadas as bases para que se desse uma reviravolta espectacular.”

Durante o período do regime de partido único, o país encetou um importante programa de formação de quadros com o apoio da cooperação internacional, tendo enviado mais de 2 500 bolsеiros seus para países europeus, africanos e do continente americano, com destaque para Portugal, Cuba, a ex-URSS e o Brasil.¹⁶

Também se iniciou a formação superior, conferindo diplomas de bacharelato, com a criação da Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário em 1979. Em 1991 lançou-se o ano propedêutico, que se tornou o ano “zero” do ensino superior no arquipélago.¹⁷ De ressaltar que todo este período foi considerado como sendo de grande austeridade e rigor orçamental, com Amaro da Luz (1975 – 81) e Arnaldo França (1981 – 91) a dirigir a pasta das Finanças.

Last but not least, contando o país com cerca de 200 mil habitantes no início da década de '70 e atingindo 340 mil em 1990, apesar da importância do fenómeno da emigração, foi sob a presidência de Aristides Pereira e com os governos de Pedro Pires que os cabo-verdianos deixaram de ser assolados pelo drama da fome que ciclicamente os atormentava e atingia desde há três séculos.

5) A “travessia no deserto”: os anos da oposição (1991 – 2001)

O regime de partido único cessou formalmente em 1990, com a remoção do artigo 4º da Constituição pela Assembleia Nacional Popular, que reconhecia o P.A.I.C.V. como a única força política dirigente no país. De acordo com alguns estudiosos, esta decisão terá sido tomada tendo sobretudo em conta as mudanças que vinham ocorrendo a nível mundial, após a queda do muro de Berlim. No entanto, as actividades dos opositores do regime na clandestinidade, ainda não estudadas, alguma pressão para que esta mudança ocorresse no interior do mesmo e também as acções das comunidades de cabo-verdianos que viviam no estrangeiro, terão igualmente

concorrido para que surgisse o regime multipartidário em Cabo Verde. Apesar de a U.P.I.C.V. (União do Povo das Ilhas de Cabo Verde) e a U.C.I.D. (União Cabo-verdiana Independente e Democrática) serem os partidos mais antigos de oposição ao P.A.I.G.C., depois P.A.I.C.V., este último perdeu todas as eleições realizadas em 1991 para um partido recém-criado, o M.P.D. (Movimento para a Democracia). Tendo sido eleito secretário-geral do P.A.I.C.V., Pedro Pires teria de gerir uma situação difícil no Parlamento, pois o seu partido contava apenas com 23 assentos num total de 79. Tornou-se também o principal alvo de críticas relativas ao regime anterior, tendo tido que enfrentar acusações de corrupção em tribunal, que não concluíram em seu desabono. Na altura em que abandonou o poder, a população ficou surpreendida ao constatar que ele e a sua esposa, a ex-guerrilheira e professora Adélcia Barreto Pires e as duas filhas então menores do casal não tinham sequer casa própria e tiveram de recorrer ao apoio de familiares e amigos para encontrar uma habitação. Durante os 10 anos em que o MPD esteve no poder (1991 – 2001), é de referir que Pedro Pires, sendo oficial das Forças Armadas com a mais alta patente, não cedeu à tentação

de dar um golpe de Estado, apesar de correrem rumores de que foi pressionado nesse sentido. Neste aspecto, a sua trajectória política distingue-se muito claramente da de diversos dirigentes políticos africanos e não só, na segunda metade do século XX.

6) Os anos da Presidência (2001 – 2011)

No ano de 2001, o PAICV venceu as eleições legislativas, presidenciais e municipais, tendo Pedro Pires sido eleito Presidente da República com uma diferença de apenas pouco menos de uma vintena de votos em relação ao seu opositor, Carlos Veiga. Após alguma conturbação, a situação acabou por ser aceite pela oposição. Em 2006, Pedro Pires foi reeleito, mas com uma margem mais confortável: 51% dos votos contra 49% para Carlos Veiga. Apesar de se apontar a existência de um conflito entre Pedro Pires e o líder do P.A.I.C.V. e primeiro-ministro desde 2001, José Maria Neves, a sua convivência com os governos dirigidos por este último foi bastante pacífica. Durante os seus mandatos, foi notória a sua preocupação com a reestruturação do sector da Justiça, sendo de referir que exerceu o poder de veto uma única vez, em relação ao diploma aprovado na Assembleia Nacional respeitante ao Estatuto dos Magistrados. Trata-se, com efeito, de uma matéria de cabal importância, uma vez que o sector judicial terá de tornar-se mais eficaz para lutar contra as novas formas de criminalidade organizada surgidas no arquipélago após a abertura política, e em especial contra o narcotráfico, que tem vindo a afectar profundamente os países da sub-região. Sendo dos últimos dirigentes políticos cabo-verdianos em exercício de funções que teve uma relação próxima e intensa com países do continente africano, é de

se questionar se haverá capacidade para assumir e dar continuidade ao seu legado neste domínio. Com efeito, revestindo-se de grande importância para Cabo Verde, as relações com os países continentais conheceram uma certa fragilidade durante o período dos governos do MPD. Tratando-se de uma figura controversa, odiado por uns e admirado por outros, Pedro Pires é visto pelos cabo-verdianos mais jovens - hoje, a grande maioria da população residente no arquipélago -, como um presidente bastante dinâmico, interventivo e simultaneamente ponderado, movido pela preocupação de estar próximo dos seus concidadãos, nas ilhas e na diáspora. Tem também demonstrado lealdade para com os seus antigos companheiros de luta e ex-colaboradores, tendo procurado intervir no sentido de melhorar a situação muitas vezes precária vivida pelos primeiros e tendo homenageado personalidades de diversos quadrantes com a atribuição de várias medalhas. De trato simples e continuando a viver sem ostentação quando as diferenças sociais têm vindo a aumentar de forma muito significativa e visível no país, Pedro Pires é muitas vezes jovial, deixando pouco entrever a imagem do ex-dirigente autoritário ou a do ex-guerrilheiro. Em declarações feitas recentemente, expressou o desejo de escrever as suas memórias. A sua trajectória será certamente objecto de interesse por parte de vários historiadores. Em Agosto de 2011, no dia da segunda volta das eleições presidenciais em Cabo Verde, prestes a deixar uma vida política activa encetada há 50 anos, Pedro Pires afirmou simplesmente para um órgão de comunicação social estrangeiro: “Creio ter dado o meu melhor para que Cabo Verde pudesse avançar.”

¹⁶ AFONSO, Maria Manuela, Educação e Classes Sociais em Cabo Verde, Praia/Lisboa, Spleen/ África Debate, 2002, p. 158

¹⁷ AFONSO, Maria Manuela, *idem*, *ibidem*

PIRES SEGUNDO OS IRMÃOS CAETANO E JOÃO

Pedro é “normal humano e m

» *Pedro Pires tem um curriculum extenso e rico. Jovem, deixou tudo, inclusive a família, para abraçar a luta pela independência do seu país. Os irmãos Caetano e João, que estavam do lado de cá (Cabo Verde), contam histórias diversas, de pressões e injúrias, antes e depois da independência. Para eles, Pedro é um indivíduo “normal, humano e muito persistente”.*

Carla Gonçalves

Na infância, dois dos vários irmãos de Pedro Pires, Caetano, o mais velho (84 anos) e João (75 anos) asseveram que nunca viram uma veia política em PP quando este era mais novo. “Naquela altura ninguém tinha esse sentimento, de ir para a política”, ressalva Caetano, enfermeiro reformado, dono de uma farmácia na Cidade da Praia. “Pedro era um rapaz normal e obediente”, saído de uma família unida cujo pilar era a mãe, Maria Fidalga Lopes Pires, vulgo Dadá.

É desse núcleo familiar, unido e coeso, algo que os pais dos Pires sempre primaram, que saiu, mais tarde, aquele que haveria de abraçar a ideia de “Unidade e Luta” de Amílcar Cabral, líder histórico do PAIGC, movimento que lutava pelas independências da Guiné e Cabo Verde.

Isso aconteceu depois que o jovem Pedro entrou para a tropa, em Portugal, na segunda metade dos anos cinquenta do século passado. Foi lá, contam os dois irmãos, que ele começou a ter contactos com cabo-verdianos mais esclarecidos, e foi lá também que começou a interessar-se pela política e a desejar que Cabo Verde se tornasse independente de Portugal. Enfim, foi de lá ainda que Pedro haveria de fugir para a França, integrado num grupo numeroso de jovens estudantes africanos para juntarem-se aos respectivos movimentos de libertação. Isso em Julho de 1961, uma altura em que a

política era um assunto tabu, devido ao regime repressivo de António de Oliveira Salazar, instalado em Portugal desde a década de vinte.

Aflição

A família de Pedro, em Cabo Verde, só soube da sua fuga cerca de dois meses mais tarde. Segundo os dois irmãos com quem A NAÇÃO falou, quando a novidade chegou todos ficaram apreensivos e na expectativa do que haveria de vir. “A nossa mãe ficou muito abalada, traumatizada, mas nós lá conseguimos tranquilizá-la, dissemos-lhe que Pedro já era adulto”, conta Caetano, para quem, também, PP tinha “juízo suficiente” para saber aonde se metia.

Mas os problemas não se ficaram por aí. Referenciados doravante como familiares de um “terrorista”, os parentes de Pedro Pires passaram a estar na mira da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, a temida PIDE. A sua correspondência, como atesta o livro “Os bastidores da independência”, de José Vicente Lopes, era censurada antes de chegar ao destinatário, havendo vezes em que a carta sequer chegava ao destino, por decisão da mesma PIDE.

Caetano Pires conta que, por ser enfermeiro, tinha um trabalho que dava para viver razoavelmente na altura, mas que, entretanto, como todo o ser humano e cabo-verdiano, almejava mais. “Uma vez surgiu um concurso para técnico de farmácia em Moçambique. Candidatei-me, mas disseram-

me que já não havia vaga”. Caetano tem a certeza de que foi “tirado da porta” por ser irmão de quem era, já que tinha uma fonte que lhe garantia que havia vaga e que esta poderia ser dele.

O facto de serem irmãos ou familiares de um homem que estava na luta contra Portugal passou a perseguir, por muito tempo, a vida dos Pires em Cabo Verde. Como o irmão mais velho, João, que era funcionário dos Correios e hoje despachante oficial, também passou por esse tipo de provação. “Fui para um concurso nas finanças, ganhei, mas três meses depois houve uma denúncia e fui exonerado”.

Segundo o documento que João Pires guarda até os dias de

hoje está escrito que “a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) considera que João Pires não oferece garantias de cooperar nos fins superiores do Estado, manifestando ideias a favor das políticas separatistas em relação ao Ultramar Português”.

João voltou a concorrer a uma outra vaga pública, desta feita para o Banco Nacional Ultramarino, e garante que não conseguiu o emprego pelas mesmas razões. “Sei que fui seleccionado mas nunca cheguei lá”.

Amiguismos

Mesmo com estes problemas de perseguição, os dois irmãos de Pedro Pires confessaram

que mantinham uma relação “boa” ou “possível” com a PIDE naquela altura. Caetano, por ser enfermeiro, revela que muitas vezes era chamado a aplicar injeções a alguns dos agentes dessa polícia, na falta de alguém que pudesse fazer tal serviço.

Sendo o mais velho dos filhos de Jaime e Maria Fidalga, Caetano saiu cedo da casa, na ilha do Fogo, para estudar em São Vicente e depois Portugal. E dada a diferença de idade entre ambos, este no seu relato diz que quase não privou de perto com Pedro. No máximo, tiveram alguns encontros breves em Portugal, Guiné-Conakry, quando foi vê-lo, e em casa da mãe. “Não tínhamos muito contacto e hoje continua



João Pires

Normal, muito persistente”



Caetano Pires

o mesmo”.

Da política Caetano pouco fala porque não gosta, simplesmente. Do irmão Pedro diz, convictamente, que este “perdeu a sua mocidade” ao entrar “nessa vida” da política. “Mesmo quando saiu da Presidência da República, em vez de descansar, deram-lhe

ainda mais trabalho para fazer”, critica Caetano que acredita que PP é um homem sábio, dono das suas próprias ideias, a quem Cabo Verde muito deve.

Já João Pires, o irmão que acolheu PP depois da derrota de 1991, mostra-se o mais “íntimo” e por isso, sem rodeios, diz o que pensa do irmão e do

político que é Pedro Pires. “Como pessoa, ele é muito humano; como político, ele segue essa vida cegamente”.

Notícias

Durante a luta, as formas como os familiares iam sabendo o que se ia passando acerca de

Pedro chegavam a ser caricatas. De acordo com João Pires, um dos irmãos que trabalhou nos Correios, esse serviço era muito controlado pela PIDE. Portanto, receber notícias por essa via era muito perigoso e quase nunca acontecia. As informações, segundo ele, chegavam de um conhecido próximo, ou então através de jornais clandestinos ou escutas da Rádio Libertação, estação do PAIGC, captada às escondidas em Cabo Verde. “Uma vez alguém trouxe-nos um jornal que falava de uma conferência que Amílcar Cabral deu em Havana, na qual Pedro estava presente. Mostramos à nossa mãe e ela pediu-nos que assim que terminássemos a leitura para o rasgarmos ou queimar. Rasgamos e deitamos na sanita”.

Injúria

Depois da independência de Cabo Verde, em 1975, os dois irmãos de Pedro Pires dizem que a família continuou a não ter sossego. “Isso porque muitas pessoas pensavam que iríamos viver na sombra de Pedro Pires”, reclama Caetano. “Tínhamos a nossa vida e não esperávamos nenhuma benesse e nunca nos intrometemos na vida dele”, diz também João Pires.

Em 1991, quando o PAICV perdeu as eleições para o Movimento para a Democracia, MpD, a família Pires viveu novos momentos conturbados. Caetano e João contam que populares instigados por gente consciente fizeram um caixão com o nome de Pedro Pires a dizer que ele estava morto, a mãe soube e ficou afectada. “Talvez essa época fosse mais injuriosa do que a época da PIDE”, desabafa Caetano.

“No dia em que se revelaram os vencedores deram um ultimato de três dias para que Pedro Pires abandonasse a casa onde residia, no Monte Agarro, perto do liceu Domingos Ramos”, recorda João Pires.

Não tendo aonde ir morar, PP foi acolhido em casa de João, num dos apartamentos do seu prédio na Fazenda, e por lá residiu durante cerca de 10 anos, até candidatar-se à Presidência da República, em 2001, que venceu e construindo depois a sua própria residência na Prainha.

“Regressar para a política era a forma de Pedro querer fazer mais alguma coisa por Cabo Verde”, admite Caetano. “Ninguém é perfeito, mas quanto ao seu trabalho não se pode dizer que foi de todo mau, tanto assim que a comunidade internacional reconheceu isso através do prémio Mo-Ibrahim. Para mim isso significa alguma coisa”, completa João Pires.

Celebração de 80º aniversário

Caetano Pires afirma que nas comemorações dos 80 anos do irmão não vai estar presente porque prefere estar na ilha do Fogo nas festividades de 1 de Maio e de São Filipe. Já João ainda está a decidir o que vai fazer, já que não tem uma vida política, coisa que nunca quis, embora acompanhe de perto as actividades do irmão Pedro.

Note-se que Pedro Pires sempre comemorou o seu aniversário na sua ilha natal – Fogo. Mas este ano, por causa da comemoração “pomposa”, com direito a fórum internacional dos seus 80 anos, as celebrações vão acontecer na cidade da Praia.



**Moacyr Rodrigues**

PEDRO DE VERONA

O testemunho de um amigo

novos, aos quais procurávamos dentro da praxe gozar. Não deu nas vistas pelas maneiras exageradas, antes pelo contrário, pela sua maneira discreta, calma e equilibrada. Chamou também a atenção por ser bom aluno a Físico-química, como Pascoal e Totó St. Aubyn, alunos que sobressaíam em Matemática.

Nesses finais dos anos 50, o 3º ciclo era constituído por alunos de boa craveira intelectual. Eram turmas de Letras e Ciência de “gente pesada”. Os professores eram “sabedores lá fora”, como era hábito dizer-se. O prestígio dos professores era extensivo aos alunos, que procuravam imitá-los. Quase todos tinham estágios, tanto os portugueses quanto os cabo-verdianos. Os portugueses, para entrar no quadro “metropolitano”, tinham que vir para África fazer alguns anos de ensino, para ganhar esse direito de pertencerem ao quadro. Os estudantes eram unidos, estudiosos, sempre dispostos a partilhar o conhecimento, sem egoísmos perniciosos.

Dignificávamos o nosso Liceu, que se orgulhava de nos ter. Não havia bolsas, mas de qualquer forma, com sacrifícios pouquíssimos foram aqueles que não saíram para estudar. Eramos todos dedicados ao saber, estimulados pelos nossos professores, que eram deveras exigentes e que sabiam valorizar os seus discípulos. O comportamento e a postura de alguns para com o Verona (Pedro Pires) foram cedo notados pelas pessoas do Mindelo, que tinham orgulho nos seus estudantes. Às vezes, em conversa, muitos ainda se lembram dele, daquela época e até ainda hoje indicam onde ele morava. É pois nesse ambiente de saber seguro e exigente que vão-nos proporcionar uma consciência de bons alunos, proporcionando também uma convivência sadia e uma amizade fraterna entre todos nós. Com o tempo, ele era um colega firme no saber e seguro na maneira de ser. Cedo teve à sua volta a atenção dos colegas. Folgazão, mas sempre comedido, de sorriso franco e brincalhão. Era hábito às segundas-feiras que se comentasse, no Liceu, de maneira gozada, as nossas

atuações no Estádio da Fontinha, porque muitos de nós jogávamos futebol. A Académica era também uma família. Daí as amizades com o Elísio Barreira, o Manel de Djinha, o Tchol, de nhô Jô de Guida, os manos Soares de Brito, o Djidjê, o Dú, irmão do Kida, e tantos outros que alinharam com o PAIGC/CV, como representantes de Cabo Verde na diáspora.

Após o 7º ano, muitos saíram para as suas ilhas de origem, outros ficaram a tratar dos papéis para integrarem o funcionalismo. Separámo-nos, mas mais tarde, teríamos o prazer de nos reencontrar, em Lisboa, ele na faculdade de Ciências, na rua da Escola Politécnica, e eu na de Letras, um pouco mais abaixo, na rua da Academia das Ciências. Os nossos caminhos estavam separados, mas depois se juntaram na CEI, Casa Estudantes do Império, na companhia do Iko Carreira. Estavam ambos na tropa – nas Forças Aéreas, em Sintra, se não me engano. Uma ou outra vez, vinha às festas da CEI e aos almoços no fim-de-semana, na Casa, onde se encontrava com amigos como Vicente Marcel d’ Almeida, o Clirás, Clarimundo Cardoso, o António José Cardoso Santos, colegas do Gil Eanes, Gentil Viana, Rui Mingas e tantos outros. No ano de 1961, a dada altura, começaram a chegar notícias da fuga de “malta” para a luta. Telefonemas começaram a “chover” na Casa. Pensávamos sempre que eram os da PIDE a querer explorar-nos; a resposta era sempre a mesma, com uma “dose de gozo”, que tinham ido passar férias a uma quinta qualquer em Portugal.

Mais tarde, em Luanda, em 1974, soubemos que um dos elementos da delegação do PAIGC que estava a negociar a Independência com os portugueses na Argélia e em Londres, era Pedro Pires. O facto encheu-me de orgulho, por saber que ele era um deles. Os jornalistas angolanos enviados, creio que um deles era o Simons, falavam sempre deles. Mais tarde, ele visitou Luanda e, nós, o grupo da Casa Amílcar Cabral, preparámos-lhe uma recepção na Liga Nacional Africana, com a comunidade cabo-verdiana, onde tive o prazer de o rever. Como

sabíamos das lutas oportunistas em Cabo Verde, para ter a parte do Leão, fomos ficando em Angola, organizando a nossa comunidade. Então, na altura da visita dele ele perguntou-me “quando é que voltas?” À minha pergunta, se havia lugar em Cabo Verde, ele respondeu-me que havia sempre lugar para cabo-verdianos. Era o primeiro contacto depois da fuga de Lisboa. Fiquei a pensar no meu “regresso adiado”. Fiquei mais algum tempo em Luanda, até ao dia em que consegui libertar-me da minha “guerra” em Luanda. Mas ainda antes, vim num grupo assistir à proclamação da Independência de Cabo Verde e, em 1979, regressei de vez. Integrei-me na minha área profissional – o Ensino.

A partir desse momento, pude seguir de perto a governação segura e firme de Pires. Alguns poderão discordar, o que é natural, consoante as opiniões, que dependem da formação de quem discorda, dos seus interesses ou melhor ainda, da sua perspectiva. Tendo vivido em vários países e em vários regimes, julgava-me e continuo a julgar-me com habilitação suficiente para emitir tais juízos de valor. Em Cabo Verde, vivi sempre afastado dele, mas atento à maneira como o país era governado, tendo contudo notícias através de amigos comuns, apreciando o trabalho ciclópico de reconstruir a nossa Terra.

Mais tarde, já integrado no Ministério da Cultura, como Diretor Regional do MICD, consegui que propostas minhas fossem concretizadas graças à sua ação, com certas oposições dentro do próprio MICD, mas com a compreensão do Ministro. Foi o caso da recuperação da antiga Alfândega do Mindelo, para transformá-la num Centro Cultural autónomo, e não naquilo que viria a tornar-se depois, uma estrutura subalternizada ao Ministério da Cultura, na Praia. Foi também o caso da recuperação da antiga Capitania dos Portos do Mindelo. Para isso, fizeram-se deslocar ao Mindelo, vindos de Lisboa, dois Secretários de Estado da Cultura, a Sra. Dr^a Teresa Gouveia e o Sr. Dr. Santana Lopes. O objectivo era fazer da Capitania um museu do Mar ligado ao ISEC-Mar, e Portugal

propunha-se ajudar recuperando o edifício e apetrechando-o com documentos, mapas e aparelhos que facilitassem o conhecimento das nossas águas marítimas.

Um dia, numa recepção viram-me de pé a falar com o Primeiro-Ministro Pedro Pires, e algumas pessoas ficaram admiradas que fossemos conhecidos, porque nunca me tinham visto ele.

A mudança é que nos reaproximou. Quando, de forma estúpida tentaram assassinar politicamente o então ex-Primeiro-Ministro Pires, encenando o seu enterro, e ainda por cima difamando-o, resolvi entrar na liça. Escrevi-lhe uma carta pondo-me à disposição para trabalhar com ele.

Após a realização das eleições municipais, para as quais concorri como independente, apoiado pelo PAICV, convidei o Pedro Pires a vir ao Mindelo, pois quis provar-lhe que era preciso que o povo o visse, de facto. Até aí tinham-no visto à distância que o poder permite. O receio de vir a S. Vicente foi ultrapassado. As filhas receberam que acontecesse aquilo que se vivia na capital. O auto-exílio não era próprio para um Homem Probo. Nós conhecíamos-lo. Porque ele sempre olhou os adversários de frente. Era preciso que Cabo Verde não perdesse esse Homem. Eu e um grupo de amigos, fizemo-lo ganhar a presidência do partido, com o apoio de todos os delegados de Santo Antão ao congresso, com alguns de S. Vicente (outros tinham bazado, como diziam os meus alunos angolanos), com o apoio do Fogo, doutras ilhas e, é preciso dizê-lo, com o apoio dos Homens velhos de Santiago, que sabiam o que tinha sido o colonialismo.

Muitos não acreditavam na sobrevivência de Cabo Verde como País.

Estávamos certos, e outros fora de Cabo Verde, como Mo Ibrahim, reconheceram não só a sua luta, mas também a sua nobreza de carácter. É preciso que os próprios Cabo-verdianos acreditem em Cabo Verde!

No fim, fomos todos recompensados! Que viva por muitos anos, porque ele ainda não parou por Cabo Verde!

Falar de um Homem Público é sempre difícil e perigoso. Sem receio de julgamentos alheios, falaremos do amigo e colega do Liceu Gil Eanes, e que mais tarde ascendeu a uma posição de destaque na gestão res publica de Cabo Verde. Falaremos do homem por quem nutrimos, tanto no passado como no presente, uma amizade profunda, desde os bancos do Liceu, admiração e respeito pelo seu saber discreto, que julgámos ter conhecido e compreendido. Coisas nada fáceis. Mal chegou ao Mindelo, no Liceu ele granjeou a amizade e a admiração de todos os que com ele conviveram, embora a discrição fosse uma das suas grandes virtudes. No ano em que entrou, quase todos nós adolescentes, foi recebido sem motejos vulgares que era normal serem dirigidos pelos alunos mais velhos aos colegas mais

Mantinhas para Pedro Pires



Germano Almeida

Deve ser tolerado que em uma de estas duas situações possa um homem sair em campo, verbal ou escrito, a elogiar e enaltecer outro homem: 1) quando esse outro já se defuntou; 2) quando esse outro faz 80 anos e se chama Pedro Pires.

O Vicente desafiou-me a escrever algo para o caderno que o jornal está a fazer para homenagear Pires agora na comemoração dos seus anos. Realmente não hesitei em dizer-lhe que sim, que o faria com prazer, mas agora estou aqui embatucado, indeciso diante das palavras a usar para pegar na questão. É que ele não quer que eu fale do estadista, do chefe do Governo ou do presidente, o que seria relativamente fácil, seria só apontar factos da sua vida política. Mas não, ele quer que eu fale do homem, da pessoa que acho

que seja Pires, e isso é muito mais complicado pela razão de que não tive qualquer tipo de aproximação com Pedro Pires enquanto líder do PAIGC/CV ou chefe do Governo. Creio termos falado pela primeira vez na primeira sessão da Legislatura seguinte à derrota do PAICV em 1991. Éramos ambos deputados, e calhou encontrarmo-nos na varanda da sala de sessões num momento em que se discutia a legalização administrativa da UCID como partido, com a qual eu pessoalmente não concordava. Disse-lhe em tom de desabafo, se há uma coisa em que o senhor teve razão, foi em dizer que são estrangeiros. Ele olhou para mim e sorriu, mas disse, então devia ter-me defendido!

Não creio termo-nos voltado a conversar, tanto mais que ele deixou o Parlamento e nunca mais

nos vimos nem falamos. Até que passados alguns anos um conhecido comum me telefona. Pires está em S.Vicente e gostaria que eu o recebesse, diz ele. Era o que mais faltava, respondi, Pires é mais velho e foi primeiro-ministro do meu país, devo-lhe respeito, ele diz-me onde está e vou ter com ele.

Fui, conversámos. Estávamos ambos preocupados com o caminho por onde o MpD estava empurrando Cabo Verde e trocámos opiniões acerca disso. E quando se aproximou a época das eleições de 2000, pedi a um amigo comum que lhe perguntasse se pretendia concorrer. Se sim, avancei, eu gostaria de o apoiar. Nessa altura eu já estava plenamente convencido que a única maneira de reabilitarmos o orgulho nacional seria tentar colocar na Presidência da República alguém que tivesse estado plenamen-

te engajado na luta pela independência e a sua afirmação nos quinze anos seguintes a 1975.

Por razões óbvias, as nossas relações ficaram mais próximas durante a campanha eleitoral e certamente que ficámos a nos conhecer um pouco. Para mim foi excelente, o homem carrancudo que eu sempre tinha achado ser Pedro Pires na verdade não existia. Pelo contrário, hoje posso dizer que Pedro Pires é um homem afável, de trato fácil, de uma simplicidade encantadora e senhor de um humor que traduz em belas gargalhadas. E extremamente culto também, dele se poderia dizer que nada que seja humano lhe é estranho. Certamente que será ateu. No entanto, todos nós temos um Deus nas nossas vidas, e creio não estar enganado se disser que o Deus de Pedro Pires é Cabo Verde.



Iva Cabral*

O melhor aluno do meu pai

O Jornal a Nação fez-me a honra de me convidar para dar um pequeno testemunho sobre o comandante Pedro Pires, Combatente da Liberdade da Pátria, ex-Primeiro Ministro, ex-Presidente da República. Este era um convite que eu não podia recusar não só pelo respeito sem fim que tenho por esta figura histórica de Cabo Verde mas também da Guiné-Bissau e de África, mas sobretudo pela grande e incondicional amizade e admiração que sinto pela figura humana que é Pedro Pires.

Tenho como princípio raramente me posicionar na sociedade como filha de Amílcar Cabral. Mas neste testemunho permittem-me falar como tal.

Para mim, Amílcar Cabral, para além de dirigente político, estratega militar, diplomata, teórico foi sobretudo um pedagogo. Penso que esta foi uma das causas do sucesso da luta de libertação da Guiné e Cabo Verde. Ele conseguiu deixar seguidores e discípulos. Após o seu assassinado houve uma rejeição, já que ele deixou homens e mulheres que tiveram a capacidade, o saber, a coragem e a determinação de continuar a luta pela independência das suas pátrias.

Pedro Pires foi, sem dúvida, o melhor aluno de meu pai. Ele foi um comandante militar, admirado e respeitado por seus soldados; provou ser um grande diplomata quando teve de negociar as independências da Guiné e de

Cabo Verde; um grande construtor quando - apesar de muitos dizerem ser impossível - ergueu, juntamente com seus companheiros, os alicerces do Estado Cabo-verdiano; um político corajoso que conseguiu - apesar de ser injuriado e difamado - levar a oposição que dirigia a ultrapassar com honra os anos de deserto; um dirigente com visão que preparou e incentivou a ascensão de uma nova geração à direcção do Partido que chefiava. Mas o que Pedro Pires aprendeu melhor de meu pai foi, sobretudo, a necessidade de se ser realista, de, como político, agir após um estudo profundo do terreno em que se intervêm; de tomar decisões corajosas no momento certo (a abertura política).

No entanto, eu o que mais admiro no Pires (é assim que o chamo) e o que nele mais me lembra o meu pai é o seu lado humano: as relações que consegue ter com as pessoas que o rodeiam; as amizades profundas, sinceras e fieis que conquista; a generosidade e a alegria de viver; a humildade e a sabedoria de um homem que já viveu tudo: guerras, traições, morte de amigos, poder, glória, reveses, prémios etc...

Agradeço o Jornal a Nação pela possibilidade que me deu de dar este meu testemunho já que o comandante Pedro Pires merece todas as honras, todos os aplausos e todo o respeito de seus conterrâneos!

* Historiadora e filha de Amílcar Cabral

Lídio Silva não bate palmas a P

Lídio
Silva

Um dos fundadores da UCID, Lídio Silva culpa e responsabiliza Pedro Pires pela “situação degradante” em que Cabo Verde vive hoje por, em 1985, ter “recusado abrir negociações secretas” com aquela formação, sediada na diáspora, para a instauração da democracia no país. Por esse e outros motivos não vê razões para bater palmas a Pedro Pires, mormente agora que completa 80 anos de idade.

Lídio Silva fez tal afirmação numa entrevista à Inforpress, na qual se mostra crítico e cáustico em relação ao aniversariante. Conforme explica, foi a irredutibilidade do então primeiro-ministro de Cabo Verde, nos anos oitenta, que levou à não negociações com a UCID com vista a uma abertura política que poderia ter acontecido antes de 1990.

“Essa recusa taxativa revelou o quão convencido ele se tornou à época e perdeu-se por isso; foi um erro grave, histórico, mas tenho plena consciência de que

ele, hoje, reconhece que errou mas não dá o braço a torcer, mas também mesmo que o fizesse já não valeria a pena, porque já é tarde”, lamenta o antigo líder da UCID, em São Vicente, ilha onde reside depois que regressou do exílio de vários anos.

A viver na Alemanha na década de 80, Lídio Silva constatou que a Alemanha Oriental (RDA) estava à beira da falência e que iria mais cedo ou mais tarde posicionar-se para entregar-se à República Federal (RFA) e que, na União Soviética, mais dia, menos dia, o problema das nacionalidades iria forçar a queda do “gigante russo”, como viria a acontecer nos finais daquela década com a queda do Muro de Berlim.

“Então, nessa altura, em Dezembro 1985, se a memória não me falha, eu mesmo escrevi ao governo de Cabo Verde que seria a altura ideal para a UCID e o PAICV - não existia mais nada - secretamente iniciarem a negociação desse processo de instalação da democracia e que não se poderia perder

MÁRIO SOARES

Pedro Pires, “um homem bom, moderado, paciente e muito inteligente”

O antigo Presidente de Portugal Mário Soares considera Pedro Pires, que conheceu em Maio de 1974, nas negociações para o fim da guerra na Guiné, “um homem bom moderado, paciente e muito inteligente” que “contribuiu imenso” para a lusofonia.

Numa entrevista, por escrito, à Inforpress a propósito do 80º aniversário

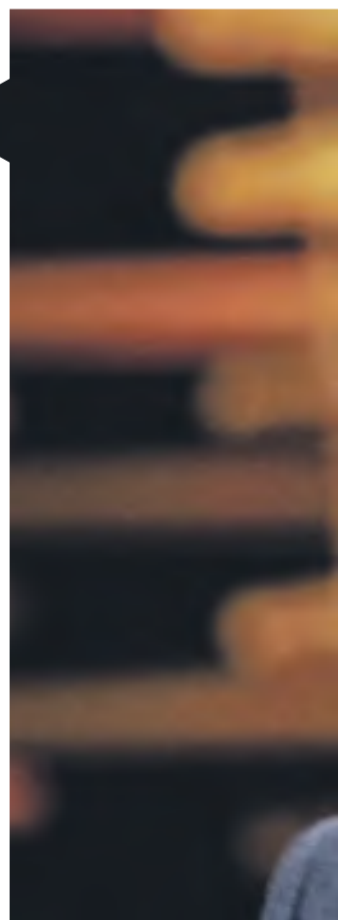
do seu colega cabo-verdiano, Soares salientou e enalteceu as qualidades do seu interlocutor nas negociações de de 1974. “É um homem bom, moderado, paciente e muito inteligente, um grande político. Que fez a guerra na Guiné, quando foi necessário fazê-la, para assegurar a paz. E que contribuiu em Cabo Verde para uma transição pacífica”, elogia.

O ex-Presidente de

Portugal reconhece que Pedro Pires é um homem que “é respeitado e ouvido e tem uma projecção enorme em todos os continentes e defende que “contribuiu imenso para a CPLP” (Comunidade de Países de Língua Portuguesa).

“Como Presidente da República de Cabo Verde foi sempre admirado e respeitado e fez dois excelentes mandatos. É amigo de Portugal e eu tenho

a honra de me contar entre os seus amigos. Contribuiu imenso para a CPLP que é - e deve ser - um espaço de solidariedade e de igualdade entre todas as ex-colónias, que resolveram manter - e bem - a língua portuguesa, que a todos pertence. Sem esquecer o Brasil, que pertence à CPLP, ao contrário da Commonwealth que nunca englobou os Estados Unidos”, conta.

Mário
Soares

Pedro Pires

essa oportunidade importante de antecipar a tudo e todos”, explicou.

Da Cidade da Praia, conta o então líder da UCID, recebeu “apenas o silêncio”, apesar de “muitos colaboradores” do então PM, especialmente de diplomatas de quem disse ter ficado amigo, concordarem com o teor da mensagem.

Silva escusou-se a revelar o nome desses “colaboradores” de Pedro Pires porque alguns deles já faleceram (caso de Alírio Vicente Silva, sabe o A NAÇÃO, porque revelado em “Os bastidores da independência”, livro de José Vicente Lopes).

“Se o comandante Pedro Pires, nessa altura, tivesse aceitado essa posição, dificilmente o PAICV sairia do poder porque esse era um capital que a nível nacional e internacional teria peso e um trunfo que o PAICV teria na mão para toda a vida”, comentou.

Pedro Pires, segundo Lídio Silva, é ainda um dos responsáveis pela não legalização

a tempo da UCID para participar nas primeiras eleições legislativas democráticas e de não ter exigido à Guiné-Bissau que retirasse o “C” de Cabo Verde da sigla PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), quando se deu a transformação em PAICV, em 1980, entre vários outros factos e males, entre os quais a morte de Amílcar Cabral e de Renato Cardoso.

“Ademais, existe ainda a ligação que muitos cabo-verdianos fazem a Pedro Pires de torturas, o que não joga a seu favor, porque mesmo que ele nunca tenha dado ordens, estou a especular, para torturar Manuel, Pedro, Joaquim ou António, ele era o chefe do governo e tinha que tomar medidas. Ficou-lhe ainda mal o facto de ter ido à Holanda e ter dito ‘esses estrangeirados, a nôss krê, ou nôss ka krê, é quel mê’ (esses estrangeiros, quer queiram, quer não, é a mesma coisa) o que ficou mal, porque muitos dos companheiros dele na imigração não gostaram dessa atitude”, acusou ainda. ☺



Oscar Oramas

Óscar Oramas destaca transparência e verticalidade de Pedro Pires

O vice-presidente da Associação de Amizade Cuba/África, Óscar Oramas, considera Pedro Pires um homem humano, analítico, transparente e amante das leis, facto que o ajudou na construção do Estado que é actualmente Cabo Verde.

Numa declaração à Inforpress, no âmbito da comemoração dos 80 anos do “camarada, político e amigo”, aquele antigo diplomata, embaixador do seu país em Conakry aquando do assassinato de Amílcar Cabral, em 1973, descreve PP como um “homem firme e admirado pelos seus subordinados”, isto não só pelo seu “talento e espírito de bom companheiro”, mas também como “chefe decidido a lutar ao lado dos seus”.

Oramas, que acompanhou muito de perto os acontecimentos que se seguiram ao assassinato de Amílcar Cabral, tendo escrito inclusive um livro sobre o assunto (Amílcar Cabral, Para além do seu tempo, Lisboa, 1998), recordou o estado de espírito de PP na altura. “No momento Pires estava triste, mas decidiu continuar a lutar rumo à vitória para honrar, assim, o glorioso líder do seu partido. Tudo o resto é a imagem de um grande estadista”, disse.

Para Oramas, como governante, PP agiu “em conformidade com os interesses do seu povo. Respeitou o livre exercício das instituições democráticas, foi sensível às críticas e já dizia o

mexicano Octávio Paz: ‘o espírito crítico é a grande conquista da idade moderna’, e implantou a honestidade como uma regra do governo”.

Os cubanos, garante Oramas, têm um sentimento de “admiração e gratidão para com o comandante Pedro Pires”, pessoa, segundo diz, considerada amigo sincero e que “deu a sua mão honesta a Cuba”. Por estas e outras razões, decorrentes da sua conduta transparente verticalidade durante a luta de libertação nacional, sustenta o entrevistado da Inforpress, “o comandante-em-chefe Fidel Castro condecorou-o com a mais alta medalha concedida pelo Estado cubano: a Ordem José Martí”. ☺



Mascarenhas e Pires, caminhos cruzados

Letícia Neves

A Francisco “Chiquinho” Mascarenhas, figura muito conhecida do meio mindelense pelo carisma e pelas faculdades intelectuais, não faltam histórias e episódios de vida que se cruzam e se entrelaçam com o viver de inúmeras outras figuras e personalidades de Cabo Verde. Uma delas é Pedro Pires a quem esse octogenário, hoje com 85 anos, nutre apreço e consideração.

Um dos primeiros momentos que o Sr. Chiquinho relatou durante a conversa com A NAÇÃO foi na altura em que Pedro Pires esteve a estudar em Portugal, na segunda metade dos anos cinquenta do século passado. “Pedro Pires estudava física na Universidade de Ciências de Lisboa, naquele tempo Escola Politécnica de Lisboa, e foi aliciado para a luta pelo meu primo Francisco St. Aubyn, que era professor em Portugal. Nisso, Pires acaba por abandonar os estudos, fugindo para Paris, juntamente com outros estudantes africanos”, recorda.

Tal fuga acontece em Julho de 1961, constituindo um acontecimento que na altura deu bastante brado. Afinal, com a guerra instalada em Angola desde Fevereiro, um grupo expressivo de jovens universitários das colónias (mais de quarenta) tinham decidido fugir, indo juntar-se aos respectivos movimentos de libertação. No grupo constava, entre outros, Pedro Pires, Osvaldo Lopes da Silva, José Araújo, Elisa Andrade, Maria da Luz Boal, por Cabo Verde, mas também nomes como Joaquim Chissano, Leonardo Simão (Moçambique) e Iko Carreira e Manuel Boal (Angola), entre vários outros.

Já no segundo momento da vida destes dois cabo-verdianos, o factor familiar estava do lado de Pedro Pires e aconteceu, também no tempo colonial, desta feita em Cabo Verde. Funcionário público, Francisco Mascarenhas estava no Fogo,

instruído pelo secretário-geral do Governo Provincial de Cabo Verde, Tito Lívio Feijó, para conduzir um inquérito à volta de um conflito entre o então administrador Artur Santos e o delegado procurador da

República, Miguel Ângelo.

“Um senhor procurou-me e disse-me que era perseguido pelo administrador por ter um filho na luta armada chamado Pedro Pires e, nisso, ele contou-me muitos dos desmandos a

que era submetido. Coloquei esse episódio no meu relatório final juntamente com outros acontecimentos”.

Mascarenhas acredita que, a partir desse dia, Luís “Pa Djé” Pires, pai de Pedro, passou

» *Mesmo sem relações muito próximas, o tempo – passado e presente – por diversas vezes jogou com as vidas de Francisco Mascarenhas e Pedro Pires. Isto é, do período colonial até à candidatura de PP à Presidência de Cabo Verde, em 2001, deixando para trás um longo percurso que importa, agora, conhecer.*




Francisco Mascarenhas

a nutrir admiração pela sua pessoa, “por ver que eu não estava mancomunado com o Governo colonial”. Tanto assim que, depois da independência, ele contou ao filho o que tinha acontecido.

Segundo Chiquinho, foi Pedro Pires quem lhe lembrou o episódio, transmitindo com isso o apreço que o pai, Pa Djé, tinha por ele, Mascarenhas. Tal momento aconteceu, revela também o nosso entrevistado, em 2001, em São Vicente, quando o então candidato presidencial esteve nessa ilha por altura da sua primeira candidatura a Presidente da República. Aliás, uma campanha que Mascarenhas apoiou para a surpresa de muitos, sobretudo, daqueles que conheciam os maus momentos que sofreu nos primeiros anos da independência, coisa que hoje não gosta muito de falar.

“No encontro eu disse-lhe que um homem que abandona os estudos e coloca o seu futuro em risco para defender uma causa nacional era digno de todo o meu apoio”, recorda a propósito.

Nos dias de hoje Chiquinho classifica Pedro Pires como uma figura de destaque na política de Cabo Verde. Mas, acima de tudo, um político “muito hábil” e que soube ultrapassar todas as dificuldades numa altura difícil da nossa independência.

Para Chiquinho Mascarenhas, ao contrário de vários outros revolucionários de então, Pedro Pires foi um dirigente “ponderado e sábio”, que contornou a enorme falta de recursos naturais do país, granjeando um forte apoio internacional, criando com isso bases sólidas para o desenvolvimento de Cabo Verde. Daí, confessa, não poder deixar de render o seu tributo ao “comandante” por ocasião dos seus 80 anos de idade. 

Hoje a viver na ilha do Sal, Julinho, como é conhecido, viveu vários

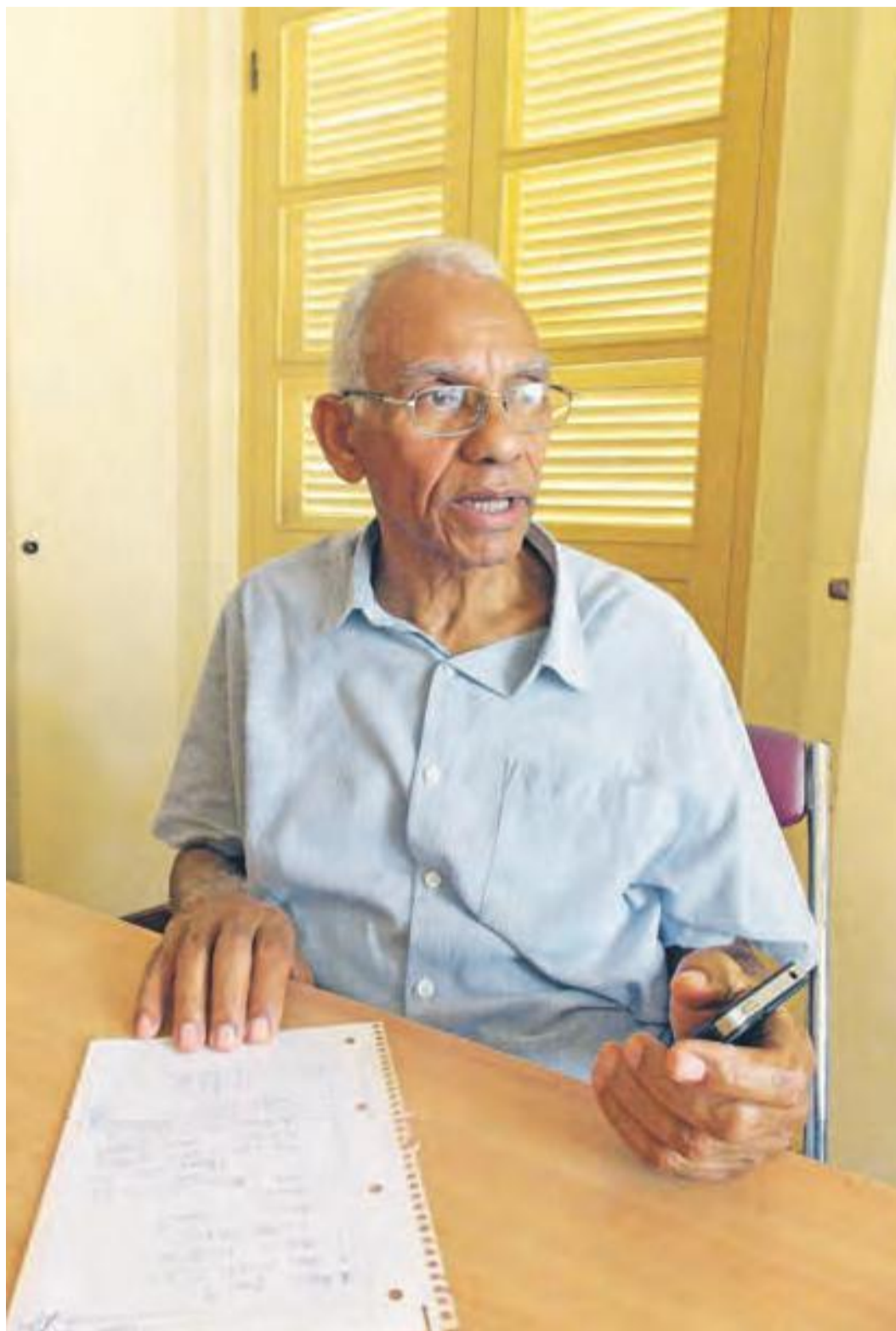
momentos junto com Pedro Pires, a partir do dia em que se conheceram, em 1964, em Paris, França, partindo mais tarde para a Guiné, onde vem a ser comandante na Frente Sul, juntamente com Pedro Pires, Nino Vieira e outros combatentes e dirigentes do PAIGC. Com Pires e outros cabo-verdianos estiveram, antes disso em Cuba, em preparação militar para o nunca realizado projecto de desembarque em Cabo Verde.

Foi na Frente Sul, na Guiné, que em 1973, a 20 de Janeiro, a morte de Amílcar Cabral encontra os dois cabo-verdianos. “Não estávamos juntos quando a notícia chega, mas nos cruzamos dois ou três dias depois, quando Pires ia a caminho de Conakry, inteirar-se da situação. E esse foi, sem dúvida, um dos momentos mais difíceis para todos nós”.

Um outro momento, este mais feliz, aconteceu pouco meses depois, em Junho daquele mesmo ano, com a tomada do quartel de Guilege pelas forças do PAIGC. Uma operação tratada ao detalhe pela cúpula desse movimento e cujo sucesso acabou por constituir num importante marco militar e político, segundo Carvalho, tendo em conta o impacto que essa conquista poderia ter para o precipitar do fim da guerra na Guiné, com o prato da balança a pender para o lado do PAIGC. Tanto assim que em Setembro é proclamada, em Madina do Boé, a independência da Guiné-Bissau.

“Portanto, na nossa vida comum, não há um momento, mas vários momentos”, frisa Júlio de Carvalho.

Um outro momento comum, este igualmente difícil para os dois camaradas de armas e de vida política, aconteceu a 13 de Janeiro de 1991, quando o PAICV perde as primeiras eleições legislativas multipartidárias



Aquele que mais se aproximou de Amílcar Cabral


» *Dos combatentes da liberdade da pátria, militantes e dirigentes do PAIGC/CV, Pedro Pires é aquele que mais se aproxima de Amílcar Cabral. Este ponto de vista é de Júlio de Carvalho, antigo comandante na guerra anticolonial da Guiné e ministro da Defesa e Segurança de Cabo Verde, entre 1980 e 1991, que aqui recorda o percurso do seu velho camarada de armas.*

para o MpD, permanecendo na oposição até 2001.

“O resultado foi uma total surpresa para todos nós porque, confiantes no trabalho que havíamos feito por Cabo Verde, em nenhum momento, chegámos a colocar a nós próprios a possibilidade de perder, daí o impacto que esse resultado teve em cada um de nós e no Pires em particular”.

Carvalho recorda que ao longo daquele dia eleitoral ele e PP foram mantendo contactos por telefone, mas no fim da noite, quando o resultado começou a desenhar-se, já estavam juntos. “Diante do resultado, decidimos que iríamos cumprir ao pé da letra a vontade emanada pelos cabo-verdianos nas urnas. Isto é, íamos ser absolutamente consequentes com todos os compromissos que havíamos assumido no decorrer daquele processo e que, mesmo na oposição, iríamos continuar a servir Cabo Verde”.

Em suma, olhando para percurso deste cabo-verdiano que é Pedro Pires, Júlio de Carvalho confessa: “De Pedro Pires guardo acima de tudo a imagem de um homem que se entregou totalmente àquilo em que acreditava. É aquele que, pela sua atitude de homem e de combatente, mais se aproxima de Amílcar Cabral. Em todo o tempo da luta, mas também durante toda a I República, altura que ajudou a pôr de pé os alicerces do nosso Estado e país, continuando ainda hoje a servir Cabo Verde. E o que nele mais admiro é a sua total identificação com o pensamento e a sua prática, isto é, é um homem absolutamente consequente entre o diz e o que faz”.

E chegado, pois, aos 80 anos, Júlio de Carvalho espera que Pedro Pires continue a pensar neste “nosso” Cabo Verde, isto é, “no que é preciso fazer agora para os mais jovens terem uma vida melhor. Estou ciente disso e desejo longos anos de vida ao camarada Pedro Pires”. 

PEDRO PIRES NO LICEU EM SÃO VICENTE

Bom a matemática, sofrível a português

» O domínio das ciências exactas consta como elo forte do desempenho de Pedro Pires enquanto aluno do Liceu Gil Eanes, estabelecimento em São Vicente onde concluiu os estudos secundários em 1956. Capaz de tirar 18 valores a Matemática e a Geografia, Pires mostrava-se fraco a Português, disciplina em que não foi além de 9,9 no exame escrito do segundo ciclo (ex-5º ano).



57
 Termos de matrícula
 Pedro de Arona Rodrigues Pires
 nº 2928
 Matriculado em 29 de Agosto de 1956
 Escola Secundária de São Vicente

Matemática	18 valores
Geografia	18 valores
Ciências Físico-Químicas	12 valores
Matemática	12 valores
Desenho	12 valores
Português	9,9 valores

Matriculado em 29 de Agosto de 1956
 Escola Secundária de São Vicente

Matemática	18 valores
Geografia	18 valores
Ciências Físico-Químicas	12 valores
Matemática	12 valores
Desenho	12 valores
Português	9,9 valores

João Almeida

Pedro Pires concluiu o exame do ex-5º ano com uma média de 16 valores na secção de Ciências, que incluía Geografia, Ciências Naturais, Ciências Físico-Químicas, Matemática e Desenho. As notas a Geografia (18,1 valores) e a Matemática (18) esticaram o resultado global numa área em que Pires revelava pouca habilidade a Desenho, no qual concluiu o exame com 11 valores.

Na secção de Letras – Português, Francês, Inglês e História – a média final do exame do ex-5º ano situou-se em 13 valores. O agora ex-Presidente da República teve de ir a oral para concluir

o 5º ano, pois, no exame escrito de Português tirou 9,9 valores. Saiu-se melhor a Francês (14,9) e a Inglês (14,4) na escrita, tendo baixado essas notas para 14 e 12, respectivamente, na oral.

No curso complementar dos liceus, 6º e 7º anos, Pedro Pires continuou a revelar-se melhor a Matemática, concluindo o exame da disciplina com 17 valores. Curiosamente, na disciplina Organização Política e Administrativa da Nação, em que certamente aprendeu as bases da área à qual dedica toda a vida, mostrou-se apenas um aluno mediano. Nela tirou 12 valores no 6º ano e baixou para 11 no ano seguinte. Talvez, sem saber, revelasse desde já a sua

discordância da Organização do Estado Português, contra a qual viria a lutar nas matas da Guiné-Bissau.

A preferência pelas ciências exactas no liceu terá influenciado a escolha deste jovem cabo-verdiano na hora de decidir a faculdade que queria frequentar na Universidade em Lisboa. Optou por estudar Ciências, altura em que foi convocado para o serviço militar obrigatório, ingressando na Força Aérea Portuguesa, FAP, onde teve a patente de alferes. É aqui, em 1961, que põe um ponto final a essa parte da sua vida, fugindo com outros estudantes africanos para abraçar a causa da independência de Cabo Verde e da Guiné.

Um homem à altura dos desafios do seu tempo

José Maria Neves

Pedro Pires, como primeiro chefe do Governo de Cabo Verde, entre 1975 e 1991, deixou marcas indeléveis pelo seu pragmatismo, sentido de Estado e moderação. Foi nesse período que se colocaram as primeiras pedras na construção do Estado e lançados os alicerces da reconstrução nacional e do desenvolvimento. Destaco a «decência, a honestidade e o patriotismo» de Pedro Pires. O seu exemplo de homem simples, austero, rigoroso e incorruptível marcou os primeiros 15 anos da República. Social-democrata assumido, Pedro Pires promoveu o desenvolvimento institucional do país e a construção do Estado de Direito. Um homem permanentemente preocupado com o bem-estar e a dignidade dos cabo-verdianos. Um grande amigo da Guiné Bissau e dos guineenses, um lutador permanente contra as injustiças e todas as formas de subjugação em África e pela liberdade e dignidade dos africanos.

Momentos fortes

Três momentos marcaram particularmente a minha convivência com Pedro Pires:

1) Em 1989, no quadro da preparação do II Congresso da JAAC-CV, que teve lugar na Cidade da Praia, de 28 de Novembro a 02 de Dezembro de 1989, o então Secretário-Geral daquela organização juvenil, José Gomes da Veiga, pediu-me uma proposta de revisão dos Estatutos. Fiz um estudo abrangente e apresentei propostas de alterações profundas consideradas muito ousadas para a época. Uma delas dizia respeito a este artigo sobre os princípios da organização «1. A organização da JAAC-CV é regida pelo princípio do centralismo democrático e os seus organismos trabalham segundo o princípio da direcção colectiva. O centralismo democrático significa que: a)

Todos os órgãos dirigentes são eleitos democraticamente de baixo para cima; b) Os órgãos dirigentes são obrigados a prestar contas periodicamente da sua gestão às organizações pelas quais foram eleitos e aos órgãos superiores; c) As resoluções aprovadas pelos órgãos superiores são obrigatórias para os órgãos inferiores. A minoria subordina-se disciplinadamente às decisões da maioria...» Em vez disso propus a seguinte redacção: «1. A organização e o funcionamento da JAAC-CV assentam nos seguintes princípios: a) A eleição democrática de todos os órgãos; b) A apresentação periódica de contas; c) A liberdade de discussão assente na

responsabilidade individual, no espírito de iniciativa e no respeito pela pluralidade de opiniões sobre todas as questões relacionadas com a JAAC-CV e a Juventude; d) A assunção e aplicação das decisões tomadas pela maioria ou pelos organismos de direcção; e) A participação e a responsabilidade de todos os membros na direcção do organismo a que pertence...». Alguns dirigentes juvenis ficaram assustados e desconfiados com a natureza das alterações propostas. José Gomes da Veiga decidiu levar as minhas propostas à consideração de Pedro Pires, que se regozijou com o sentido das mudanças e deu luz verde para o debate de

tais alterações estatutárias, afirmando que estávamos no bom caminho para as reformas que se impunham. Só então iniciamos os debates internos e acabámos por alterar profundamente os Estatutos da JAAC-CV no Congresso de 89, ainda antes do anúncio da abertura política, em Fevereiro de 90, com um entusiasmado apoio de Pedro Pires.

2) Em Janeiro de 91, o MPD ganha as eleições e assume como estratégia a criminalização e destruição do PAICV e a humilhação dos seus principais dirigentes. Pude então admirar a «sagesse», a perseverança, a capacidade de resistência e a combatividade de Pedro Pires. Diante das

» *Pedro Pires é um Homem grande das ilhas. Temos um arquipélago de razões para o homenagear e lembrar o seu percurso de revolucionário e de estadista. Deixo, pois, aqui referências breves e pessoais sobre este que é a todos os títulos um grande vulto da história moderna cabo-verdiana.*



antidemocráticas investidas do então Partido no poder, a sua atitude e a sua liderança foram decisivas para a sobrevivência do PAICV e para o exercício da oposição democrática.

3) Em 2000, Pedro Pires pondera candidatar-se à Presidência da República. Por várias razões, que não cabe aqui esmiuçar, era de opinião que ele não devia candidatar-se. Expressei esta ideia em vários momentos e espaços, mas acrescentando que se ele decidisse levar avante a sua candidatura, enquanto Presidente do PAICV, por razões éticas, apoiá-lo-ia sem reservas. Assim aconteceu. Hoje, acho que foi muito bom e importante para Cabo Verde a Presidência de Pedro Pires nos primeiros dez anos deste Século XXI.

Grande valia

A sua experiência de homem de Estado, o seu incontido amor por Cabo Verde, o seu pan-africanismo, o seu prestígio internacional e o seu ideário de Homem progressista, defensor das instituições, do Estado de Direito Democrático, do bem comum e do bem-estar dos cabo-verdianos foram essenciais para o sucesso do nosso país. Os seus conselhos e advertências enquanto Chefe de Estado nos nossos encontros semanais e a forma como exerceu a magistratura de influência foram de grande valia para a governabilidade do país. Vejo Pedro Pires como um homem ponderado que reflecte muito sobre tudo o que diz e tudo o que faz e, por isso mesmo, não dado a demagogia e a modismos. Um patriota, um visionário que deu um contributo inestimável para a libertação da África e para a transformação de Cabo Verde.



Isto anda tudo ligado, preferirem, é Pires

José Vicente Lopes

Foi Pedro Pires que me levou a interessar-me pela história contemporânea de Cabo Verde. Em 1990, trabalhava eu no Voz di Povo quando, um dia, já depois da abertura política, recebi o estranho convite/desafio para, juntamente com o seu assessor Jorge Soares, entrevistar uma série de individualidades que participaram nas negociações de 1974, em Londres e Argel, sobre a independência da Guiné-Bissau e depois a de Cabo Verde. Essa série de depoimentos destinava-se a assinalar os 15 anos da independência deste arquipélago.

A missão continha riscos, que, sopesados, aceitei. Presumi logo que Pires devia ter a sua própria agenda pessoal – já nessa altura palpitava-me que ali estava um “animal político” – e que por isso o convite não era nem despiendo nem inocente. Gente houve, colegas meus, que torceu o nariz para uma tal coisa. Só que nestas coisas, como ensina um ditado russo, se vais comer com o diabo no mesmo prato convém que a tua colher seja maior que a do dito. Os meus colegas não sabiam disso. Pires talvez não soubesse também, afinal, mesmo um animal político não pode prever tudo, por exemplo, o que vai pela cabeça de um jornalista desconfiado.

Prevenido, portanto, aproveitei essa janela de oportunidade, como hoje se diz, para cumprir a minha própria agenda, isto é, conhecer certos meandros daquelas célebres negociações que todo o cabo-verdiano, hoje com mais de 50 anos, tinha ouvido falar. É assim, por exemplo, que questionado por mim por que razão a primeira Constituição de Cabo Verde apenas foi aprovada em 1980, e não em 1975, para a minha surpresa, PP respondeu: “Se tivéssemos começado com a Constituição, era muito provável que os portugueses nos obrigassem a aprovar uma

Constituição elaborada por eles ou com eles. Eu penso que um elemento importante teria sido evitar que a Constituição fosse elaborada pelos portugueses ou negociada em Washington”. Portanto, os tipos do PAIGC tinham passado a perna a Lisboa e a Washington, o que, no caso dos EUA, não foi proeza pouca.

Aquela foi a primeira vez que em Cabo Verde um tal tipo de trabalho foi feito. É, convenhamos, a História em discurso directo, daí o valor documental dessa e outras mais entrevistas, com Mário Soares, Almeida Santos e outros, que reuni depois em *A explicação do mundo* (Spleen, Praia, 2004) e que muitos já utilizaram para os mais diversos fins.

Mais do que isso, nesse exercício, me dei conta que conhecia mal e porcamente a história do meu país. Como eu, milhares de outros cabo-verdianos deviam estar na mesma situação, só que na altura, tirando PP, eu e uns quantos, ninguém mais estava interessado naquelas negociações de 1974. O que interessava eram as primeiras eleições pluralistas que viriam a acontecer meses depois, a 13 de Janeiro de 1991, nas quais Pedro Pires, o PAICV e os 15 anos da I República levaram um tremendo tombo.

Como testemunha ocular da história, assisti à carnavalização que se seguiu ao 13 de Janeiro, uma delas o funeral político de PP, o arrastar das ramagens de tamarindo pelas ruas do Platô. Era o povo em euforia e delírio. Aliás, não é por acaso que no seu estudo sobre a carnavalização da linguagem, o célebre linguista russo M. Bakhtine deu conta da existência de uma tribo, em África, em que uma vez por ano o soba era reduzido à condição de zé ninguém. Nesse dia, o fulano era xingado, humilhado, e tudo mais a que os seus súbitos tinham direito, menos tirar o couro ao desgraçado. Faltava-nos, em Cabo Verde,

esse “momento” de catarse colectiva contra o chefe, tal como verifiquei na manhã de 14 de Janeiro de 1991. Ainda hoje, não é por acaso que os nossos momentos de campanha eleitoral são isso mesmo, puro carnaval, altura em que os nossos líderes têm de dançar, beijar, fazer piruetas, no palco, em troca do precioso voto dos eleitores, para, como na festa do Rei Momo, tudo se acabar no dia seguinte ao voto. Mas não pensem os esclarecidos que isto é exclusivo nosso. Em Portugal, por exemplo, as “varinas” (peixeiras) chegam a meter as mãos nos “documentos” dos seus políticos para verem se o fulano “tem-nos” rijos.

Só que em 1991 o homem que em plena campanha tinha sido

acusado de ser milionário, com contas chorudas na Europa, como de resto seria normal em África, teve afinal que encontrar guarida em casa de um irmão, no bairro da Fazenda, por coincidência, perto do local onde eu residia. Só isso me levou a refazer a minha ideia feita de PP, como já tinha feito, antes, parte dela, durante uma viagem que fizéramos juntos aos EUA e outra à Namíbia. Pires, como vim a constatar, era afinal um tipo relax, nada tinha a ver com aquele indivíduo carrancudo que nos massacrava com os seus intermináveis discursos, pensando que era o Fidel aqui das ilhas.

Por essa altura também, depois do 13 de Janeiro, comecei

a colaborar com jornal Agaviva, a convite do Germano Almeida, com um artigo de opinião todos os meses, manifestamente provocador (estávamos no início da democracia e eu precisava saber, confesso, até onde ia o pavio dos nossos queridos democratas), no qual, a propósito dos nossos líderes (“Pires, Veiga e Mascarenhas”, assim se chamava a peça, publicada na edição de Agosto de 1991), escrevi que PP não estava politicamente morto e que a prova disso eram os ataques sistemáticos contra a sua pessoa que todos os dias saíam nos jornais, escritos por mabecos anónimos. Apesar da sua tremenda evidência, esse meu artigo no Agaviva teve o efeito de uma bomba. Antes de



Pires entre Almeida Santos e Mário Soares

do ou, se s que me tem nisto



mais porque surgia em clara contracorrente à essa nossa tendência de, como povo, bater em leão ferido. E, logo, a minha provocação não podia passar em branco. E não passou.

Encerrado o VP mais tarde, colocado eu numa prateleira do Estado, ocorreu-me, em 1995, a poucos meses do 5 de Julho, escrever algo sobre os 20 anos da independência. Para todos os efeitos eu tinha as entrevistas de 1990, algumas inéditas, contava falar com outras mais pessoas e consultar os documentos possíveis.

O João Alçada Baptista, responsável então do Centro Cultural Português, um dia, por acaso, na Prainha, perguntou-me o que andava a fazer. Respondi-

lhe que andava a “coçar” e que fora isso cogitava escrever uma grande reportagem sob a forma de livro em torno dos 20 anos da independência. Na hora, o JNA disse-me que se eu levasse avante um tal projecto ele dispunha-se a publicá-lo. Esqueci.

Ou melhor, achei que aquilo era mera conversa de ocasião, num domingo de sol e mar. Para o meu espanto, semanas depois, de novo num encontro casual, o mesmo JNA perguntou-me como andava o “nosso” livro. Tremi nas pernas. Não tinha escrito uma palavra sequer. Contei à Marilene a minha aflição. “Se você disse que ia fazer o livro, e se o Sr. João Nuno está disposto a publicá-lo, você tem agora cumprir com a sua palavra”, foi a resposta da

patroa.

O resultado é *Os bastidores da independência*, que o Germano, a brincar (o Germano passa a vida a brincar com coisas sérias), costuma dizer que o melhor serviço que o MpD podia prestar à história de Cabo Verde foi fechar o VP para correr comigo.

Como se pode ver, e como diz o outro, isto anda tudo ligado. E, na vida, nem tudo é mau. Portanto, agora que PP completa 80 anos, nada como render-lhe este tributo. Não só sobreviveu ao seu enterro político, como chegou depois à Presidência da República. Se na primeira eleição foram apenas por 12 votos de diferença, na segunda a margem foi bem mais expressiva, na casa de alguns milhares

de votos. É claro que Carlos Veiga gritou, inconformado, e prometeu até ir queixar-se à Comunidade Internacional. Compreendo-o também, afinal, para quem em 1998/99 achava que as “presidenciais” eram favas contadas, tipo um plebiscito igual ao do Mascarenhas Monteiro na sua segunda eleição, quando correu sem adversário, perder para o velho comandante e ditador não é coisa que qualquer democrata, cabo-verdiano ainda por cima, consegue digerir facilmente. Eu também, no lugar de Veiga, iria queixar-me ao papa, à rainha da Holanda, ao secretário-geral da ONU, ao Comité Olímpico Internacional e, por que não também?, à Federação Internacional dos Jogadores de Porrinha.

Tenho por Pedro Pires respeito e apreço, mas não integro a sua corte de indefectíveis. PP, diz o lugar comum, é um homem que dedicou a vida a Cabo Verde. E nisso nem tudo lhe foi fácil. Ele próprio aprendeu fazendo, nem sempre bem o que entendeu que tinha de fazer. Mas fez. Chateou muita gente, fez outras felizes, e sobretudo ajudou a viabilizar Cabo Verde, porque, realista, tinha os pés no chão sem deixar de sonhar. Tenho por mim que muitos dos sarilhos que arranjou, por exemplo com a malta revolucionária daquele período primordial, foi não lhes ter deixado fazer de Cabo Verde uma república de *khmer's* vermelhos. Conforme ele me contou um dia, quando em 1974, pouco antes da independência, os *bwanas* do Banco Mundial lhe disseram que Cabo Verde, como país, era inviável, pediu-lhes que suavizassem a pílula no relatório que contavam escrever sobre estas ilhas, isto é, que em vez de seis meses dessem pelo menos um ano de vida a estas pobres ilhas como país independente.

Lembro-me também, nas autárquicas de 1996, de me ter cruzado com PP na Achada de Santo António logo pela

manhã. Como sempre, metemos conversa. Apesar da derrota sofrida dias antes nas legislativas de Dezembro, nas quais o PAICV averbou um resultado pior do que 1991, Pires pareceu-me leve, simpático com as pessoas com quem se iam cruzando, numa palavra, feliz da vida. Não resisti: “Para quem logo à noite vai perder as eleições você parece-me muito feliz”. A resposta dele: “Meu caro, eu já levei tanto, que aprendi a construir uma barragem à minha volta. Logo mais será apenas mais uma eleição, mesmo que perdermos, como você diz, não será o fim do mundo”. E assim foi.

Tirando todos esses momentos, como eu disse naquele meu malfadado artigo no Agaviva, dos “combatentes do mato”, Pedro Pires é o que mais evoluiu – “foi duro na época em que dureza era norma e renovador quando era mais do que evidente que o partido único estava num beco sem saída. Hábil em jogadas de bastidores, Pires acabou por impor-se como o verdadeiro líder do PAICV”.

Como se vê, parecendo que não, realmente isto anda tudo ligado. Aliás, quando Pires andava em Londres, com Mário Soares e Almeida Santos, eu não passava de um catraio, recém-chegado à adolescência. Ele sequer sabe que quando se reuniu, pela primeira vez com a comunidade cabo-verdiana, em Luanda, na Liga Africana, um dos presentes era aqui, o José. Na verdade, apesar de ter ouvido atentamente àquela conversa de “mais velhos”, longe de mim imaginar que estes grãosinhos de terra seriam hoje o país que são. Em grande parte por mérito de PP que, a par dos *bwanas* do Banco Mundial, levou tempo a convencer-nos a todos que, com trabalho e seriedade, “isto”, Cabo Verde, podia ser viável. Esta talvez seja a sua maior proeza, entre várias outras, nos seus oitenta anos de vida. Sobre a “criatura” é o que tenho a dizer, sem vaselina nem idolatria.



Celestino Almeida

Reconhecimento a um amigo do Desporto

Oitenta anos não é um privilégio de todos, alcançar esta bonita meta depois de muito correr por caminhos nem sempre floridos, às vezes até tortuosos, é coisa de um vencedor.

Esse vencedor, esse gigante, esse homem com h maiúsculo, mas de simplicidade peculiar, não é senão, Pedro de Verona Rodrigues Pires que, a 29 deste mês de Abril, completa a bonita idade de oitenta anos.

Ele merece ser parabenizado, acarinhado e premiado, mas pergunto, qual a prenda que se deve dar a um homem que já tem tudo?

Depois de muito pensar, em solilóquio, cheguei à seguinte conclusão: a um homem deste calibre com a envergadura de

Pedro Pires, com a dimensão política cultural e desportiva, a prenda ideal para um homem de tamanho calibre é o reconhecimento.

Reconhecer essa figura pelo muito que fez e faz para Cabo Verde e, neste particular, queria salientar apenas o desporto onde tive o privilégio de o conhecer de perto com toda a sua afabilidade, com todo o seu interesse e com toda a sua competência.

Falarei do ténis onde a sua contribuição na projecção dessa modalidade foi enorme, quando iniciou a prática do ténis acompanhando sua esposa dona Adélia Pires, já uma praticante reconhecida desde a Guiné-Bissau onde a conheci por volta dos anos sessenta.

Com a presença desta grande figura nos campos de ténis do Clube de Ténis da Várzea muitas e outras personalidades começaram a prática da modalidade o que contribuiu para a rápida divulgação da modalidade.

Os jovens do bairro da Várzea tiveram na pessoa de Pedro Pires um grande amigo, um conselheiro e protector pois que, a dado momento, pediu que fossem seleccionados alguns deles para frequentarem cursos de formação no centro técnico de São Jorginho. Assim foi, e graças a essa grande acção de altruísmo, virtude peculiar na pessoa de Pedro Pires, que tempos depois cerca de uma dezena de jovens da Várzea estavam formados e possuidores do seu ganha-pão nas

áreas de carpintaria, canalização, mecânica etc.

É inegável a grande contribuição de Pedro Pires ao desporto cabo-verdiano dando atenção e acarinhando todas as modalidades o que é comum apenas aos grandes desportistas.

Quisera ter o dom da escrita, para que nestas despreziosas linhas pudesse demonstrar toda a minha gratidão e toda a minha amizade e poder agradecer a Deus a ventura de me ter proporcionado a oportunidade de poder apertar a mão e ter como amigo, tão ilustre figura.

Que Deus o proteja e lhe dê muitos anos de vida, porque eu somente lhe posso demonstrar e oferecer-lhe o meu mais sincero reconhecimento.



Pedro Pires: um corredor de fundo, transpondo tempos



António
Correia e Silva*

Pedro Pires é um homem que atravessou a História Contemporânea de Cabo Verde e da África, como político pragmático e extremamente orientado para a acção. Destacou-se como alguém persistente na busca da realização dos seus propósitos e isso em todas as épocas e contextos históricos em que foi vivendo.

1. Atravessando tempos

Atrever-me-ia a dizer, inclusivamente, que uma tamanha transversalidade histórica, rara em política, constitui mesmo uma das marcas distintivas do seu perfil, quando mirado em retrospectiva. Olhando para a trajectória deste homem causa admiração, de facto, não apenas o seu carácter de empreendedor, de realizador de projectos, como também a sua extrema capacidade de sobrevida política. Independentemente de juízos de valor que possam ser feitos ao seu respeito, salta à vista a sua inegável e incomum habilidade em se adaptar a contextos históricos tão radicalmente diferentes entre si e de, em cada um deles, desempenhar papéis de grande centralidade. Diria, por conseguinte, que é patente em Pedro Pires o know how de passar à próxima etapa da História, quando esta possui normalmente o hábito de deter quem tenha sido uma vez protagonista, encerrando-o nas cercas de um tempo.

Reparem: a história regista-nos Pedro Pires como personagem de vulto na vida política clandestina (em que foi mobilizador de pessoas em Cabo Verde, Lisboa e Paris para a militância no PAIGC) para, seguidamente, dar-nos conta dele na luta armada nas matas da então Guiné Portuguesa, onde se destacou, entre outras coisas, como um dos comandantes do exército de libertação. Depois, encontrámo-lo, surpreendentemente para alguns, à frente da delegação do PAIGC, em Londres e em Argel, nas negociações políticas com o Governo Português para a independência de Cabo Verde, posicionado já para voos futuros.

Mais tarde é ele na governação do arquipélago em regime de partido único, como Primeiro-Ministro. Topá-lo-emos depois na oposição democrática, como líder, quem diria, da minoria, e, por fim, mas não menos importante, já entrados neste século, o veremos como Supremo Magistrado da Nação Cabo-verdiana. Sem dúvida um corredor de fundo. Desculpem, mas a senda não acaba aqui.

Permitam-me, por isso corrigir rapidamente esta tentativa sumária e impressionista de reprodução da trajectória de Pires, tão simplesmente para acrescentar-lhe ainda mais uma fase adicional, pequena, mas significativa. Afinal de contas, ser Presidente da Fundação Amílcar Cabral ou do Instituto que leva o seu nome, ser embaixador das Nações Unidas ou constituir-se, hoje, num futuro escritor de suas memórias, não será o prolongamento, por outros meios, deste percurso essencialmente político? E isto não será mais um episódio da sua sobrevida política de que falámos atrás? Tenho para mim que sim, que a política se faz sob diversas formas e modalidades e que o Estado está longe de ser o único lugar de onde se pode participar na modelação do percurso de uma sociedade.

2. Um político de fôlego

Cabe dizer que várias questões se podem colocar às constatações feitas acima acerca da transversalidade histórica e da pluridimensionalidade da caminhada de Pedro Pires. A primeira poderá ser formulada assim: Qual o segredo desta ampla longevidade não partilhada com os seus companheiros de estrada? Trata-se de uma questão cuja resposta nos remete necessariamente para as suas características pessoais e singularizantes, para dimensões de individualidade que a historiografia dominante no século XX, modelada pela acção do Marxismo e pela Escola dos Annales, rejeita de pronto. Porque,

para ela, os actores da História, sublinhadamente com maiúscula, só podem ser as classes sociais, as nações, as etnias ou quaisquer outros, contanto que sejam actores colectivos. Mas hoje, creditados que foram os ganhos cognitivos de tal historiografia, sabemos que o indivíduo importa, sim senhor. E que, em certas circunstâncias, ele pode até fazer a diferença. (Não é por acaso que agora pululam, com estatuto científico redignificado, as biografias históricas).

Há quem fale de persistência e de controlo emocional como um dos segredos da longevidade política de Pedro Pires. Sendo a política uma actividade desgastante, do ponto de vista emocional, o sucesso não dependerá muito daquilo que hoje a linguagem técnica vem chamando de resiliência, que é a capacidade de restabelecer-se depois de cada revés? Imagino não ter sido fácil, por exemplo, retomar a trajectória, depois do traumatismo que foi o assassinato de Amílcar Cabral ou a seguir à humilhante derrota eleitoral de 13 de Janeiro de 1991. Outros descortinam o segredo de tal longevidade na sua capacidade de interpretar as necessidades e o espírito de cada contexto histórico no qual esteve imerso. Como terá sido despedir-se as vestes de estudante universitário para colocar as de guerrilheiro, destas para pôr as de negociador, depois as de governante, de opositor, de Presidente da República e assim sucessivamente? Interpretou todos estes papéis com enorme independência de espírito.

Contou-me – espero não estar a ser inconfiante, uma vez que fui por algum tempo um dos seus conselheiros – que, chegado a Cabo Verde nas vésperas da independência, cansado de guerra e com olhos postos no desafio de erguer um Estado capaz de varrer o espectro de catástrofe humanitária que pesava então sobre a sociedade cabo-verdiana, teve de remar contra a maré das bases locais do partido, sedentas que estavam então de saneamento e de punição de adversários. Com

isso, travou uma potencial deriva revolucionária, fragilizadora do Estado nascente. Operação nada fácil, se levarmos em conta aquilo que Edgar Morin diz da relação entre os homens e as suas ideias no turbulento século XX. Afirma o sociólogo francês que naquela centúria de paixões políticas exacerbadas foram mais as ideias que tiveram os homens do que o contrário. Isso para enfatizar que controlar as nossas próprias ideias não é tarefa fácil em contextos revolucionários. Períodos assim, temos sérias dúvidas se somos nós os donos das ideias ou se são elas as nossas donas. Uma das preciosas características de Pedro Pires é ter uma relação não dogmática com as suas ideias.

3. Por que corre Pedro Pires?

Mas talvez a questão mais importante para a colectividade não seja tanto os segredos da sua longevidade, mas sim, as razões dela. Por outras palavras, importa perguntar: por que correu e ainda corre Pedro Pires? A meu ver, correu sucessivamente atrás de diversas imagens de Cabo Verde, alternativas ao Cabo Verde real, vivido e sofrido a cada momento histórico. Por diversos Cabo Verde, diria. Acredito que nos anos 50 e princípios dos anos 60 do século passado, a mobilização política foi por um Cabo Verde livre de fomes como as que tiveram lugar na década de 40, sem as humilhantes relações sociais e políticas sustentadas pelo colonialismo. E que depois de 1975, a luta passou a ser já pela construção de um Estado para Cabo Verde, que fosse respeitado no plano internacional, capaz de gerar segurança alimentar, reflorestação, universalização do ensino básico, para, no bojo deste processo, bater-se pela ideia de um Cabo Verde em vias de Desenvolvimento. Hoje, ele tem novas causas como a preservação da memória, a formação de líderes, a paz no continente. Enfim, é assim a vida para um corredor de fundo, que não se cansa de transpor tempos.

Pedro Pires aut



Influência familiar

O meu pai era, por excelência, um contestatário, andava em conflito geralmente com a administração e aparecia como o defensor dos mais pobres. (...) Do lado da minha mãe, era ela a gestora da família. Era quem estava em casa, era a pessoa com quem a gente podia mais facilmente dialogar. Como pessoa do campo, ela trabalhava muito e duro. Ela incutiu-nos a solidariedade entre nós e um certo amor ao trabalho.

Apresentação

Nasci a 29 de Abril de 1934, no campo, num lugar chamado Santana, freguesia de S. Lourenço [ilha do Fogo] (...). Vivi no campo a minha infância e uma parte da minha juventude, e só conheci S. Filipe aos sete anos de idade, apesar de morar a cerca de sete ou oito quilómetros da vila. Isso dá ideia de como as coisas funcionavam na altura. (...) O meu pai era proprietário, a minha mãe é do campo...

Portugal

Saio de S. Vicente e vou para Portugal continuar os meus estudos. É a partir daí que entro para a tropa. (...) O Iko [Carreira, de Angola] era o meu companheiro de quarto em Lisboa, o meu companheiro da Casa dos Estudantes de Império, enfim, a pessoa com quem eu tinha uma série de debates, a propósito de Angola...



Adolescência e juventude

Quando saio do Fogo pela primeira vez, aos 11 ou 12 anos, vou directamente para S. Vicente, a fim de fazer o exame de admissão. O barco em que viajámos levou oito dias para chegar ao Mindelo. (...) Depois reiniciei os estudos vindo para a Praia durante um ano e depois fui para S. Vicente continuar os estudos, até terminar o liceu. Passo uma parte da minha juventude na Praia, S. Vicente e Fogo, o que não me permitiu ter um conhecimento profundo de Cabo Verde mas de ter um contacto com algumas ilhas e com pessoas de várias ilhas.

Salto

Não foi fácil para mim, porque não foi fácil convencer-me de que era necessário fazer guerra e matar. (...) Mas, pouco a pouco, fui tomando consciência e mudando de opção do caminho que devíamos seguir. Com os acontecimentos de Angola em 1961, acelerou-se a minha tomada de consciência e mudança de visão da luta de libertação dos povos africanos. Outro facto que me marcou muito foi a morte de Patrice Lumumba [líder zairese/congolês]. Vivemos intensamente a morte dele. A partir daí já não dava para aceitar a dominação colonial, e é então que decido sair de Portugal.

Morte de Amílcar Cabral

Para além de triste, foi a coisa mais violenta que eu vivi. E eu diria que, para além de violenta, foi estúpida, porque foi algo sem sentido. Do meu ponto de vista, foi tentar destruir aquilo que estava ao nosso alcance.

* Entrevista autobiográfica, feita em 1997, a José Vicente Lopes, publicada na íntegra em *A explicação do mundo*, Spleen Edições, Praia, 2004.

to-retrato*

No mato da Guiné

(...) o percurso da Guiné, no mato, começa em 1968 mas já com conhecimentos da realidade guineense, com conhecimentos militares e com alguma posição na hierarquia do PAIGC por todo o trabalho político que dirigi em direcção a Cabo Verde. Da Guiné, desse período, guardo as melhores recordações. Procurei dar o meu melhor e procurei, a partir dos meus conhecimentos, introduzir a formação como elemento importante para melhorar a capacidade das FARP [Forças Armadas do PAIGC], nomeadamente quando estive à frente do departamento de recrutamento e formação.



África minha

Eu tenho um afecto muito especial pela África. A formação que me conduziu à minha opção nacionalista foi orientada no sentido de valorização de África e da cultura africana e eu tenho uma identificação bastante grande com o continente, com as suas satisfações, sofrimentos e também desaires, mas acredito no futuro africano e tenho uma identificação grande com a comunidade negro-americana.

Ideologia

No dia 3 ou 4 de Julho [de 1975] tivemos uma reunião para falar da independência antes da sua proclamação. Procurei mostrar porque é que o PAIGC não podia ser um partido marxista-leninista e que teríamos de ter uma postura mais realista e menos revolucionária. Este foi um dos primeiros embates com aqueles que se consideravam mais esquerdistas.

Cabo Verde, país (im)possível

Lembro-me da primeira missão do Banco Mundial a Cabo Verde, em 1975-76, que dizia que Cabo Verde era um país impossível. Tivemos uma longa discussão com os elementos dessa missão. Eu disse-lhes: “Bom, vocês façam um relatório diferente e digam pelo menos que há alguma possibilidade de reabilitação deste país”.

Independência

Eu não conhecia bem Cabo Verde, confesso. Mesmo assim, a minha ideia de independência deveu-se, no fundo, ao amor por Cabo Verde e ao desejo de mudar a situação no meu país, embora sem ter a ideia concreta dos meios materiais para conseguir isso. O meu primeiro choque foi quando passei no Sal a caminho de Bissau, depois de ter estado em Lisboa a formalizar a independência da Guiné-Bissau, em Setembro de 1974. (...) Dei comigo a pensar: afinal é este o meu país? O que é que vamos fazer, como é que vamos fazer?

Arrependimento

Há pessoas que me perguntam: você não está arrependido?... (...) Face à História não tenho posições de arrependimento, aceito-a como ela é e aceito os factos como aconteceram. Que nós podemos tirar lições dos factos e orientar melhor a nossa intervenção eu acho que sim. Por isso, continuo a ser optimista, porque sem optimismo uma pessoa morre.

Controverso

Tenho consciência que tenho sido uma pessoa controversa, que tem muitos apoiantes, mas que tem gente que não está de acordo comigo. As razões disso ultrapassam a política, muitas vezes, para chegar à história. Acredito que, na sociedade cabo-verdiana, há sentimentos contraditórios em relação à minha pessoa. De todo modo, a minha eleição para PR (2001) significa que houve uma reavaliação. Da minha parte, procurei nestes 10 anos (de oposição) mostrar que tudo que se tinha dito de Pedro Pires não era verdade ou simplesmente não era inteiramente verdade. In *Público*, Lisboa, 22-03-01.



Família

Não sei francamente como seria sem a minha mulher, as minhas filhas, os meus irmãos, etc. Ainda em relação à minha mulher, ela é um elemento importante que me permite um ambiente familiar que me permita fazer política. Mas, para mim, a família não se esgota aí, há outros elementos igualmente importantes, os meus irmãos, os pais, os sogros, os cunhados, os primos etc.



Galeria de heróis

No fundo, eu me considero, em primeiro lugar, um patriota, alguém que gosta do seu país e batalha para dignificá-lo. Nesse aspecto, a figura de De Gaulle impressiona-me. (...) Kennedy também, pela sua luta a favor dos negros americanos, sua emancipação e contra o racismo. (...) Um homem que me impressionou bastante foi o Olof Palme pela sua generosidade, o Willy Brandt também, era um homem extremamente generoso e coerente. Há uma outra pessoa que também deve ser valorizada, o Bruno Kreisky, antigo primeiro-ministro da Áustria, um judeu que defendia a causa palestina. Da II Grande Guerra saíram grandes homens. Admiro também o presidente Samora Machel, aprecio muito o Agostinho Neto, Kwame

N'Krumah, este por ter sido o visionário da unidade africana, segui de perto a sua luta e depois os problemas que teve; o Josip Broz Tito pelo seu espírito de independência. Relacionei-me com Hourri Boumediene, que, por trás daquela dureza, era uma excelente pessoa com quem se podia falar; lembro-me que ele me tratava por tu, pelo grau de aproximação que tínhamos, mas eu é que não gosto tratar as pessoas por tu. Também aprecio, de certa maneira, o Sékou Touré por causa da amizade ou da paixão possessiva que ele tinha por África. Houphouët-Boigny, com a sua sagacidade camponesa, soube construir um Estado na Costa do Marfim. Dos vivos, tenho um grande admiração por Léopold Senghor, porque acho-o uma

pessoa clarividente embora tenha estado em desacordo com ele várias vezes, o Julius Nyerere por sua inteligência, mas sobretudo pela sua modéstia é um homem extraordinário. O Nelson Mandela pela sua lucidez, mas sobretudo pela sua generosidade, creio, é um homem extremamente generoso. Tenho respeito por Fidel Castro, pela sua coragem e coerência, embora tenha dúvidas pelas suas opções. Eu creio que outra pessoa extremamente generosa era o Che Guevara. Enfim, também tenho uma recordação de Deng Xiaoping, é um grande político e está na base desta nova China, que não sabemos o que será mas com certeza será uma grande potência mundial nos próximos 50 anos.

Passatempo

Há uma coisa gosto muito: o futebol. (...) Em Portugal torço pelo Sporting, embora não ganhe campeonatos; em Cabo Verde torço por muitas equipas, depende de onde estão os meus amigos. No Fogo, por exemplo, por causa do nome, estou mais do lado do Botafogo, mas aceito qualquer outra equipa; na Praia estou mais próximo da Académica; em S. Vicente, o Mindelense. Em S. Vicente tive de mudar de equipa, foi uma escolha reflectida: o Mindelense é a equipa que melhor representa o futebol de S. Vicente, tem um espírito muito especial: joga até ao fim, se perder perde, mas perde no último segundo. Admiro-lhe o espírito de equipa.

Natureza

Gosto muito da natureza, de observá-la. Gosto do mar... O mar quando está muito azul é uma coisa muito linda, principalmente quando a água está limpa, é possível ver vários tons de azul. (...) Há um outro fenómeno que eu gosto muito, que é o pôr-do-sol. Toca-me, principalmente quando vai mudando de tonalidade, vermelho, amarelo, até desaparecer... Há locais aqui em Cabo Verde em que o pôr-do-sol é extremamente lindo. No Mindelo, visto da casa onde eu residia nos meus tempos de estudante, é extraordinário; aqui em Santiago, visto do aeroporto da Praia, é um fenómeno também extremamente lindo. Gosto de observar as montanhas, principalmente aqui em Santiago. Pode-se vê-las em vários planos.

Figuras cabo-verdianas

Eu gostaria de conhecer melhor duas figuras nacionais: o Pedro Cardoso Monteiro e o Eugénio Tavares. (...) tenho um afecto especial pelo António Aurélio Gonçalves. Era um homem simples e modesto, que gostava imenso do seu país e, enfim, um homem culto. De entre os intelectuais do tempo dele, antes da independência, é a figura que eu mais aprecio. Gosto muito de outras figuras, gosto muito de alguns poetas novos... Apesar das nossas desavenças, aprecio bastante o Kaoberdiano Dambará. Em matéria de crioulo, ele deu um impulso novo à poesia cabo-verdiana. Também gosto de Corsino Fortes, Germano Almeida, Manuel Veiga, Mário Lúcio Sousa, António Correia e Silva e José Luís Hopffer Almada.



Um político visto pelos cabo-verdianos



Idalina Lima

Vendedeira - Santo Antão

Para mim, Pedro Pires é uma pessoa boa e simpática e não encontro nada de mal para lhe apontar. Também o vejo como um bom político, capaz de relacionar-se com pessoas das diferentes camadas sociais. Por isso, desejo-lhe mais longos anos e que seja sempre essa pessoa boa.

Elsa Tavares

Técnica de Contabilidade
Tarrafal



Considero Pedro Pires o pai da democracia cabo-verdiana, pelo facto de ter dado o seu contributo para a luta armada e, graças a isso, o nosso país é hoje livre e soberano. Tenho muito orgulho e admiração por este grande homem, que lutou para defender Cabo Verde de forças adversas. Enquanto Presidente da República, ele projectou a imagem de Cabo Verde, contribuindo também para tornar o nosso país conhecido internacionalmente, dono de uma das democracias mais estáveis e prósperas do continente africano. Pedro Pires é, sobretudo, um cavalheiro. Ele é um dos que teve a difícil tarefa de assegurar a transição de um regime de partido único para a democracia pluripartidária e teve um papel determinante nesse processo. É por isso que o considero o verdadeiro pai da democracia em Cabo Verde. Em síntese, ele libertou uma nação, construiu um Estado e abriu as portas para a democracia.

Rogério Landim,

Estudante - Santa Catarina



Pedro Pires é um símbolo para a história de Cabo Verde, tanto pela luta da libertação nacional como pelos cargos políticos que exerceu ao longo dos tempos. É, ainda hoje, um homem com grande influência social e política. Enquanto governante foi um dirigente honesto que soube respeitar as leis da República, apesar de ser muito criticado pelo período de partido único. Mas isso são coisas que devem ser analisadas de acordo com as conjunturas e as circunstâncias da época. Enquanto chefe de Estado, foi um Presidente da República isento, pacífico e ao mesmo tempo activo, fazendo uso correcto da sua magistratura de influência nos mais diversos domínios, nomeadamente interno mas também externo, ajudando enfim a abrir as portas de Cabo Verde ao mundo e levando o arquipélago ao mundo. Ele dever servir de exemplo para os políticos actuais e das futuras gerações.

Nancy Santos Yano

Comercial logística - Praia



Pedro Pires foi um grande lutador, um líder que lutou pela nossa independência. Hoje, poucos são aqueles que estão dispostos como ele a lutar a favor do seu povo. Foi o primeiro chefe de governo do arquipélago, como primeiro-ministro, e depois foi Presidente da República de Cabo Verde. Um homem, na minha opinião, humilde e de carisma.

Arlindo Gonçalves,

Mergulhador - São Vicente



Oitenta anos é uma bonita idade, espero que Pedro Pires possa ter vida e saúde para comemorar muitos mais, já que foi um homem que trabalhou muito por Cabo Verde e contribuiu muito para o desenvolvimento do nosso país. Admiro-o como político, por ter sido um bom Primeiro-ministro e também bom Presidente da República. Mas também gosto dele como pessoa de muita humildade que se relaciona bem com o povo.

Emanuel Pina

Publicitário - Praia



Para falar a verdade, não sei muita coisa sobre o comandante Pedro Pires. Sei que foi ou é um grande homem, lutou pela independência de Cabo Verde, é por isso uma figura importante. Lembro-me que ele foi primeiro-ministro no pós-independência até 1991 e que também foi Presidente da República, de 2001 a 2011. É por isso uma figura histórica de Cabo Verde mas também da Guiné-Bissau e de África.

José Vaz Furtado

Jornalista -Tarrafal



Pedro Pires é um homem honesto, coerente e solidário, que deu toda a sua juventude para a nossa luta de libertação nacional. Um homem que teve Cabo Verde sempre acima de tudo e de todos. Foi, sem dúvida, um garante da paz e liberdade. Um homem de trato fino, que viveu a sua época intensamente, tendo a oportunidade de assistir na primeira pessoa a vários momentos importantes da vida desta Nação. É um político exímio e exemplar, que sempre primou pelo diálogo e procurou consenso no exercício dos cargos políticos, e não só. Seguramente, um modelo e ídolo para alguns de nós mais jovens que hoje aspiram ser políticos, independentemente de que lado da barricada em que cada um esteja. A sua história se confunde com a história de Cabo Verde. Pedro Pires é estadista!

José Eduardo Semedo

Técnico oftalmologista
- Santa Catarina



Pedro Pires é uma personagem de referência, não só para Cabo Verde, como também para a África. Ainda jovem, pude vivenciar os momentos conturbados que vieram a culminar na independência de Cabo Verde, em 1975. E Pedro Pires, assumindo o cargo de Primeiro-ministro, num momento difícil como aquele, juntamente com os seus colaboradores, tudo fez para que o povo das ilhas pudesse viver livre do colonialismo. Enquanto dirigente político, ele soube exercer as suas funções com zelo e profissionalismo, pondo sempre os interesses nacionais acima dos pessoais e respeitando sempre as regras do jogo democrático. Portanto, vejo Pires como um mediador, administrativo e político de referência, que não sei se porventura irá voltar a aparecer tão cedo nos próximos tempos.

Pedro Pires, o homem, o revolucionário e o estadista

» Os ex-presidentes da África do Sul, Thabo Mbeki, e da Nigéria, Olusegun Obasanjo, são algumas das individualidades que vão participar no fórum internacional “Cidadania e integração regional”, para assinalar os 80 anos de Pedro Pires. O encontro acontece no próximo dia 3 de Maio, sábado, no Palácio da Assembleia Nacional, e surge como o ponto de partida do ciclo anual de Diálogos Estratégicos previstos pelo Plano de Actividades do IPP, Instituto Pedro Pires para a Liderança.

Pires com Mo Ibrahim, um dos convidados do fórum da próxima semana



De acordo com o programa (ver embaixo), Thabo Mbeki irá dissertar sobre “Mudanças sociais e estabilidade em África”, durante o acto inaugural do referido fórum para assinalar os 80 anos de Pedro Pires, o homem, o revolucionário e o estadista.

Segue-se o painel “Consciência social e integração regional: que

papel para o cidadão?”, moderado por Benfeito Mosso Ramos e terá como oradores Olusegun Obasanjo, Lopo do Nascimento (Angola) Landing Savané (ex-ministro de Estado do Senegal) e Vera Songwe (representante do Banco Mundial para Cabo Verde, Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau e Mauritânia).

Prevista está também uma sessão de perguntas dos jovens

a Pedro Pires, culminando o fórum com a homenagem ao aniversariante em reconhecimento da sua obra, a bem de Cabo Verde, de África e da humanidade. Aqui haverá intervenções de Almeida Santos (Portugal), Oscar Oramas (Cuba) Mo Ibrahim (Sudão) e Olívio Pires (Cabo Verde).

Da lista de convidados constam ainda personalidades como José

Ramos Horta (ex-Presidente de Timor-Leste e Representante Especial da ONU para a Guiné-Bissau), Abdoulaye Bathily (Senegal), o empresário Jorge Ferro Ribeiro (CEO da Geocapital), entre outros.

Embora o fórum seja aberto ao público a organização aconselha inscrições prévias através do email: info@institutopedropires.org.cv.

Do programa de celebração dos 80 anos de Pedro Pires consta ainda o lançamento, no dia 30, dos volumes de discursos durante o tempo em que esteve na Presidência da República, “O meu compromisso com Cabo Verde”, cuja apresentação estará a cargo de Aristides Lima, jurista e ex-presidente da Assembleia Nacional, entre 2001 e 2011. “

80º Aniversário do Presidente Pedro Pires Fórum “Cidadania e integração regional”

Sábado, 3 de Maio de 2014 | 14:00
Salão Nobre | Assembleia Nacional

Conferência de abertura sobre “Mudanças sociais e estabilidade em África”
com Thabo Mbeki (ex-Presidente da África do Sul)

Painel “Consciência social e integração regional: que papel para o cidadão?” com:
Olusegun Obasanjo (ex-Presidente da Nigéria)
Lopo do Nascimento (ex-Primeiro Ministro de Angola)
Landing Savané (ex-Ministro de Estado do Senegal)
Vera Songwe (Representante do Banco Mundial)
Benfeito Mosso Ramos (Juiz e Vice Presidente do Tribunal de Justiça da CEDEAO)

E ainda intervenções de:
António de Almeida Santos (ex-Presidente da Assembleia da República Portuguesa)
Mo Ibrahim (Fundador da Fundação Mo Ibrahim)
Olívio Pires (Combatente da Liberdade da Pátria)
Oscar Oramas (Diplomata e ex-Vice Ministro das Relações Exteriores de Cuba)

Momento Musical com:
Albertino Évora | Jennifer Solidade
Mayra Andrade | Michel Montrond | Terezinha Araújo
Zeca di Nha Reinalda

80
ANOS
PEDRO PIRES

ABERTO AO PÚBLICO